

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONCEPÇÃO E PRÁTICA DA EXTENSÃO UNI-
VERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DO MODELO
MULTICAMPI DE UNIVERSIDADE: UM ESTU-
DO DE CASO NA UNIVERSIDADE DO OESTE
DE SANTA CATARINA



0.237.871-0


UFSC-BU

EVALDO SCHAFFRATH
Florianópolis, Outubro de 1994

*CONCEPÇÃO E PRÁTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA
PERSPECTIVA DO MODELO MULTICAMPI DE UNIVERSIDADE: UM
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATA-
RINA*

EVALDO SCHAFFRATH

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA OB-
TENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO (ÁREA
DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA), E
APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.


PROF. NELSON COLOSSI, PhD
Coordenador do CPGA

APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA
PELOS PROFESSORES:



PROF. JOSÉ SALM, PhD (ORIENTADOR)



PROF. ANTONIO NICOLÓ GRILLO, Dr



PROF. LUIZ CARLOS LÜCKMANN, Mestre

À minha esposa Carmem e
aos meus filhos Silviane e Ales-
sandro pelo amor, apoio e com-
preensão nos momentos difíceis
de ausência.

AGRADECIMENTOS

A meus pais e irmãos por acreditarem desde cedo no meu potencial.

Ao Professor e amigo Henrique João Blind, pela oportunidade e incentivo.

Aos Professores José Salm, Antônio Nicolló Grillo e Teodoro Rogério Vahl, pela orientação segura e amiga.

Ao Professor Luiz Carlos Lückmann, mais do que um co-orientador, um amigo solícito.

Ao colega Vicente de Paula Souza, pelo companheirismo de todas as horas.

A Professora Maria Gôngora, pela presteza na correção da ortografia.

Aos Professores do CPGA/UFSC, com os quais tive a felicidade de conviver e absorver novos conhecimentos.

Ao Nelson, à Marilda, à Sílvia e ao Márcio do CPGA, pela amizade e solicitude.

A todos os colegas da Pós-Graduação pela amizade, pelo convívio, pela troca de idéias.

A UNOESC, nas pessoas dos Professores Aristides Cima-don, Luiz Alberto Menegazzo e Nelson Denardi, pela oportunidade que me proporcionaram.

Por fim, a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	01
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	08
2.1 - Universidade e Sociedade.....	08
2.2 - A Relação da Extensão com as Funções do Ensino e da Pesquisa.....	14
2.3 - Origens da Extensão e o Seu Desenvolvimento na Universidade Brasileira	20
2.4 - Concepções de Extensão	33
2.4.1 - Concepção Assistencialista de Extensão.....	34
2.4.2 - Extensão como Comunicação	39
2.5 - O Modelo de Universidade Multicampi	45
3 - METODOLOGIA	50
3.1 - Perguntas de Pesquisa	50
3.2 - Definição Constitucional e Operacional de Variáveis	51
3.3 - População e Amostra	52
3.4 - Caracterização e Delimitação da Pesquisa	53
3.5 - Coleta de Dados	54
3.6 - Tratamento dos Dados	56
3.7 - Limitações da Pesquisa	57
4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	59
4.1 - Diagnóstico Institucional da Extensão Universitária nas ex-Fundações Educacionais	59
4.1.1 - A Relação das Fundações com a Comunidade circundante	59
4.1.2 - Caracterização dos Projetos e Atividades desenvolvidas	63

4.1.3 - A Relação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa	72
4.1.4 - Concepções de Extensão	77
4.2 - A Extensão no Projeto de Universidade da UNOESC	81
4.2.1 - Breve Histórico	81
4.2.2 - Estrutura Organizacional	87
4.2.3 - A Concepção de Extensão Universitária na Visão da Comissão Pró-Universidade	91
4.2.4 - Linhas Básicas de Ação e Metas Prioritárias para a Extensão .	94
4.3 - A Extensão a partir da Implantação do Projeto de Universidade	97
4.3.1 - A Extensão Enquanto Elo de Integração da Universidade com a Comunidade	97
4.3.2 - A Extensão e Sua Vinculação com o Ensino e a Pesquisa	107
4.3.3 - Alguns Programas e Projetos de Extensão em Andamento ...	115
4.3.4 - A Extensão no Modelo Multicampi	125
4.3.5 - O Processo de Institucionalização da Extensão na UNOESC	129
5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	134
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
7 - ANEXOS	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fundações X Comunidade	62
Tabela 2 - Sociedade X elaboração/execução de programas	63
Tabela 3 - Fatores determinantes para o levantamento das prioridades extensionistas	64
Tabela 4 - Formas de financiamento dos projetos de extensão	67
Tabela 5 - Atividades mais desenvolvidas nas ex-Fundações	70
Tabela 6 - Projetos desenvolvidos nas ex-Fundações nos anos de 1989, 1990 e 1991	71
Tabela 7 - Pesquisa X realidade circundante	74
Tabela 8 - Formas de extensão nas ex-Fundações	76
Tabela 9 - Consciência das pessoas envolvidas com extensão X concepções de extensão	78
Tabela 10 - Concepções de extensão X ações extensionistas desenvolvidas nas ex-Fundações	79
Tabela 11 - Integração da UNOESC com a comunidade	99
Tabela 12 - Sociedade X desenvolvimento de programas	102
Tabela 13 - Pessoas envolvidas com a extensão X concepções de extensão .	104
Tabela 14 - Concepções de extensão X ações extensionistas praticadas na UNOESC	105
Tabela 15 - Prática da extensão X ensino e pesquisa	110
Tabela 16 - Pesquisa X realidade circundante	112
Tabela 17 - Prática da extensão universitária X forma	117
Tabela 18 - Modalidade mais desenvolvidas	119
Tabela 19 - Atividades desenvolvidas na UNOESC nos anos de 1992 e 1993.....	120
Tabela 20 - Criação da UNOESC X mudanças na extensão	134

ABSTRACT

The objective of this paper is to study and analyse the changes that happened with the university extension at Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, considering the two last years before the university project authorization by the Federal Council of Education, into the act 587/91, as well its development until this moment, comparing its conception and practice.

The option was a case study, during which was done document analysis, interviews and questionnaire application. The study is said to be of qualitative type.

The results showed that the practice of extension developed in the ex-Educations that today constitute the UNOESC, is mainly characterized by services done to education area, scattered and nonsequential, having an assistant conception.

In conclusion, the creation of UNOESC, is changing mind of the three functions of the academic tripod. The university structure favors the departments, graduation and research/extension the university extension is increasing in quantity and in quality.

This paper is valid at UNOESC only, but, taking care, the results can be used for research in other similar universities.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo estudar e analisar as mudanças que ocorreram em relação à extensão universitária no contexto da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC -, considerando-se os dois últimos anos antes da autorização de seu Projeto de Universidade, pelo Conselho Federal de Educação, no Parecer 587/91, bem como a sua caminhada até o presente momento, confrontando a sua concepção e prática.

Optou-se, portanto, por um estudo de caso, durante o qual foram empreendidas análises documentais, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários. O estudo pormenorizado caracteriza-se como sendo do tipo qualitativo.

Os resultados obtidos demonstram que a prática da extensão desenvolvida nas ex-Fundações Educacionais que hoje constituem a UNOESC caracterizava-se, basicamente, em prestação de serviços, principalmente voltados para a área da educação, de caráter esporádico e insequencial, contendo em seu bojo uma concepção assistencialista.

Verificou-se que, com a criação da UNOESC, está havendo uma mudança de mentalidade em relação às três funções do tripé acadêmico. Favorecida por uma estrutura universitária que contempla os departamentos e a pró-reitoria de pesquisa, extensão e pós-graduação, a extensão universitária vem sofrendo um incremento tanto qualitativo, quanto quantitativo.

A validade do presente estudo circunscreve-se à UNOESC. Contudo, com a devida cautela, tais resultados poderão ser considerados para efeito de pesquisa em outras organizações universitárias multicampi, com características similares.

INTRODUÇÃO

A universidade, por longo tempo, foi considerada como “repositório do saber”, não havendo, por isso, a necessária interação entre ela e a sociedade. Assim sendo, assumia atitude de isolamento, sem preocupação com as novas exigências do meio interno e externo, restringindo-se a transmitir conhecimentos, através da função-ensino.

Neste contexto, a participação da universidade no processo de desenvolvimento científico e tecnológico, por intermédio da pesquisa e a aplicação de conhecimentos através da extensão, são atribuições assumidas recentemente.

A extensão universitária firmou-se como função institucional por influência do pragmatismo norte-americano e pela necessidade de transformar conhecimentos teóricos em prática, de maneira a levar resultados para a comunidade.

A universidade contemporânea é chamada a assumir de forma explícita a função da extensão universitária. Ela representa a abertura desta à comunidade. Cabe à extensão o papel de colocar a serviço da população o conhecimento produzido e acumulado na universidade. Esta contribuição visará fornecer à sociedade elementos para interpretação e transformação da realidade.

No entanto, constata-se que, entre as funções principais da universidade, a extensão é a que menos se tem desenvolvido, sendo chamada por muitos de “primo pobre” e outras denominações.

Daí, parece justificável que a extensão universitária seja alvo de atenção especial por parte dos responsáveis pelas diretrizes educacionais do país, para estimular o desenvolvimento de programas extensionistas. Isto porque, sendo uma das funções fundamentais do processo universitário, representa um instrumento de troca de conhecimentos da universidade com o meio circundante e, essencialmente, uma aplicação do ensino e da pesquisa à solução dos problemas e ao atendimento das aspirações da comunidade.

Depois de muitas pressões, sobretudo do segmento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), foi implementada a Reforma Universitária. Surgiu, então, a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabelece como atribuições básicas da universidade brasileira o ensino, a pesquisa e a extensão. O documento legal determina que essas devem vincular-se de modo indissociável, a tal ponto de o curso acadêmico não constituir-se apenas na assimilação de conhecimentos teóricos, mas completar-se na prática das atividades das duas outras funções.

Apesar de sua relevância, somente em meados da década de 70, parece ter-se generalizado a idéia da necessidade de se implementar uma política extensionista em cada universidade. Isto, depois de se terem esvaçados alguns programas extensionistas marcados pelo semblante autoritário do regime militar da época.

Teoricamente, parece não haver dúvida acerca da importância da função-extensão como instrumento de compromisso da universidade com o desenvolvimento da comunidade, desde que procure identificar os anseios da sociedade em que está inserida e prestar uma resposta a elas. Para Demo (1980:130) “a Universidade é chamada a assumir de forma definitiva seu compromisso com a política social por duas razões principais: porque faz parte da política social, na medida em que é integrante da política

de educação e cultura; por autocrítica, na medida em que precisa reconhecer que o acúmulo de privilégios deve ser socialmente retribuído”.

A extensão universitária tem um sentido prático. No entender de Cassimiro e Gonçalves, a extensão não existe em livros, nem nas lacunas de uma conferência. “Só se sabe verdadeiramente o que é extensão, fazendo-a. Só se reflete séria e validamente sobre extensão, a partir do que se faz”(1986:35).

São inúmeras as possibilidades práticas de se fazer extensão. Porém, a inexistência de uma compreensão mais exata do que ela seja se reflete na própria configuração tipológica dos programas.

Independente de como se apresentem - sob a forma de cursos, de seminários, de debates ou estágios, o semblante autoritário da instituição de ensino superior é marcante. Gurgel (1980:138) combate esse semblante autoritário da universidade, afirmando que a “comunidade deve ser respeitada e não pode ser ‘violentada’ com programações meramente episódicas e que são feitas apesar dela”.

Esta característica está presente até hoje na maioria das IES, Brasil a fora. No entanto, do final da década de 80 para cá, a extensão está sendo repensada e tem-se observado um propósito de colocá-la ao mesmo nível institucional da docência e da pesquisa. Dois fatores contribuíram, decisivamente para isto: a eleição democrática dos Reitores das Universidades Públicas e a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Está se formando uma consciência de que a extensão deve impregnar todo o processo de ensino/aprendizagem. Nesta perspectiva surge a teoria da “rua de mão dupla”, o que quer dizer que a extensão tem a função de levar a “produção” da instituição de ensino para a comunidade sob diversas formas e, por outro lado, trazer da comunidade informações que possam realimentar o processo de ensino e pesquisa, visando a obtenção de

novos conhecimentos, fruto de um diálogo intenso e sistemático, que por sua vez, novamente serão estendidos à comunidade, criando assim um círculo vicioso no sentido positivo do termo.

É neste período de transição, de uma extensão puramente assistencialista, desvinculada do ensino e da pesquisa, para uma fase em que está surgindo uma universidade mais comprometida com a realidade do meio circundante, que se situa este estudo.

Busca-se nele analisar as mudanças que ocorreram em relação à extensão universitária no contexto da UNOESC, considerando-se os dois últimos anos antes da autorização de seu Projeto de Universidade, pelo Conselho Federal de Educação, até o presente momento, confrontando a sua concepção e prática.

A Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - constitui-se numa universidade multicampi, resultado da agregação das ex-Fundações Educacionais de Chapecó, Joaçaba e Videira.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso que visa identificar e analisar as mudanças ocorridas na UNOESC em relação à extensão, tendo como questão de fundo o seguinte problema de pesquisa:

QUE MUDANÇAS OCORRERAM EM RELAÇÃO À CONCEPÇÃO E PRÁTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, COM O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNOESC?

Ao longo do processo, buscar-se-ão os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Identificar e analisar as mudanças ocorridas na concepção e prática da extensão universitária desenvolvida na UNOESC a partir de seu processo de criação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Analisar a prática da extensão universitária na perspectiva do modelo multicampi de universidade;
- 2- Identificar a concepção de extensão presente nas ações extensionistas praticadas no contexto da UNOESC, antes e depois de sua criação;
- 3- Identificar os avanços que a criação da UNOESC trouxe para a prática extensionista.

O estudo estrutura-se da seguinte forma: num primeiro momento apresenta-se uma revisão da literatura enfocando inicialmente a relação da universidade com a sociedade para, em seguida, enfatizar a extensão universitária e sua vinculação com o ensino e a pesquisa.

Num segundo momento, buscou-se subsídios para a compreensão do processo de estabelecimento e desenvolvimento da extensão universitária no Brasil, para em seguida abordar as duas principais concepções de extensão desenvolvidas a nível de universidade, aludindo suas diferenças básicas e apresentando as características do modelo multicampi de universidade.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia empregada, ressaltando-se a especificação do problema e definindo-se a população, caracterização e delimitação da pesquisa, assim como o processo de coleta e tratamento de dados.

O quarto capítulo faz a apresentação e análise dos dados, bem como verifica a prática e concepção da extensão universitária nas ex-Fundações Educacionais que hoje constituem a UNOESC.

O quinto capítulo, num segundo momento, aborda o Projeto de Universidade da UNOESC, iniciando com um pequeno histórico das Fundações e de como se desenvolveu a idéia da universidade, para em seguida,

analisar a sua estrutura organizacional, a concepção de extensão universitária e as linhas básicas de ação e metas prioritárias para a extensão.

O subcapítulo três procede à análise de dados primários e secundários, enfocando a extensão a partir da implantação do projeto de universidade. No primeiro momento analisa-se a integração da UNOESC com a comunidade circundante, destacando-se, em seguida, o vínculo existente entre a extensão e as demais funções do tripé acadêmico. No terceiro momento ressaltam-se alguns programas e projetos de extensão que foram realizados e que estão em andamento, para, num momento seguinte, mencionar a extensão e sua prática no modelo multicampi, concluindo, assim, com uma breve análise da institucionalização da extensão na estrutura atual.

No último capítulo são apresentados as conclusões do presente estudo, bem como algumas recomendações.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

A universidade é uma instituição com uma missão global. Esta missão está centrada na sua relação com a sociedade. Abreu & Abreu (1984:156) afirmam que a universidade, quando atinge o nível de instituição, é uma organização comprometida com a mudança e o crescimento, ou seja, com o desenvolvimento da sociedade.

O compromisso social da universidade, segundo o Documento Final do II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1988) “é o de inserir-se nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política”.

Enquanto agência de mudança, a universidade está necessariamente ao largo de comprometer-se com o “status quo” e o “establishment” da sociedade. Por isso, não reproduz a sociedade, mas a transforma, elevando-a (Abreu & Abreu, 1984:157).

A universidade é uma instituição produtora do saber. A produção do saber tem sempre a ver com a aliança/enfrentamento de interesses na sociedade. É sempre um serviço à afirmação ou negação de interesses. Para Sales (1986:3) a universidade e as instituições de ensino e pesquisa são compostas de funcionários de interesses. Dentro delas acontece uma aliança/enfrentamento de interesses, afirmando/negando interesses mais fundamentais da sociedade.

“Até supomos que o atual modo de produzir saberes nas instituições de ensino e pesquisa é um serviço de perpetuação de interesses já afirmados” (Sales, 1986:3).

Complementa o autor, dizendo que a aliança/enfrentamento de interesses está na origem e possibilidade de superação dos problemas da sociedade.

“Pelo que faz e pelo que deixa de fazer, a universidade está sempre contribuindo para afirmação ou negação de interesses. Não estar consciente disso, já pode ser um serviço aos interesses que já estão afirmados” (Sales, 1986:4).

Compartilhando dessa linha de pensamento, Abreu & Abreu (1984:164) afirmam que a universidade como instituição reúne em si as compulsões de: a) reproduzir o conhecimento (ensino); b) produzir novo conhecimento (pesquisa); c) difundir o conhecimento novo (extensão) e d) desenvolver as aplicações do conhecimento que dão as tecnologias (desenvolvimento).

Uma tecnologia para Sales (1986:4) é o modo de sentir/pensar/agir. “São tecnologias de aproveitamento das potencialidades dos agentes humanos e materiais da construção da sociedade”.

São tecnologias apropriadas à produção de um modo de sentir/pensar/agir na sociedade adequada a fazer valer interesses negados, resgatar auto-estima e a altivez de quem não está conseguindo sentir/pensar/agir como construtor da sociedade e detentor de um saber (Sales, 1986:5). O autor fala em construtores da sociedade. Para ele, os principais

construtores da sociedade são os trabalhadores. É para eles que a universidade estaria convocada a contribuir para “esclarecer/organizar/viabilizar” os seus interesses.

Porém, na realidade, as universidades brasileiras estão devendo muito no que tange ao seu papel social. Na percepção de Schuh (1986:170), as universidades brasileiras, hoje em dia, integram a sociedade apesar de terem pouca relevância para ela. Na concepção do autor, não estão liderando as mudanças na sociedade, pois não se preocupam com a relevância de seu ensino e treinamento; não se responsabilizam pelo desenvolvimento econômico do país, ou pelo desenvolvimento do seu próprio Estado.

“Ela desenvolve suas ações de ensinar e de pesquisar, como se tivesse compromisso em primeiro lugar, e, mais ainda, exclusivamente com o ‘saber’, entendendo tal ‘saber’ como o ‘saber’ dos livros, dos cientistas, de tudo aquilo que se elabora em termos de intelectualidade nos países mais adiantados do que o nosso e que, portanto, possuiriam e cultivariam o ‘verdadeiro saber’ (Cassimiro & Gonçalves, 1986: 141).

Acreditam os autores que, ainda hoje, nossas universidades não encontraram o caminho do diálogo entre elas e as comunidades, porque ambas possuem interesses diferentes e buscam diferentes objetivos.

“A universidade deve ser a luz que ilumina os demais organismos atuantes no seio das comunidades, mas deve também ser uma luz cujo elemento gerador

sejam os próprios integrantes das comunidades, tanto em termos de indivíduos, como em termos de instituições e demais organismos”(Cassimiro & Gonçalves, 1986:143-144).

Para que haja de fato a interação da universidade com a sociedade é necessário a abertura da universidade para a comunidade, realizada de maneira programada, segura, com clareza de propósitos e objetivos. Evita-se, assim, guardar atrás das portas uma enorme potencialidade de recursos sem o devido aproveitamento.

Para que essa abertura, essa integração da universidade com a comunidade aconteça, Frantz (1989:49) aponta a necessidade da universidade, institucionalmente, ter a coragem política e as condições objetivas para isto.

Em contrapartida, é necessário que a comunidade se organize em grupos, associações, sindicatos, comunidades de base, movimentos alternativos e outras formas de expressão coletiva, para que essa relação aconteça de forma significativa, objetivando a transformação da sociedade.

Já Paviani e Pozenato (1984:33) acreditam que a universidade contemporânea, além de sua vocação universalista em relação à ciência, pode ter uma acentuada vocação regionalista. Neste caso, afirmam eles, trata-se de uma opção explícita para o desenvolvimento da região.

“Numa sociedade subdesenvolvida talvez seja este o melhor caminho, o impulso seguro para o crescimento econômico, o bem estar social, a independência cultural, etc” (Paviani & Pozenato, 1984:33).

É através da extensão que se dá a articulação da universidade com a sociedade. É a extensão quem vai proporcionar as condições propícias para que a sociedade coloque os seus problemas.

Como afirma Saviani “... o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir a universidade transformar os objetos de suas pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade”(1981:67).

Isto significa envolver-se na pesquisa da qualidade de vida, destacando-se a instrumentalização do posicionamento crítico perante a transitoriedade das circunstâncias.

A identificação dos problemas a serem entendidos/solucionados se dará, no dizer de Sales (1986:6), “saindo da universidade, consultando as organizações representativas dos diferentes grupos e classes sociais, consultando as organizações representativas dos trabalhadores, de seus aliados e de seus adversários”.

Segundo Reis (1988:39) “o contato ou a relação entre ‘intelectuais’ e ‘simples’, entre ‘intelectuais’ e ‘massa’; ‘intelectuais’ e ‘povo’ (grifos do autor). Entre a escola, a universidade (professores e alunos) e a população, constitui o alicerce primeiro do que defendemos na extensão universitária.

O autor complementa seu pensamento quando diz que a relação universidade-população vai além “na medida que esta tenha um caráter processualmente dialógico, ou seja, que expresse uma prática político/pedagógica administrativa conjunta, reciprocamente, de mútua influência e simultaneamente transformadora entre universidade e população. E com repercussão concomitante deste processo, no conjunto da sociedade”.

“Esta relação dialógica poderia ser entendida também como um ‘em-acontecendo’ universidade-população, marcada pela solidariedade, responsabi-

lidade coletiva. Nele estão articulados, imbricados, processual e simultaneamente o ato de educar, formar profissionais, produzir conhecimentos, analisar e contribuir à solução de problemas de interesse comum ou específico” (Reis, 1988:39).

Garrafa, apud Reis (1988:21) parte de uma compreensão da extensão que pressupõe um duplo compromisso com a população: “o primeiro destes compromissos diz respeito à identificação, defesa e explicitação de posicionamentos novos que sirvam de base, para que professores e estudantes ultrapassem os limites das salas de aula, assumindo o desafio de aprender e ensinar na realidade. Com isso, a universidade estará proporcionando à sociedade uma força de trabalho compatível às necessidades do país e a extensão estará contribuindo para a formação de cidadãos intelectuais e técnicos capazes de pensar e agir criticamente, frente às exigências coletivas. Um segundo compromisso, diz respeito ao conhecimento produzido e acumulado pela universidade, que deveria ser colocado a serviço da população, fornecendo à sociedade, elementos para interpretação e transformação da realidade”.

No documento Política de Extensão, das Pró-Reitorias de assuntos Comunitários e de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Juíz de Fora (MG), segundo Reis (1988:21), “é reiterado esse sentido da extensão, enquanto articuladora do ensino e da pesquisa e viabilizadora de apoio e estímulo à organização e libertação da Sociedade: “a extensão universitária deve ser entendida como elemento de ligação do ensino e da pesquisa com a sociedade, ou seja, a extensão é o elemento articulador do ensino e da pesquisa, viabilizando a função transformadora da universidade junto à sociedade. A extensão universitária é apoio e estímulo à organização e libertação da sociedade” (Brasil/1987, apud Reis, 1988:21).

Como foi discutido no II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e publicado em Documento final (1988), “a universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios, numa postura de convivência aberta e horizontal”.

“A medida da universidade é a realidade provocante de seu meio. Importa dizer que se ela não interpreta as entranhas de sua realidade circundante, transforma-se em algo destinado à inutilidade” (Carneiro, 1985:25).

2.2 - A RELAÇÃO DA EXTENSÃO COM AS FUNÇÕES DO ENSINO E DA PESQUISA

A Lei 5.540/68, bem como o Art. 207 da Constituição Brasileira apontam para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Contudo, na prática, essas três funções andam separadas. Reis (1992:74-75) afirma que o sistema orçamentário-financeiro das universidades está organizado tendo como pressuposto o ensino, a pesquisa e a extensão como funções distintas e separadas.

Na visão do autor, esse quadro fortalece a dissociação e o estancamento entre ensino, pesquisa e extensão e inviabiliza a indissociabilidade, além de reforçar uma hierarquia de importância de uma sobre a outra, com as conhecidas consequências que isso acarreta em nível das estruturas de poder nas universidades.

Ele defende a extinção de qualquer programa específico de financiamento e qualquer alocação orçamentária em que se considere ensino-pesquisa-extensão separados e isoladamente, embora, reafirma o autor, seja a situação vigente (Reis, 1992:75).

Silva (1991:80) ao analisar a indissociabilidade entre as três funções da universidade, acredita que “se as atividades de extensão não estiverem sendo realizadas para o progresso de uma destas funções, simplesmente perdem o seu porquê dentro de uma instituição de ensino superior, levando a universidade a agir como qualquer ‘órgão público de prestação de serviços’”.

A extensão, segundo o Decanato de Extensão da UnB (1989;9) “embora formalmente colocado no mesmo nível e contexto dos outros dois componentes do tripé acadêmico - ensino e pesquisa -, durante muito tempo, não passou de um instrumento de captação de recursos para as universidades. Sofria de imprecisão conceitual. E isto, de certa forma, abriu as portas para o inadequado uso que dela fizeram as instituições superiores de ensino”.

Silva, ao estudar a prática da extensão universitária, na Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC, num período recente, constatou que de fato havia a indissociação entre ensino, pesquisa e extensão, o que pode ser comprovado pelo depoimento seguinte:

“A extensão foi caracterizada pela universidade como tudo que não é ensino e pesquisa. Hoje este entendimento está mudando... A extensão deve ser a ligação da universidade para reformular o ensino e a pesquisa” (1991;90).

No mesmo estudo, a autora constatou que as atividades de extensão desenvolvidas na Instituição em questão consistiam de “consultorias, serviços técnicos, serviços de ensino, atividades assistenciais, atividades culturais, atividades esportivas e outras”, sendo que as modalidades de serviços de ensino e consultorias apresentavam um índice mais significativo, o que quer dizer que as atividades de consultorias significam captação de recursos para a universidade, enquanto a prestação de serviços de ensino exige poucos recursos financeiros e ainda através deles podem ser ministrados conteúdos não abordados nos currículos oficiais” (Silva, 1991:74-75).

A Coordenação Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, in Decanato de Extensão/UnB (1989:119), ao elaborar sugestões ao Ministério de Educação e Cultura - MEC, via CRUB, em 1988, referente à extensão universitária, entende que “a extensão universitária só tem sentido como um processo de aproximação da universidade com a realidade social, na medida em que o ensino e a pesquisa possam ser repensados em função desta prática”. O Fórum vê a extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, constituindo-se em um canal viabilizador do contato da universidade com uma realidade que precisa ser identificada, estudada, interpretada e transformada.

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (in Decanato de Extensão/UnB, 1989:121), a “extensão não é vista como uma função indissociada do ensino e da pesquisa, mas, reconhecida como um processo de comunicação entre a universidade e a sociedade que permeia o ensino, a docência e a investigação”.

Nessa linha de pensamento, o ensino deixa de ser uma ‘pura transmissão de conhecimentos’ e passa a representar uma prática social viva e engajada que não pode ser desligada da questão da aprendizagem. Ensino/aprendizagem, portanto, são vistos como dois níveis de um mesmo

momento pedagógico. Desta forma, rompe-se igualmente com a visão acadêmica que reconhece a sala de aula como único espaço educativo e reconhece-se ser a realidade uma fonte inesgotável de aprendizado. O estágio curricular, na visão do Fórum, “na medida em que se explora o seu potencial extensionista, passa a representar um importante momento da relação teoria/prática e de integração interdisciplinar, deixando de ser simplesmente um mecanismo de contabilização de créditos para conclusão de cursos de graduação como ainda ocorre em muitas IES”.

Extensão, pesquisa e ensino têm, por um lado, características próprias que os definem enquanto modos de operar de uma instituição universitária. Mas devem ter uma identidade de propósito e uma articulação de ações (Núcleo de Extensão do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, 1985:169).

Para o Núcleo de Extensão da UFP, a extensão realimenta o ensino e a pesquisa por ter um contato direto com a realidade. Segundo eles, “realimenta o ensino favorecendo a articulação entre teoria e prática, estimulando a reflexão crítica, propiciando aos alunos e professores o retorno às fontes geradoras do conhecimento”(1985;169).

Para os mesmos autores (1985:170), o ensino realimenta a extensão.

“O ensino realimenta a extensão quando aquele é entendido como um ato de criação, como reflexão sobre a realidade, onde teoria e prática não se opõem, se completam; se o ensino for compreendido também como forma de aprender, de reelaborar o saber que está presente na comunidade”.

Na relação extensão/pesquisa, acredita-se que as universidades que não exercerem a pesquisa não terão meios de fazer uma extensão verdadei-

ra. Savi acredita que é lícito esperar que se consiga fazer extensão, se as condições de pesquisa já existirem na universidade. Comenta o autor que “... esta visão pode criar algum embaraço para aquelas instituições que não exercem a função da pesquisa e fazem extensão, porque esgotadas as informações do que têm a estender, podem entrar numa fase repetitiva, de reflexo insignificante para quem recebe” (Savi, 1987;179).

A pesquisa, nessa relação dialética com a extensão, segundo Garrafa (1989:21), é a pesquisa a curto e médio prazo, é a pesquisa comprometida com a realidade concreta.

“Isto não significa que a extensão queira deixar de lado a pesquisa de ponta. É fundamental que se incentive e se apóie a pesquisa de ponta” (Garrafa, 1989:21).

Nesta perspectiva, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IESP, acredita que “a pesquisa passa a representar a possibilidade de resposta a muitos problemas ou desafios apresentados pela realidade e permite a integração da população na condição de agente ativo da ação desenvolvida. A extensão propiciará igualmente a difusão dos resultados de estudos, levantamentos e pesquisas, de modo que os mesmos tenham uma utilidade social” (Decanato de Extensão/UnB, 1989:121).

Em termos mais práticos, isto quer dizer, segundo sugestão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IESP para o MEC, in Decanato de Extensão/UnB (1989:123), que no caso da pesquisa social, “deve-se estimular formas de observação participante, de pesquisa-ação e outras alternativas similares que levem a população a funcionar como sujeito ativo da produção do conhecimento e da descoberta de alternativas para a solução de seus problemas. Dever-se-á pensar, igualmente, na criação de mecanis-

mo que possibilite à universidade, pela via da extensão, a ampla difusão de resultados de pesquisas mediante instrumentos que tornem as informações disponíveis, acessíveis ao nível do saber popular e aos grupos institucionais”.

Portanto, a extensão tem o poder de realimentar a pesquisa. O contato mais direto com a realidade permite à universidade o estabelecimento de prioridades, de linhas ou áreas de pesquisa mais relevantes. O inverso também é verdadeiro. A pesquisa também realimenta a extensão: abrindo perspectivas, identificando variáveis e suas interrelações, trazendo luz aos dados a partir dos quais a extensão possa operar.

Ao se analisar a relação entre o tripé acadêmico formado pela extensão, ensino e pesquisa, faz-se necessário mencionar a questão da interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade, segundo Garrafa, in Decanato de Extensão/UnB (1989:6) “além de propiciar resultados mais enriquecedores e eficazes, ela vem ao encontro das exigências do próprio cotidiano, uma vez que a dinâmica social é refratária à compartimentação do conhecimento”.

O autor, ao fazer menção ao trabalho realizado por sua equipe, constatou que a interdisciplinaridade proporcionou uma integração mais efetiva entre as equipes de técnicos, professores e alunos da própria UnB e entre estas e os segmentos comunitários.

Entretanto, Garrafa, in VI SEURS (Anais, 1989:30), adverte que é “preciso deixar bem claro que a interdisciplinaridade para ser efetivada na prática, precisa na prática concreta ter uma infra-estrutura”. Ela não pode ser concebida, segundo o autor, de forma amadorística, com pessoas trabalhando por nada. Ele enfatiza que na sua Instituição se trabalha com bolsas de extensão para os alunos, “como várias universidades do Brasil já fazem”.

Para que a interdisciplinaridade se concretize e aconteça o equilíbrio da extensão em relação ao ensino e pesquisa, é necessário o suporte do departamento acadêmico.

“O departamento acadêmico, célula de todo o esquema de reforma universitária, que é responsável pelo que diz respeito ao planejamento e execução de medidas referentes ao ensino e pesquisa, tem que ser responsável pela extensão” (Gurgel, apud Souza, 1986:164).

A relação entre extensão/ensino/pesquisa resulta num processo de retroalimentação. Como afirma Gurgel (1986:161), “a retroalimentação representando o movimento dialético de ida e volta”, a relação em duas mãos, possibilitadora de mudanças nos dois sentidos - na universidade e sociedade”.

2.3 - ORIGENS DA EXTENSÃO E O SEU DESENVOLVIMENTO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A idéia da extensão universitária surgiu, primeiramente, pelo que se sabe, em Oxford, na Inglaterra, no fim do século XIX, como consequência de drásticas e avançadas reformas. O seu objetivo se resumia quase que somente à promoção de cursos fora do campus (Marchetti, 1980:204).

A extensão passou a ser uma atividade regular, primeiramente, nas universidades norte americanas. Isso se deu com a criação dos Land-Grant Colleges, cujo objetivo era, como afirma Marchetti (1980:204), “o de di-

fundir entre os agricultores conhecimentos e procedimentos técnicos mais eficazes”.

No espírito dessa nova concepção de ensino, os “colleges” criaram os Extension Services, que tinham a função de oferecer oportunidades permanentes de educação, dentro e fora do campus, aos consumidores e produtores das novas práticas tecnológicas. Eis, então, a função da Extensão, conforme afirmam Resende, Filho & Carvalho (1978:33).

“...surgiu então como um serviço à sociedade através de pesquisas aplicadas e como disseminação dos novos conhecimentos à comunidade para torná-la mais esclarecida e culta”.

O conceito básico de universidade “Land Grant”, portanto, foi o fornecimento de educação superior para as massas, sobretudo, nos campos da agricultura e das artes mecânicas (Schuh, 1986:168).

Segundo o autor, a universidade do tipo “Land Grant” carrega consigo a idéia de que ela geraria novos conhecimentos e que aplicaria esses novos conhecimentos na solução dos problemas da sociedade. É importante reconhecer, complementa ele, “que não há nada neste conceito que a restrinja à agricultura e às artes mecânicas; na realidade, o que a identifica não são os assuntos em que se especializa, mas sim um sentido forte de missão a cumprir. E não é só um indivíduo que deve ter o senso de missão. É a instituição. É a universidade que tem o senso de missão - de querer resolver os problemas da sociedade” (Shuh, 1986:168).

Quanto às origens da extensão universitária na América Latina, esta tem como referência Córdoba, na Argentina.

Marchetti (1980:204) afirma que “no âmbito latino-americano, a Reforma Universitária que nasceu em Córdoba, em 1918 e se estendeu por

todo o continente, considerou sua desde o primeiro momento a obrigação de colaborar no desenvolvimento da cultura dos trabalhadores manuais, para os quais criou cursos, programas de capacitação sindical, etc”.

A autora esclarece ainda que os reformistas defendiam que todos tinham o direito a uma educação integral. Eles sustentavam que não só a extensão da universidade correspondia ao povo, mas o conteúdo todo, começando pela educação pública, universal e completa.

Para Bernheim, apud Gurgel (1986:36), “o movimento de Córdoba iniciou o questionamento da Universidade latino-americana tradicional, propiciando uma confrontação entre uma instituição de ensino superior arcaica e fechada em si mesma, com uma sociedade que procurava novos caminhos pela via da modernização”.

Segundo Gurgel (1986:36) “...a extensão universitária, no documento de Córdoba é vista como objetivadora do fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais”.

Parece que a partir de Córdoba, a questão da missão social da universidade passou a constar, efetivamente, dos discursos oficiais e das propostas dos segmentos componentes da estrutura universitária. Conclui-se que uma maior conscientização e politização dos quadros estudantis contribuiu para definir o “perfil” da universidade latino-americana (Gurgel, 1986:36).

O berço da extensão está nas universidades populares. Assim aconteceu na Inglaterra e nos EUA. No Brasil, “a universidade popular como estrutura vinculada ao sistema de ensino superior aparece com a criação da Universidade Livre de São Paulo, em 1912. Na Universidade Livre de São Paulo foi defenida a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão” (Gurgel, 1986:33). Segundo o autor, “estes, ainda hoje, representam a prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente”.

Gurgel reconhece que há referências e que de fato já existiam universidades populares anteriores à de São Paulo, como as do Rio De Janeiro e Maranhão.

“A universidade popular do Maranhão data de 1906 e, segundo o jornal O Diário Do Maranhão de janeiro daquele ano, ela funcionava nas noites de terça-feira, visando colocar o conhecimento científico e literário ao alcance de todos, ministrando igualmente conhecimentos de ordem prática” (Gurgel, 1986:32).

No dizer de Gurgel, o que há de especial na universidade popular de São Paulo é o surgimento diretamente relacionado a uma instituição de ensino superior, sendo, portanto, segundo o autor, a primeira experiência de extensão universitária surgida no país (1986:32-33).

A extensão no Brasil teve uma influência muito forte do padrão extensionista americano. A primeira experiência neste sentido se deu com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em Minas Gerais, que foi inaugurada em 1926, tendo como modelo os Land Grant Colleges. Seu idealizador foi o governador de Minas Gerais, Artur Bernardes, que convidou o professor Henry Rolfs para implementar a idéia (Gurgel, 1988:62). A primeira experiência no sentido de levar assistência técnica aos agricultores, segundo o autor, aconteceu com a “Primeira Semana do Fazendeiro”, em 1929.

Quando, em 1931, foi realizada a Reforma Francisco Campos, sentese nitidamente o crescimento dos ideais defendidos pelos “pioneiros” (grupo que defendia a modernização da educação).

“E a extensão universitária aparece como atividade preponderante, institucionalizada a partir da universidade, de acordo com a proposta norte-americana” (Fávero, apud Gurgel, 1986:64).

No corpo da lei da reforma, no Estatuto das Universidades Brasileiras, que foi aprovado pelo Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, segundo Gurgel, em três artigos existem referências à extensão, sempre através de cursos ou seminários, voltados para a divulgação de (...) em benefício coletivo.

“A programação de extensão deveria ser aprovada pelos colegiados da universidade e divulgar conhecimentos que salvaguardassem os altos interesses nacionais, ou seja, que estivessem a serviço do grupo do poder e de sua postura nacional populista” (Gurgel, 1986:65).

No entanto, a influência do modelo norte-americano de extensão somente se faz sentir mais intensamente na década de 50, quando, segundo Gurgel (1986:65), “a extensão rural passa a ser considerada como um instrumento eficaz pelo Estado”. Isso pode ser comprovado com a criação de vários órgãos: Associação e Assistência Rural de Minas Gerais, em 1948; Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, em 1956.

Os pressupostos do manifesto de Córdova foram retomados pelos estudantes brasileiros em 1938, quando se decidiram a lutar pela concretização de uma universidade a serviço do povo brasileiro.

Na ocasião foi feita a escolha da primeira diretoria da União Nacional dos Estudantes - UNE - e lançado o Plano de Sugestões para uma Re-

forma Educacional Brasileira (Gurgel, 1986:39). O documento foi elaborado por uma comissão, formada por doze estudantes, encarregada de tirar as conclusões das 60 teses então discutidas (Poerner, apud Gurgel, 1986:39).

Gurgel, citando Poerner (1979), destaca que a maior ênfase do documento refere-se à questão da reforma universitária, onde se definem as funções que a universidade brasileira deveria ter:

a) “promover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do saber e de métodos de estudo e pesquisa, através do exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna, de acordo com as necessidades e fins sociais;

b) propiciar a difusão da cultura pela integração da universidade na vida social popular”(1986:40).

Na afirmação de Gurgel, a proposição de 1938 já define uma proposta funcional em relação ao ensino, pesquisa e extensão, que muito se assemelha ao que posteriormente se consubstanciaria na lei n. 5540/68 (1986:40-41).

O início da década de 60 assiste ao aparecimento de toda uma série de experiências, no sentido de um relacionamento entre a universidade e a sociedade.

“Procurava-se disseminar idéias referentes a novos projetos para a sociedade brasileira bem como prestar serviços sociais” (Gurgel, 1986:54).

Das formulações existentes que podem ser caracterizadas como extensão universitária, segundo Gurgel (1986:55), três entidades assumiram maior dimensão: o Centro Popular de Cultura (CPC), o Serviço de Extensão Cultural (SEC) e a Universidade Volante.

É a Lei 5.540/68 que fixa pela primeira vez no Brasil a extensão universitária como função das Instituições de Ensino Superior (Toaldo, 1977:39). Fá-lo em seus artigos 20 e 40, que rezam:

Art. 20 - “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes serão inerentes”.

Art. 40 - “As instituições de ensino superior:

b) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento”.

A institucionalização da reforma universitária através da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, é resultado de determinações legais anteriores como o decreto-lei n. 53, de 19 de novembro de 1966, o decreto-lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967, além dos resultados do Relatório Meira Mattos e do Grupo de Trabalho (Silveira, 1987:38).

Na opinião de Gurgel (1986:80), a Lei n. 5.540/68 tem de ser vista obrigatoriamente como o instrumento legal por meio do qual o Movimento Militar de 1964 procedeu aos reajustes necessários, no sentido de que o sistema de ensino superior atendesse a seus interesses. A nova ordem, segundo o autor, “exigia uma universidade moderna em sua estrutura administrativa, orgânica em seu funcionamento interno, funcional ao sistema político vigente, racional e eficiente em sua atuação”.

Fazendo referência aos artigos 20 e 40 da lei, Gurgel (1986:83) afirma: “a ênfase dada ao relacionamento educação/sociedade, ou, mais especialmente à extensão universitária, parece dever-se à influência do movimento estudantil”.

É justamente o que afirma Pinto, apud Reis (1988). Para o autor, “estudantes, através da UNE - União Nacional de Estudantes e intelectuais, levantaram a bandeira da universidade adequada à realidade nacional. Realizaram vários encontros e seminários, merecendo o Congresso da Bahia, em 1961, um destaque especial por seu posicionamento quanto à extensão”:

“- abrir a universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos como organizadores (ou as próprias Faculdades) de cursos de alfabetização de adultos (ao alcance de qualquer Faculdade), e cursos para líderes sindicais;

- colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas, etc). Que isto não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É necessário, sobretudo, despertar a consciência popular para seus direitos. Entretanto, enquanto vai lutando, não podemos deixar que milhares de pessoas morram do nosso lado;

- colocar a universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados. Promover, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgotos, realizar pesquisas democráticas, etc. Isto pode

ser realizado como trabalho curricular no período de férias” (Gurgel, apud Reis, 1988:10).

Comentando os artigos 20 e 40, Toaldo (1977:39) afirma: “a instituição universitária ganha um sentido cívico objetivo e pragmático, do mais alto alcance”; “graças a ela mestres e alunos, confundidos na mesma tarefa de servir, fortalecerão a sua consciência comunitária e cívica, imprimindo novas dimensões ao seu papel na sociedade e nos destinos do país”.

Quando do estabelecimento da Lei n. 5.540, existiam algumas experiências de extensão universitária de grande expressão, a nível de instituições de ensino superior: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CRUTAC -; o Projeto Morris Azimov, estabelecido segundo convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a USAID; a Universidade Volante, experiência firmada na Universidade Federal do Paraná (Gurgel, 1986:87).

Em 1975, o Ministério da Educação e Cultura criou, junto ao seu Departamento de Assuntos Universitários (DAU), a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) e elaborou o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Este passou a ser o Documento-Base, orientador da ação do Ministério na área da Extensão (Toaldo, 1977:48).

Segundo Silveira (1987:44) “a definição expressa pela CODAE já enfatiza um pouco mais a inter-relação universidade-meio, embora ainda permaneça a idéia de prestação de serviços por parte da instituição universitária”.

O conceito e as formas sob as quais se realiza a extensão universitária, na definição da CODAE é a seguinte:

“A extensão universitária é um subsistema componente do sistema universitário, através do qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. A extensão universitária se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégica (Silveira, 1987:44).

O Regime militar após 64, segundo Silveira (1987:48), “além de não deixar espaço aberto a ser conquistado pela universidade para uma atuação mais crítica, incluiu medidas destinadas mais a angariar a adesão e a simpatia das classes subordinadas do que a satisfazer o interesse dessas classes”.

O capitalismo autoritário, na concepção de Silveira, fez valer os seus valores, utilizando canais de inculcação, tais como o BNH, o MOBRAL, os CRUTACs e o Projeto Rondon. Os dois últimos a nível de ensino superior (1987:48).

O CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária) é um programa de Extensão nascido dentro da Universidade. Sua motivação, segundo Toaldo (1987:114), está na situação de pobreza, de atraso e de carência generalizada das populações das zonas rurais, máxime do Norte e Nordeste do país.

O objetivo do CRUTAC é treinar os universitários na área rural, conscientizando-os a uma vivência da sua problemática, através da presta-

ção de serviços, forma pela qual contribui para o desenvolvimento da comunidade e para a promoção das populações que nela vivem (Toaldo, 1977:115).

Em 1968, (ver Toaldo, 1977:101), um Decreto Presidencial criava, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, que, em 1970, pelo decreto n. 67.505, é transformado em órgão autônomo, subordinado ao Ministério do Interior e denominado, simplesmente, Projeto Rondon, até que em 15 de novembro de 1975, através da lei 6.310, é convertido em Fundação, vinculada ao mesmo ministério.

O embasamento filosófico do Projeto Rondon, segundo Toaldo (1977:101), consiste em: “conhecimento da realidade nacional; participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional; participação da universidade no desenvolvimento nacional; interiorização da universidade; prestação de serviços aos órgãos públicos; participação ativa e consciente da comunidade no processo de desenvolvimento; integração nacional; interiorização e fixação de mão-de-obra; adequação da profissão às realidades e exigências do mercado de trabalho; preparação do universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios do idealismo, que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais”.

Um dos programas do Projeto Rondon, executado em convênio com a universidade, é o Campus Avançado.

“Representa a extensão da universidade para fora da sua área geo-educacional. Significa a interiorização da universidade” (Toaldo, 1977:108).

Na opinião de Gurgel (1986:119), o Campus Avançado representou um estágio mais maduro e sistematizado no Projeto Rondon. Seria a “visualização prática” da universidade integrada.

Para Demo, apud Reis (1988:24) “a experiência dos campi avançados é um dos pontos altos do Projeto Rondon. Nela, a universidade conseguiu ensaiar algumas idéias sobre a necessidade de sua inserção na comunidade e sobre a problemática do desenvolvimento (...) Representa uma oportunidade importante de realização do compromisso social e cultural da universidade. Permite o contato reclamado com a realidade, onde muitas teorias acadêmicas começam a desmoronar, sobretudo quando se trata de realidade distante e culturalmente distinta”.

Reis (1988:25), ao estudar a relação da universidade-população, via campus avançado, conclui que o campus “propõe-se a contribuir para a participação mais efetiva da Instituição de Ensino Superior no processo de desenvolvimento, ensejando a renovação e adequação do ensino e da pesquisa à realidade estadual, regional e nacional, cabendo à instituição de ensino a definição do método de trabalho, a partir da especificidade do conteúdo da ação a ser desenvolvida no Campus”.

A partir de 1977, a CODAE restringiu as metas do Projeto de Integração das Universidades nas Comunidades aos subprojetos: a) integração das universidades às comunidades rurais; b) às comunidades urbanas; c) à Amazônia (Gurgel, 1986:158). Certamente, afirma o autor, a partir de então, a CODAE perdeu toda a sua organicidade.

A CODAE foi extinta em 1979, criando-se uma nova estrutura, onde a extensão, segundo Gurgel, não é nem sequer mencionada (1986:160). Terminava assim, complementa o autor, “a nível institucional, uma fase histórica e inaugurava-se outra, onde a prioridade de atuação junto às comunidades levaria ao surgimento dos Programas de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas e Rurais, o

Pronasec e o Prodasec, de dimensão mais abrangente, contando com grandes recursos financeiros e envolvendo toda a estrutura do MEC. Tal como aconteceu com as experiências estimuladas pela CODAE, posteriormente, os referidos programas seriam esvaziados” (Gurgel, 1986:160).

Segundo Garrafa (1989:18), de 1985 para cá, as coisas mudaram no setor da extensão no Brasil e, essa mudança, sem dúvida, veio a partir da eleição democrática de reitores de universidades públicas brasileiras.

Na visão do autor, a partir de 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, é que o conceito de extensão dentro das universidades está mudando.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades foi criado e implantado no dia 06 de novembro de 1987, durante o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Brasília (Decanato de Extensão da UnB, 1989:117).

O Fórum tem como objetivos, segundo o seu Art. 2.:

1. Formulação de políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fortalecimento das ações comuns das Pró-Reitorias das IESPs da área, a nível regional e nacional;

2. Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB -, visando garantir a análise e/ou encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias;

3. Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da prática acadêmica;

4. Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias;

5. Divulgação das atividades e projetos de Extensão desenvolvidas pelas IESPs.

Nesse mesmo encontro dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, foi concebido o conceito de Extensão, nos seguintes termos:

“a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (1989:109).

No dizer de Garrafa (1989:21) “o conceito de extensão passou a ser um conceito de certa forma autofágico, autodestrutivo, mas extremamente coerente e real”. Hoje, no país, segundo ele, já se reconhece que a extensão se faz por um processo de ensino e pesquisa.

2.4 - CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO

“Ultimamente, em linhas bem gerais, a questão da extensão universitária tem sido colocada em duas dimensões, exclusivas e interdependentes, conforme a ótica de quem a analisa: uma voltada para o seu entendimento enquanto função, serviço que se presta à comunidade; outra, centrada na sua compreensão enquanto metodologia de ensino, atitude de comunhão com a população, que permeia toda a ação político-educativa da universidade”(Reis, 1988:7).

Tendo estas duas dimensões denominadas concepções para efeito deste estudo, como referencial básico, capaz de classificar as atividades extensionistas desenvolvidas no país em concepção assistencialista de extensão e concepção de extensão enquanto comunicação, embora a literatura possa contemplar essas concepções com outra denominação e mesmo alguns autores sejam capazes de identificar outras concepções. Acredita-se, portanto, que essas duas concepções podem representar os dois pólos principais das formas existentes, por reunirem características relevantes a todas, ainda que apresentem diferenças.

2.4.1 - CONCEPÇÃO ASSISTENCIALISTA DE EXTENSÃO

O termo “extensão” significa estender. Na visão de Saviani (1981:67), o termo extensão traz subjacente uma idéia assistencialista, ou seja, “aqueles que têm estendem àqueles que não têm”.

Esta idéia assistencialista, segundo o autor, traz uma direção unilateral. Seria uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não seria considerada.

A forma de encarar o saber, segundo Frantz (1986:11), determina posturas diferentes no que diz respeito à extensão. Afirma o autor que “o saber deriva da relação do homem com a natureza e dos homens entre si. Dá-se no processo de trabalho. A elaboração deste saber, deste conhecimento passou a ser função da universidade, a qual controlada por elites, tem se apropriado desta elaboração passando a conceber-se como fonte do saber”. Desta ruptura, acredita ele, “resulta a postura prepotente de se conceber a extensão como transferência de saber de quem sabe para quem não sabe, de se conceber a extensão como atitude caritativa voltada prioritari-

amente para carentes, favor que aqueles que podem prestam aos que não podem”.

Ao se analisar a obra de Santos (1986), as denominações “extensão assistencialista” e “extensão invasora” se confundem. O autor utiliza a última e a traduz como “invasão cultural”. Para ele, a concepção invasora se relaciona às seguintes palavras ou conceitos-chave:

“transferência, transmissão, incorporação, entrega de conhecimentos, técnicas daqueles que sabem (superiores) para aqueles que não sabem (inferiores); sistematização do conhecimento assistemático popular, mecanismo na ação de quem estende”(Santos, 1986:35-37).

A extensão invasora/assistencialista “institucionalizou-se” após o Movimento Militar de 1964. Há dois aspectos a considerar, para entender-se a visão extensionista pós-64. Primeiro, conforme Silva (1991:45), a postura repressiva que assumia o governo militar, que não permitia iniciativas que divergissem de suas idéias; segundo, os movimentos estudantis dos anos 60 traziam como uma de suas contestações a necessidade de uma relação mais intensa entre universidade e sociedade, que pudesse acabar com a alienação da universidade e, ao mesmo tempo, permitisse socializar um saber do qual a universidade havia se apropriado.

Há muitas contradições aparentes no discurso sobre extensão universitária deste período. Analisando documentos e pronunciamentos oficiais, Silveira (1987:43) afirma que, de modo geral, duas visões estão presentes nesses documentos: “por um lado, nota-se uma tentativa de encarar a extensão como instrumento de conservação, de manutenção da ordem social; por outro lado, como meio de alterar a fisionomia de uma universida-

de retrógrada e ultrapassada para uma entidade inovadora e transformadora”.

Segundo Silva (1991:49), a presença dessas duas visões explicada pelo modelo de desenvolvimento ao qual a universidade deve servir, e neste modelo - o transformador - é entendido como modernização técnica.

Somente a partir de 1969 que, de fato, segundo Gurgel (1986:89), a extensão começa a tomar uma dimensão nacional quando surgem a operação Campi Avançados, do Projeto Rondon, e a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC).

Esse tipo de extensão, tutelado pelo Estado, na visão de Pederneiras (1989:61), continha um conteúdo claramente ideológico. A atuação se dava, fundamentalmente, em cima das ações do CRUTAC e do Projeto Rondon.

“Dentro desta característica, as atividades de extensão, na realidade, nunca atacaram os problemas estruturais da sociedade brasileira”.

Acrescenta o autor que o Estado financiava projetos dentro da direção e perspectiva da sua ideologia.

Ideologia, na visão de Santos (1986:22), calcada na integração nacional. Por meio de programas e inspirações externas às universidades...

“... estudantes e professores eram convidados para um trabalho de natureza assistencial, destinado a melhorar as condições de vida de comunidades distantes”.

Santos (1986:22) entende que a reforma de 68, “com a departamentização da universidade, a matrícula por disciplina e o enfoque invasor-assistencialista da extensão, serviu, por um lado, para pulverizar qualquer movimento estudantil e, por outro lado, para manter as populações oprimidas muito “agradecidas” pela assistência dada pelos governantes e seus novos aliados, os estudantes e os professores universitários”.

“Os Campi Avançados nunca poderiam ser próximos, pois tal condição geográfica possibilitaria a interação, o diálogo entre um grupo de estudantes com a população beneficiada” (Santos, 1986:23).

Uma característica marcante na extensão pós-64 é a esporadicidade das atividades. Estas consistiam mais em prestar assistência do que em propiciar informações às populações a fim de torná-las independentes (Silva, 1991:51).

A extensão, na concepção de Silva (1991:95), era vista como um meio de, alterando a cultura da população envolvida, integrá-la ao projeto de desenvolvimento estabelecido pelo Estado, onde a conscientização da população não era importante, mas ao contrário, era inexistente.

O caráter assistencialista, ao que parece, ainda está presente nas ações extensionistas praticadas nas universidades brasileiras. Essas ações baseiam-se em atividades esporádicas, como cursos, seminários, palestras, trabalhos e serviços de atendimento, por exemplo.

“Agora, o que temos de extensão hoje, é isto que está aí e que não vai trazer nenhum retorno sobre a universidade. Isto que é verdade. O único retorno

que conseguimos é aquele meramente assistencial, não comprometido “ (Frantz, 1989:55).

O que caracteriza a extensão assistencialista, e a diferencia da extensão enquanto comunicação, é a “decisão a priori”, ao contrário da outra, onde a “investigação temática” é sua marca registrada.

A extensão assistencialista institucionalizou-se no país e deixou raízes tão profundas, difíceis de superar, por duas razões básicas, detectadas pelo Decanato de Extensão da UnB (1989:57).

“De um lado, há a figura onipresente do Estado tradicionalmente autoritário, centralizador e paterno-assistencialista. Na outra face da mesma moeda, está uma sociedade com incipiente nível de organização, o que reflete a inconsciência de seus direitos de cidadania e que lhe conduz a uma postura pautada mais na reivindicação de benefícios materiais imediatos que na construção da própria autonomia política dos segmentos populares”.

Aliado a isto, segundo o Decanato, é o fato da Universidade, por ser parte do Estado, padece por contaminação, de muitos de seus males. “É natural, portanto, que a população, com seu cotidiano invariavelmente frustrante, tenha, até mesmo por um mecanismo de auto-preservação, certa desconfiança em sua relação com o Estado e suas instituições. Entre estas, estão as universidades que - necessário que se diga - sempre viveram absurdamente divorciadas da realidade social, onde cabia à Extensão papel meramente ornamental” (Decanato de Extensão da UnB, 1989:57).

Para romper com o isolamento restritivo e polarizado e transformar o ensino, a pesquisa e a extensão em estratégias de aprimoramento de nossas experiências e atividades “é preciso que se tenha a coragem de dar um passo à frente e agir de forma criativa e eficaz com aqueles que vêem a universidade (escola) como algo para além de um instrumento de produção de ideologias e realização de interesses mesquinhos” (Jaú, 1988).

2.4.2 - EXTENSÃO COMO COMUNICAÇÃO

“A comunicação se processa permanentemente e reflete, refrata e interfere nas relações sociais, modificando-se à medida que estas também se modificam. É um fenômeno social e, como tal, somente a dinâmica da sociedade, tendo na ação humana sua promotora, pode explicar o processo comunicacional” (Cattani, 1989:12).

A concepção da educação como comunicação tem em Paulo Freire seu idealizador. Ao se falar em extensão como comunicação, não se pode deixar de considerar a sua concepção de educação, inicialmente formulada em relação à alfabetização, mas ampliada à educação como um todo.

“Assim como não se pode deixar de esclarecer que a preocupação de Freire ao escrever **Extensão ou Comunicação?** estava centrada no trabalho do agrônomo nas áreas rurais do Chile” (Silva, 1991:37).

Entende Silva que esta preocupação pode ser ampliada a todas as demais áreas, em qualquer trabalho de extensão, uma vez que estes trabalhos estabelecem sempre uma relação pedagógica (1991:37).

A luta de Freire está voltada, essencialmente, às classes de baixa renda, os chamados oprimidos, que, segundo ele, são aqueles que podem fazer a libertação de toda a sociedade, lutando pela sua própria libertação. A sua concepção de extensão, portanto, baseia-se principalmente na crítica às estruturas da sociedade capitalista através da educação.

Freire é um crítico do conceito de extensão. Ele submete o termo a uma rigorosa análise e conclui que “...o termo extensão, na acepção que nos interessa aqui - indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática do verbo transitivo relativo, de dupla complementação: - estender ‘algo a’” (1980:20).

Ao estabelecer o campo associativo do termo extensão (fazendo referência à concepção de ‘campos associativos’ de Bally), esse se encontra em relação significativa com “transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação”, sendo que todos estes termos, no dizer do autor, “envolvem ações que, transformando o homem em quase ‘coisa’, o negam como ser de transformação do mundo” (Freire, 1988:22).

Para Freire, a educação compreendida em sua perspectiva verdadeira não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente, que este deve fazer para transformar o mundo.

“O processo de conscientização só pode acontecer numa educação contrária ao que envolve o termo extensão, uma educação dialógica, onde o educador transforme-se em educador-educando e o aluno em educando-educador. Onde ambos sejam sujeitos cognoscentes que se encontram através do diálogo” (Silva, apud Freire, 1991:41).

O diálogo é que caracteriza a comunicação. A educação por sua vez é comunicação, é diálogo, na medida em que, segundo Freire (1988:69), “não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Esta comunicação, na visão do autor, é a comunicação que se faz criticamente.

Demo, apud Reis (1988:40), parece concordar com isso, quando afirma que “a partir do diálogo, concebido como fala contrária, ou seja, comunicação entre seres que têm algo a dizer porque são diferentes, que discordam e até concordam. Em que as partes assumem sua ideologia e introduzem, como parâmetro de ciência, a discutibilidade; se criticam, se autocriticam e contra- criticam, é que se pode desencadear uma relação dialógica entre universidade e população”.

Isto significa, segundo Reis (1988;40), que essa relação dialógica vai se dar no contexto das diferenças e das condições objetivas em que universidade e população estão situadas.

É em suas relações dialéticas com a realidade que se discutirá a educação como um processo de constante libertação do homem.

“Educação que, por isto mesmo, é não aceitar nem o homem isolado do mundo - criando este em sua consciência -, nem tampouco o mundo sem o homem - incapaz de transformá-lo” (Freire, 1988:75).

Segundo Freire, a educação para ser verdadeiramente humanista, tem que ser libertadora. Uma de suas preocupações básicas deve ser o aprofundamento da tomada de consciência, que se opera nos homens, enquanto agem, enquanto trabalham (1988:76).

“Este esforço dá tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar, não pode ser, repitamos, de caráter individual, mas sim social” (Freire, 1988:77).

A conscientização dos homens é a busca de uma atitude crítica frente à realidade, uma atitude de “reflexão, que comprometa a ação”, pois “a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo” (Silva, apud Freire, 1991:40).

Para que a extensão assumisse uma proposta de comunicação, Gurgel (1986:163) acredita que “os segmentos da universidade teriam de se colocar na perspectiva dos mais simples e aceitar a condição de aprendizes daqueles que, por terem um outro tipo de saber, julgam que nada sabem”.

“O conhecimento não se estende de quem se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (Freire, apud Reis, 1988:14).

O trabalho educacional em Extensão consistiria em ajudar o povo a descobrir suas necessidades, analisar seus problemas, bem como a formular e executar soluções benéficas, o que significaria ajudar as famílias a ajudarem a si mesmas (Santos, 1986:39).

Lembra Gurgel (1986:168) que isso é possível, ao citar Oliveira, que por sua vez faz referência a Gramsci.

“Para Gramsci, os grupos marginalizados e discriminados podem agir como educadores de seus próprios professores na medida em que, com sua existência concreta, com o seu que fazer histórico, indicam para onde querem ir, apontam, ainda que confusamente, qual o conteúdo da nova cultura crítica e consciente a ser construída”.

Nesta perspectiva, segundo Gurgel, “a universidade precisa, portanto, ‘aprender a ler’, concretamente, a realidade do povo e, em seu aprendizado, entender realmente como pode se estender ou, quem sabe, mais pretenciosamente, se comunicar, como assinala Paulo Freire”. Salienta o autor que “este é um aprendizado que precisa ser vivido por todos aqueles grupos da universidade que pretendem trabalhar - com e a favor - pelas causas da classe trabalhadora. Precisa-se realmente assumir uma postura de parceiro da construção de uma sociedade nova, onde, quem sabe, talvez, o “saber popular” tenha muito mais a dizer do que tudo aquilo que é vivenciado hoje pelas universidades”.

Em contrapartida, a sociedade teria que ter certa organicidade, lutar pela obtenção de seus direitos, ao pressionar, reivindicar, ocupar e exercer poder na universidade, bem como em outros setores da sociedade civil e política.

Esta organicidade da população poderia ocorrer sob a forma de grupos, associações, sindicatos, comunidades de base, movimentos alternativos e outras formas de expressão coletiva (Reis, 1988:240).

Para Reis, “toda ação conjunta de intelectuais orgânicos (no caso professores, dirigentes, alunos da universidade) e população, visando mobilização e organização desta, deveria estar submetida a uma permanen-

te crítica e auto-crítica. Isto, como forma de prevenir e corrigir a tendência a desvios ideológicos, inerentes às condições objetivas-subjetivas dos intelectuais e da própria população” (1988:240).

A extensão deve ser a função de comunicação da universidade com seu meio, enfatiza Gurgel, possibilitando, assim, sua realimentação face à problemática da sociedade. Quando se fala em educação extensionista, acrescenta ele, isso se traduz em termos de uma “universidade extensionista” que tem a extensão como função presente no “seu todo” e não é uma universidade que simplesmente executa programas de extensão (1980:135).

Na concepção freireana, ou “extensão enquanto comunicação”, a extensão “seria um meio de desenvolver-se uma consciência crítica que possibilitasse a organização das pessoas a fim de transformar as estruturas da sociedade. O contato da universidade com a comunidade traria, sem dúvida, uma transformação da última” (Silva, 1991:95).

Na concepção de extensão enquanto comunicação, o educador é entendido como um dos sujeitos do conhecimento, socializado, ampliado e reciclado através do diálogo com a comunidade, que é o outro sujeito do processo cognitivo, que acontece através da extensão (Freire, apud Silva, 1991:97).

Para a concepção de extensão enquanto comunicação, qualquer atividade extensionista, seja um curso, uma pesquisa, enfim, qualquer atividade, tem de ser construída junto à população, através de uma pesquisa temática que envolve membros da comunidade, mesmo porque “...uma comunidade muda conforme mudam os seus problemas, as suas condições, por isso, mesmo que se tenha trabalhado com uma comunidade, é impossível manter cursos prontos a serem ministrados, pois ela está em constante mudança, mudando, assim as suas necessidades e os seus anseios” (Silva, 1991:101-102).

2.5 - O MODELO DE UNIVERSIDADE MULTI-CAMPI

A literatura referente ao modelo de universidade multicampi é incipiente, dificultando um estudo mais aprofundado. Encontrou-se referência ao “sistema multi-campi” em dois estudos: um realizado em Santa Catarina, pelo Prof. Ignácio Ricken, em 1981, que aborda o Planejamento do Ensino Superior no Estado e outro pela Professora Mércia Maria Cavalcanti de Almeida, em 1984, onde analisa a experiência da Universidade Federal da Paraíba a partir da opção desta em interiorizar suas atividades. Ambos, ao descrever o modelo multicampi, baseiam-se no autor americano, Prof. William Adrian, que proferiu palestra numa reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, no ano de 1977, em Niterói.

Adrian, apud Almeida (1984:7) define operacionalmente os sistemas multicampi como sendo “um grupo de campi de universidades ou de colleges governados por uma administração central ou um conselho de dirigentes”.

O sistema de multicampi, segundo Ricken (1981:210), é uma das mais significantes e recentes modificações organizacionais introduzidas na história da universidade do mundo ocidental.

O modelo multicampi de universidade surgiu nos EUA, em 1945, ocorrendo um crescimento em tamanho e complexidade de 1969 para cá (Adrian, apud Almeida, 1984:6). Para o autor, esse desenvolvimento ocorreu em resposta a três pressões principais: “1) rápida expansão de matrículas e instituições; 2) aumento de complexidade e custo de programas; 3)

demandas públicas (através de ações das legislaturas estaduais) por um uso efetivo e eficiente dos recursos”.

Ricken (1981:210) aponta dois caminhos que trilham a constituição de multicampi. “A existência de várias instituições situadas em vários campi deu lugar a uma entidade na forma de agregação sob uma administração central. Foi uma das origens. Em outros casos, uma universidade já existente ampliou-se através da criação de novos campi ou absorção de antigos, considerados extensões da “instituição-mãe”.

“Utilizando as experiências realizadas no exterior, o modelo multicampi começa a ser introduzido no Brasil. Em virtude desse processo histórico, a UFPb, em fins de 1976, começou a se preocupar em desenvolver um sistema que integrasse todas as regiões do Estado. Com isso, nasceu um modelo de universidade multicampi, sendo uma experiência pioneira nas instituições de ensino superior no país” (Almeida, 1984:7).

Quanto à definição operacional, o principal problema que surge, segundo Adrian, apud Ricken (1981:210), “é o nível de equilíbrio a ser estabelecido entre a estrutura central do multi-campi e as funções de autoridade que devem ficar a nível dos diversos campi”.

“Ao se reportar ao relacionamento entre a administração central e os campi é bom que fique claro que qualquer sistema, - não importa quão bem organizado e sofisticado -, não é melhor do que as pessoas que o operam. Por essa razão, é essencial ter na administração central indivíduos que sejam inteligentes, conhecedores e sensíveis às necessidades dos outros, bem como, tenham um agudo senso de integridade pessoal e uma visão dos

grandes fins da educação e sua importância para uma sociedade sadia” (Adrian, apud Ricken, 1981:213).

“Em suma, uma administração central deve ter líderes educacionais para que o sistema de multi-campus opere efetivamente” (Adrian, apud Ricken, 1981: 213).

Na concepção de Ricken (1981:213), para resolver a comunicação e o relacionamento pessoal entre a administração central e os campi, o primeiro passo, segundo o autor, “é estabelecer por escrito, clara definição de responsabilidade e autoridade do “staff” central e das administrações setoriais dos campi. Mesmo que as funções e as responsabilidades sejam efetivamente bem definidas, não há como evitar um certo nível de tensão entre a administração central e a setorial. O que cabe aqui é criar um ambiente tolerável e saber canalizar as eventuais tensões para fins construtivos”.

Para Almeida, “um sistema multicampi bem concebido proverá mais e melhores oportunidades aos estudantes por concentrar programas especializados de pesquisa e ensino, em instituições selecionadas por evitar proliferação e duplicação desnecessárias” (1984:9).

Ricken, ao vislumbrar a possibilidade da constituição de uma universidade multicampi no Oeste de Santa Catarina, acredita que o modelo teórico de “multi-campus” preconiza, entre outras, as seguintes vantagens:

a) “além de representar um crescimento planejado nos moldes do que preconiza a política dos DGEs (Distritos Geoeducacionais), traduzir-se-á em aspectos de crescimento orgânico da instituição no sentido do cumprimento de seus elevados objetivos, não sofrendo as distorções e as hipertrofias comumente provocadas pela improvisação e pelo isolamento;

b) as unidades constituintes ganharão no contexto do mesmo uma maior efficientização de seus processos acadêmicos, administrativos e outros, pois cada uma delas se valerá da experiência das demais, eximindo-se de aprender com seus próprios erros e adotando, de forma mais econômica, as técnicas mais racionais e eficientes;

c) a participação das Unidades nas deliberações da universidade se fará através da estratégia básica de composição dos órgãos colegiados superiores, a partir da delegação democrática e representativa dos colegiados setoriais, por elemento de representação. Estará, assim, assegurada a integração plena entre a administração central planejadora, normatizadora, avaliadora e de última instância para recursos, com os bens representados pelos “Centros Universitários”, suportes de execução com autonomia. A nível administrativo, obtem-se integração, a par da autonomia setorial, através de colegiado próprio integrado pela Administração Superior Central e pelos Diretores dos Centros;

d) partindo-se da premissa de que as Unidades deverão exercer papel preponderante no desenvolvimento e integração regional, o vocacionamento de cada “Centro Universitário” deverá se pautar na realidade regional e voltar-se para a solução dos problemas existentes ao nível do tipo de economia predominante, de forma prioritária, tanto na eleição de cursos e programas de pesquisa, como na própria atividade de extensão. E, neste contexto, engajar-se na comunidade circundante, embasando os programas e projetos de pesquisa, de forma cooperativa, nos núcleos eventualmente pré-existentes ou que venham a ser criados. Desta forma, as Unidades se especializarão e procurarão atender de sua área de influência geoeeducacional” (Ricken, 1981:219-221).

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

A revisão da literatura no capítulo precedente, onde se discorreu sobre as características, evolução e concepção da extensão universitária nas universidades brasileiras, acrescida do modelo multicampi, possibilitam a formulação da seguinte hipótese de trabalho:

o processo de transformação das Educacionais de Chapecó, Joaçaba e Videira em Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - provocou mudanças reais na e da extensão universitária desenvolvidas nessas IES até então.

3.1 - PERGUNTAS DE PESQUISA

A partir da fundamentação teórica do estudo, da pesquisa documental e de entrevistas com dirigentes e professores, buscou-se resposta para os seguintes perguntas de pesquisa:

1 - Qual a concepção e prática de extensão presentes nas ações extensionistas desenvolvidas no contexto da UNOESC, antes e depois da sua criação?

2 - Que avanços a criação da UNOESC trouxe para a prática extensionista?

3 - Como desenvolver a prática da extensão universitária numa universidade multicampi como a UNOESC?

3.2 - DEFINIÇÃO CONSTITUCIONAL E OPERACIONAL DE VARIÁVEIS

Variável	Definição Constitutiva	Definição Operacional
Extensão universitária	Função através da qual as universidades estendem à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes (Lei nº 5.540/ 68, art. 20).	Concebida através de revisão bibliográfica.
Concepções de universitária .	Diferentes abordagens utilizadas para a percepção ou discussão das iniciativas de extensão desenvolvidos em nível de universidade	Identificadas pela análise de conteúdo depreendida dos dados coletados via questionários e entrevistas
Modelo multicampi de universidade	Instituição de ensino superior constituída pela agregação de várias faculdades isoladas, por meio de eventos formais e modificações estruturais.	
Prática de extensão universitária		Foi detectada pela análise quantitativa e qualitativa dos projetos de extensão desenvolvidos no contexto da UNOESC, antes e depois da sua criação, através de dados primários e secundários.
Mudanças na concepção e prática de extensão	Diferenças perceptíveis em relação à concepção e prática de extensão universitária, considerando dois períodos distintos: antes e depois da autorização do projeto de universidade	Foi detectada pela análise quantitativa e qualitativa dos projetos de extensão desenvolvidos no contexto da UNOESC, antes e depois da sua criação, bem como, pela análise de conteúdo depreendida dos dados obtidos via questionário e entrevistas.

3.3 - POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população aqui considerada é compreendida pela totalidade dos dirigentes universitários e docentes diretamente envolvidos com as atividades de extensão, considerando o período aproximado de 2 anos antes da criação da UNOESC até o presente momento, levando em conta os campi de Joaçaba, Videira e Chapecó, com seus campi aproximados de Xanxerê e São Miguel do Oeste.

A amostra foi extraída a partir de contatos com dirigentes da Instituição, ou seja, o Pró-Reitor de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação e os então Coordenadores Acadêmicos dos três campi, que auxiliaram na tarefa de identificar as pessoas com experiência ou que de alguma forma participaram no desenvolvimento da extensão universitária, tanto nas Ex-Fundações Educacionais, quanto na UNOESC, que, portanto, seriam passíveis de serem entrevistadas ou submetidas à aplicação de questionário.

Após esta identificação, optou-se em realizar entrevistas com o Reitor, Pró-Reitor de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação, Pró-Reitor de Administração, Coordenadores Acadêmicos dos Campi de Chapecó e Videira, Diretores Superintendentes de Chapecó e Joaçaba, perfazendo 7 entrevistas.

Para identificar as questões relativas à extensão universitária nas Ex-Fundações Educacionais selecionou-se 22 pessoas, ocupantes de cargos de direção na estrutura da época, bem como docentes, aos quais foi solicitado o preenchimento de um questionário, com questões específicas. Dentre este grupo de pessoas, 6 são de Chapecó, 5 de Videira, 5 de Joaçaba, 2 de Xanxerê e 2 de São Miguel do Oeste. Fazem parte desta lista de nomes, também, 2 ex-professores da FUOC de Joaçaba, hoje residentes em Floria-

nópolis e Campo Grande - MS, que eram elementos atuantes na prática da extensão, naquela ex-Fundação.

Para responder ao questionário relativo à questão da extensão universitária na UNOESC, foram identificadas 25 pessoas, entre dirigentes e docentes, assim distribuídos: 7 em Chapecó, 7 em Videira, 7 em Joaçaba, 2 em Xanxerê e 2 em São Miguel do Oeste.

3.4 - CARACTERIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como do tipo “estudo de caso”, uma vez que se estudou a extensão numa única instituição. O estudo aprofundado de aspectos relacionados à extensão universitária na UNOESC, coloca-o, na classificação de Bogdan, apud Triviños (1987:134), na categoria de estudo de caso histórico-organizacional: “o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição. A unidade pode ser uma escola, uma universidade, um clube, etc”.

A perspectiva da pesquisa é longitudinal, com corte transversal, isto é, analisou-se a extensão universitária em dois momentos distintos, o anterior e o posterior à autorização do Projeto de Universidade.

A análise ficou centrada basicamente em cima dos dados primários coletados através de entrevistas e questionários, uma vez que os dados de fonte documental foram incipientes, principalmente no que concerne à extensão universitária desenvolvida anteriormente ao Projeto de Universidade.

O método de “estudo de caso”, portanto, foi considerado adequado para esta pesquisa, já que se procurou analisar de forma intensiva as carac-

terísticas da concepção e prática da extensão universitária no contexto da UNOESC.

3.5 - COLETA DE DADOS

Os dados coletados para efeitos deste estudo foram de dois tipos: primários e secundários.

Primeiramente, havia se pensado em realizar entrevistas com todas as pessoas previamente identificadas e capazes de contribuir com sua experiência para a concretização deste estudo. Porém, uma análise mais intensiva mostrou a inviabilidade deste propósito. Alguns aspectos relacionados à prática da extensão universitária exigiam um instrumental com questões fechadas, para facilitar a tabulação, proporcionando assim, a confecção de tabelas, que iriam, ao que tudo indica, enriquecer o relatório da pesquisa. Por outro lado, havia a necessidade de identificar duas realidades bem distintas, ou seja, a extensão nas ex-Fundações Educacionais e a extensão a partir do Projeto de Universidade. Portanto, era preciso confeccionar dois instrumentos diferentes, uma vez que a grande maioria destas pessoas sujeitas a serem questionadas faziam parte do quadro funcional dessas Fundações e hoje são membros do corpo de dirigentes ou docentes da UNOESC. Aí, então, o cuidado para que não houvesse a possibilidade de se fazer confusão no tocante à prestação das informações.

Optou-se, então, em confeccionar três instrumentos de coleta de dados: a) roteiro de entrevista semi-estruturado, com questões mais abrangentes, adequado para os principais dirigentes da UNOESC, que por certo têm uma visão do todo da instituição e de suas funções; b) um questionário, denominado “instrumento de coleta de dados II”(anexo 2), próprio para os dirigentes de segundo escalão e docentes de agora; c) um questio-

nário (instrumento de coleta de dados III) pertinente para os dirigentes de todos os níveis e docentes com envolvimento na prática da extensão universitária, nas ex-Fundações Educacionais (anexo 2).

A coleta de dados concentrou-se no período de 03/1994 a 06/1994. Foram feitas 7 entrevistas orais gravadas, atingindo 100% do previsto.

As entrevistas orais gravadas foram precedidas de encaminhamento de um resumo do projeto de dissertação e do roteiro de entrevista, previamente confeccionado. O roteiro era flexível e teve a finalidade de facilitar o encadeamento do raciocínio e da conversa entre o pesquisador e o entrevistado. O pesquisador, muitas vezes, formulou perguntas em cima das respostas dos respondentes, ampliando e precisando as informações fornecidas pelos mesmos.

As entrevistas escritas (questionários) foram entregues pessoalmente pelo pesquisador a cada um dos respondentes, acompanhados de um resumo do projeto de dissertação, além de uma carta de apresentação elaborada pelo Pró-Reitor de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação, relatando a importância do estudo. Neste contato era salientada a necessidade da devolução do instrumento e de um prazo mínimo para tanto. Pelo menos 50% dos respondentes recebeu dois questionários, uma vez que faziam parte do quadro funcional das antigas Faculdades. Para os ex-docentes da FUOC, hoje residentes fora da área de abrangência da UNOESC, o instrumental foi enviado via correio e retornou num prazo inferior a duas semanas, devidamente preenchido.

No final de três meses, obteve-se um retorno de 17 questionários (instrumento III), perfazendo 77.3% e igualmente 17 questionários do instrumento II, correspondendo a 68%.

Constatou-se que nas ex-Fundações não existiam documentos referentes à prática da extensão universitária desenvolvida, com exceção de alguns relatórios anuais, bastante superficiais e assim mesmo não encon-

trados em todos os três campi, como é o caso de Chapecó. Para a análise e interpretação dos dados referentes ao momento atual, utilizou-se, além dos relatórios anuais, outros documentos, como o Regimento da Instituição, alguns regulamentos relacionados, bem como “projetos” de extensão desenvolvidos e em andamento. Esta coleta deu-se principalmente na Reitoria, Pró-Reitoria de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação e as Secretarias dos campi. Algumas pessoas, sobretudo, se empenharam nesta tarefa, como por exemplo o próprio Reitor, o Pró-Reitor de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação e a secretária da Reitoria.

3.6 - TRATAMENTO DOS DADOS

A apuração e análise dos conteúdos das entrevistas orais e escritas tiveram quatro fases:

- a) transcrições das gravações e revisão dos textos transcritos;
- b) leitura dos textos, das entrevistas gravadas e escritas;
- c) elaboração e preenchimento da “matriz de análise de conteúdo para entrevista gravada” e “matriz de análise de conteúdo para questionário”;
- d) elaboração do texto conclusivo do estudo.

Uma vez completadas as fases “a” e “b”, procedeu-se à síntese e ao registro dos conteúdos. Assinalou-se e reproduziu-se aqueles conteúdos que pudessem servir de ilustração ou fundamentação, quando da elaboração do texto final da pesquisa.

Dos relatórios e documentos que constituem a fonte secundária de dados, foram extraídos números e citações que pudessem servir de ilustração e confirmação àquilo que fora colhido das entrevistas e questionários.

Procurou-se dar um enfoque qualitativo à pesquisa, utilizando procedimentos estatísticos simples, como as tabelas, apenas como suporte ilustrativo.

3.7 - LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O método de estudo de caso, como mencionado anteriormente, possibilita uma análise aprofundada de uma situação, facilitando a compreensão de sua totalidade.

No caso presente, foram analisadas a concepção e a prática da extensão universitária, em dois momentos distintos, na perspectiva do modelo multicampi. A validade do presente estudo circunscreve-se à UNOESC, uma vez que generalizações para outras universidades similares exigiria uma amostra representativa destas. Contudo, com a devida cautela, os resultados desta pesquisa poderão ser considerados em relação a outras universidades multicampi com características parecidas a esta.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS EX-FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS

O ensino superior instalou-se no Meio-Oeste de Santa Catarina a partir da década de 70, através de Fundações Educacionais - dentre as quais, as que deram origem à UNOESC - desenvolvendo atividades ligadas prioritariamente ao ensino. A pesquisa e a extensão eram atividades caracterizadas por ações isoladas, desvinculadas de qualquer política institucional. No que se refere à extensão, isto pôde ser comprovado pela dificuldade de se resgatar qualquer documento referente ao assunto. Relatórios sobre as atividades desenvolvidas, nem sempre, ou quase nunca eram confeccionados. Os dados obtidos, que possibilitariam caracterizar a extensão nas ex-Fundações são de fonte primária, fruto dos questionários aplicados. Os dados de fonte secundária restringem-se aos poucos relatórios anuais expedidos pelas instituições e encontrados nos arquivos das mesmas.

4.1.1 - A RELAÇÃO DAS FUNDAÇÕES COM A COMUNIDADE CIRCUNDANTE

As Fundações Educacionais que hoje compõem a UNOESC nasceram no bojo do conhecido processo de desenvolvimento das novas cidades do Meio e Oeste de Santa Catarina. Essas instituições, representaram, na sua origem, segundo Zeferino, apud Rosêto (1988:05) “um acontecimento

típicamente destinado a conferir “status” e “grande prestígio” a essas cidades, desejosas de se incorporarem no processo de desenvolvimento em curso no país”. Acrescenta o autor, que a reivindicação por uma “faculdade” tinha o mesmo peso político que a reivindicação pela emissora de rádio, pelo aeroporto e pela criação do distrito industrial.

Afirma Rosêto (1988:05) que atrás dos propalados objetivos de ampliar as oportunidades educacionais à clientela do interior ou das pequenas cidades, “a iniciativa de criar a faculdade buscava conferir maior poder a indivíduos e segmentos sociais que assumiam o papel social das chamadas “lideranças comunitárias”.

Essas “Faculdades” representavam um instrumento de desenvolvimento regional para essas regiões do Estado de Santa Catarina. Nesta perspectiva, o ensino tinha papel preponderante, pois formava mão-de-obra qualificada para o setor produtivo e economicamente mais favorecido. Porém, os demais segmentos da comunidade não podiam ficar à margem, daí o papel fundamental da pesquisa e da extensão.

Cabe à extensão o papel de articuladora entre a instituição de ensino superior e a sociedade. No dizer de Saviani (1981:67) “é a extensão quem vai proporcionar condições propícias para que a sociedade coloque os seus problemas”.

Antes de verificar como na prática se dava a articulação das Fundações com a comunidade circundante, é mister saber o que os dirigentes e docentes envolvidos com as atividades extensionistas entendiam por “extensão universitária”.

Das respostas obtidas nos questionários, o que mais se viu foi a vinculação do conceito de extensão à prestação de serviços à comunidade, o que pode ser observado nesta resposta:

“Como não existia a pesquisa, a extensão era entendida apenas como uma prestação de serviços nas áreas em que era oferecido o ensino, ou em áreas que a comunidade solicitasse”.

Pelas respostas oferecidas, constata-se que esta “prestação de serviços” pode ser entendida como ações na área da educação - capacitação de recursos humanos, geralmente solicitadas pelas prefeituras municipais e ainda a realização de palestras e seminários.

Percebe-se, também, em alguns dirigentes, pelas respostas dadas, uma visão mais ampla do conceito de extensão, que se aproxima da concepção presente na literatura especializada, conforme se pode ver, pelo comentário que se segue.

“É através da extensão que a universidade mostrará à sociedade o porquê da sua existência como ente transformador, aperfeiçoador e dinamizador do conhecimento”.

O conceito de extensão vigente nas ex-Fundações em nenhum momento foi vinculado à pesquisa, mas somente ao ensino. Esta relação se dava em duas direções: a) comunitária e b) acadêmica. A primeira voltada para fora e a segunda para as atividades internas.

Como as Fundações não tinham um projeto institucional para a extensão universitária, a relação delas com a sociedade era precária, muito embora as atividades oferecidas fossem aceitas. A relação mais efetiva das instituições de ensino se dava com as prefeituras municipais e outros órgãos, como ACARESC, SENAC e FUCABEM (1).

A tabela 1 mostra como era a relação das Fundações com a sociedade/comunidade circundante, na concepção das pessoas questionadas.

TABELA 1

Relação das fundações com a comunidade

Tipo de relação	Freq.	%
a) Plenamente articulada	02	12.5
b) Pouco articulada	12	75.0
c) De indiferença	02	12.5
Total	16	100

Fonte: dados primários (questionário)

Como mostra a tabela 1, a relação das Fundações com a comunidade era pouco articulada. Deste modo, a participação da comunidade na elaboração das atividades extensionistas era quase nula. A elaboração dos projetos dava-se a nível de instituição, cabendo a participação da comunidade somente na fase da execução.

TABELA 2

Participação da sociedade na elaboração/execução dos programas de extensão.

Grau de participação	Freq.	%
a) Pouca	13	76.5
b) Intensa	01	05.9
c) Nenhuma	03	17.6
Total	17	100

Fonte: dados primários (questionário)

4.1.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Acredita-se que o primeiro passo para determinar um diagnóstico sobre as atividades extensionistas praticadas nas ex-Fundações Educacionais seja levantar os fatores determinantes que motivaram o estabelecimento das prioridades. Procurou-se classificar estes fatores em 5 categorias: econômico, político, social, educacional e cultural. O instrumento de coleta de dados permitiu que os respondentes, ao assinalarem a sua opção, opinassem sobre a mesma. A tabela 3 destaca os fatores determinantes.

TABELA 3

Fatores determinantes para o levantamento das prioridades extensivistas

Fatores	Frequência	%
a) Econômico	05	20.0
b) Político	01	04.0
c) Social	03	12.0
d) Educacional	10	40.0
e) Cultural	06	24.0
Total *	25	100

* A maioria dos 16 respondentes identificou mais de um fator.

Fonte: dados primários (questionário)

Como se vê, 40 % das alternativas assinaladas recaíram sobre fatores educacionais. Ao que parece, dois são os motivos principais: a) preocupação com a qualificação de docentes, por parte das redes estadual e municipal de ensino; b) o curso de pedagogia estava presente nas três Fundações, o que concedia às instituições um certo “know-how”, possibilitando serviços de consultoria na área do ensino. Os depoimentos que se seguem reforçam o exposto acima.

“Porque havia uma grande preocupação com a qualificação dos docentes, tanto da rede estadual como

municipal; com o intuito de melhorar a qualidade do ensino”.

“Porque o forte da nossa instituição eram as atividades voltadas aos setores educacional e social”.

“O respondente está ligado diretamente ao curso de Pedagogia, razão pela qual os levantamentos para a extensão sempre recaíram nos determinantes educacionais”.

O segundo fator mais votado foi o cultural. Parece que, novamente, são dois os aspectos a serem considerados, estes de ordem estrutural. A Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE -, mantinha uma preocupação mais contundente com o aspecto cultural, notadamente vinculada com a questão indígena da região, tanto que criou o Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM -, um programa permanente de pesquisa e extensão. Projeto que se justifica, no dizer de Rosêto (1988:17), porque “a maneira acertada de interferir sobre o rumo de determinado momento de um processo social em desenvolvimento depende, em larga escala, do conhecimento de tudo aquilo que o antecedeu”.

O segundo motivo de ordem estrutural, pode ser entendido na afirmação de um dos respondentes.

“Considerando que as atividades, ou seja, os projetos de extensão, quando existiam, eram desenvolvidos de forma isolada e parcial, quando se injetava

recursos financeiros apresentavam-se como **culturais**, não muito claros”.

Outro fator destacado, como pode ser observado na tabela 3, é o econômico. Há de se considerar que as Fundações eram mantidas basicamente com os recursos obtidos do pagamento das mensalidades dos discentes. As atividades de extensão, por conseguinte, eram mais uma oportunidade de obtenção de recursos financeiros. Desta forma, as atividades ou projetos que permitissem uma arrecadação maior eram priorizadas. O depoimento de um dos respondentes testemunha a favor desta afirmação:

“A extensão era vista como uma forma complementar dos recursos financeiros para a instituição; bem como uma forma de os profissionais envolvidos receberem um complemento em seus salários”.

A tabela 4 demonstra de que forma eram financiadas as atividades de extensão nas ex-Fundações Educacionais, segundo a visão de dirigentes e docentes envolvidos com a prática extensionista da época.

TABELA 4

Formas de financiamento dos projetos de extensão

Formas de financiamento	Frequência	%
a) Auto-financiados	08	44.5
b) Parcialmente auto-financiados	05	27.8
c) Custeados pela Fundação	03	16.6
d) Financiados por outros organismos	02	11.1
Total *	18	100

* 15 pessoas responderam a esta questão, sendo que 3 delas apontaram duas modalidades.

Fonte: dados primários (questionário)

Os dados desta tabela confirmam as afirmações anteriores sobre o financiamento das atividades extensionistas.

A utilização da extensão universitária com o intuito de arrecadar fundos, tem merecido críticas de estudiosos do assunto. Por exemplo, Souza e Sá demonstram que os serviços de extensão devem ser vistos como “um ato de educação”, para que possam ser entendidos como trabalho universitário. Para eles, “atos de educação não podem ter como fito a mera especulação econômica, confundindo-se com os de uma empresa comercial. Não se podem estruturar tendo em mira a simples captação de recursos ou a contraprestação financeira ao trabalho realizado, confundindo-se,

desta vez, com os serviços executados pelos profissionais liberais”(1984:65).

Procurou-se analisar as atividades extensionistas desenvolvidas nas ex-Fundações Educacionais em maior profundidade. Para tanto, buscou-se informações de fonte primária e secundária, ou seja, questionários e relatórios. No questionário os respondentes destacavam as atividades mais desenvolvidas em ordem de importância, seguindo uma classificação pré-estabelecida. Dos relatórios anuais de 1989, 1990 e 1991, extraiu-se o número de projetos, depois ordenados nas categorias pré-definidas. Baseado num estudo de Silva (1991:74-75) classificou-se as atividades extensionistas em 7 categorias: consultoria, serviços técnicos, serviços de ensino, atividades assistenciais, atividades culturais, atividades esportivas e outros.

A autora realizou seus estudos numa universidade federal e definiu as modalidades anteriormente citadas da seguinte forma:

“a) **consultoria** é o aconselhamento técnico-científico em áreas do conhecimento em que se revelem carências na comunidade; b) **prestação de serviços técnicos** é a execução de atividades que demandem a utilização de recursos humanos e materiais existentes na instituição, e que não caracteriza prestação de consultoria; c) **prestação de serviço de ensino** é a realização de atividades de natureza eventual e não regular, na forma de cursos, simpósios, congressos, seminários, palestras, debates e equivalentes; d) **atividades assistenciais** são aquelas nas quais a universidade utiliza seu potencial mate

rial e humano para assistir à comunidade; e) **atividades culturais** compreendem a ação artístico-cultural em termos de promoção, preservação e resgate”.

Para efeitos deste estudo, entende-se, também, as atividades relacionadas ao ensino, como por exemplo, a capacitação de docentes como parte da categoria “c”, ou seja, “prestação de serviços de ensino”. A modalidade “atividades esportivas”, não definida por Silva, refere-se às atividades extensionistas relacionadas à prática esportiva de um modo geral. Por “outros” entende-se todas as atividades que não podem ser enquadradas em nenhuma das categorias anteriores.

A tabela 5 apresenta a distribuição dos projetos de extensão da amostra por modalidade, segundo a importância referida por cada um dos respondentes do instrumento de coleta de dados. Por ordem de importância, neste estudo, entende-se que a modalidade que for auferida com o número 1 seja a que tenha sido a mais desenvolvida nas ex-Fundações. O número 2 significa a segunda mais desenvolvida e assim sucessivamente até o 7.

TABELA 5

Modalidade de atividade mais desenvolvida nas ex-Fundações

<i>Ordem de importância</i>	<i>C</i>	<i>ST</i>	<i>SE</i>	<i>AA</i>	<i>AC</i>	<i>AE</i>	<i>O</i>
	01	02	13	00	00	00	00
01 %	06.6	13.3	86.7	00	00	00	00
	03	02	00	03	06	00	01
02 %	20.0	13.3	00	21.4	40.0	00	07.7
	03	04	02	03	03	01	00
03 %	20.0	26.7	13.3	21.4	20.0	06.7	00
	04	02	00	02	04	01	01
04 %	26.7	13.3	00	14.4	26.7	06.7	07.7
	01	03	00	03	01	04	02
05 %	06.6	20.0	00	21.4	06.6	26.6	15.4
	01	02	00	03	00	06	01
06 %	06.7	13.4	00	21.4	00	40.0	07.6
	02	00	00	00	01	03	08
07 %	13.4	00	00	00	06.7	20.0	61.6
	15	15	15	14 *	15	15	13 **
Total	100	100	100	100	100	100	100

*** Itens não assinalados por um e dois respondentes, respectivamente.

Fonte : dados primários (questionário)

LEGENDA:

C = consultoria;

ST = serviços técnicos;

SE = serviços de ensino;

AA = atividades assistenciais

AC = atividades culturais;

AE = atividades esportivas;

O = outros.

A tabela 6 expressa os números relativos às atividades extensionistas desenvolvidas nos anos de 1989, 1990 e 1991, de acordo com os dados obtidos nos relatórios anuais, único documento que contém esses registros, embora esta fonte não fosse encontrada nos arquivos da FUNDESTE, no que tange aos anos de 1989 e 1991, o que, por certo, descaracteriza, mas não invalida o demonstrativo. Estes projetos foram distribuídos nas 7 categorias, já conhecidas, de acordo com as suas características, tendo por critérios o conhecimento e o bom senso do pesquisador.

TABELA 6

Projetos extensionistas desenvolvidos nas ex-Fundações Educacionais, nos anos de 1989, 1990 e 1991, distribuídos em categorias.

<i>ANOS</i>	<i>C</i>	<i>ST</i>	<i>SE</i>	<i>AA</i>	<i>AC</i>	<i>AE</i>	<i>O</i>	<i>Total</i>
1989	00	04	15	00	02	00	00	21 *
%	00	19.0	71.0	00	09.5	00	00	100
1990	01	05	66	00	02	00	00	74
%	01.4	06.7	89.2	00	02.7	00	00	100
1991	00	04	23	00	00	00	00	27 *
%	00	14.8	85.2	00	00	00	00	100

* Nos anos de 1989 e 1991 não foram encontrados dados referentes aos projetos desenvolvidos na FUNDESTE de Chapecó.

Fonte: dados secundários (relatórios anuais)

LEGENDA:

C = consultoria;

ST = serviços técnicos;

SE = serviços de ensino;

AA = atividades assistenciais;

AC = atividades culturais;

AE = atividades esportivas;

O = outras.

Pelos números das tabelas 5 e 6, conclui-se que, de fato, os projetos extensionistas relacionados ao ensino foram os mais desenvolvidos nas ex-Fundações Educacionais e, pela tabela 6, fica nítido que houve um crescimento gradativo no número de projetos, de ano para ano.

4.1.3- A RELAÇÃO DA EXTENSÃO COM O ENSINO E A PESQUISA

O discurso legal determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1988) entende que “a extensão universitária só tem sentido como um processo de aproximação da universidade com a realidade social, na medida em que o ensino e a pesquisa possam ser repensados em função desta prática”. O Fórum vê a extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, constituindo-se em um canal viabilizador do contato da universidade com uma realidade que precisa ser identificada, estudada, interpretada e transformada.

A extensão universitária desenvolvida pelas ex-Fundações Educacionais, que hoje constituem a UNOESC, ao que tudo indica, estava longe de se enquadrar na perspectiva do discurso legal. O estudo mostra que a pesquisa era muito incipiente, o que é confirmado por Rosêto (1988:10). “Os trabalhos relacionados sob o rótulo de pesquisa em relatórios oficiais de

prestação de contas, foram alguns levantamentos de dados, realizados para finalidades muito restritas e interesses pragmáticos”.

Pelo instrumento de coleta de dados questionou-se aos dirigentes e docentes das ex-Fundações Educacionais, acerca da articulação da extensão com o ensino e a pesquisa. Esta articulação estava presente de maneira satisfatória no que tange ao ensino, mas nunca no que concerne à pesquisa. Os comentários seguintes dão bem a idéia dessa articulação:

“A partir do ensino é que eram desencadeadas as atividades de extensão”.

“Sim, pela articulação com o ensino, não com a pesquisa. Os serviços de extensão eram diretamente vinculados aos conteúdos ou aos cursos de graduação oferecidos pelas IES, por ser aí que existem os recursos humanos capacitados”.

“Enquanto Fundação, apenas se fazia ensino sem nenhuma pesquisa, até porque praticamente não existiam mestres”.

Embora fossem pouquíssimos e de pouca abrangência as pesquisas realizadas, é preocupação deste estudo saber se estas tinham relação com a realidade circundante. A tabela 7 demonstra que estas pesquisas tinham pouca relação com a realidade circundante, provavelmente por serem de caráter excepcional, além de que eram na sua maioria projetos individuais, desassociados de uma política institucional.

TABELA 7

Relação da pesquisa com a realidade circundante

<i>Grau da relação</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
a) Bastante	05	33.4
b) Pouca	09	60.0
c) Nenhuma	01	06.6
Total	15	100

Fonte: dados primários (questionário)

Pelo que pode ser extraído da análise depreendida dos diversos comentários feitos pelos respondentes, conclui-se que são dois os motivos principais responsáveis pela incipiência da pesquisa nas ex-Fundações Educacionais: falta de recursos financeiros e o reduzido número de pessoas qualificadas para tal. A afirmação de um dos dirigentes da época confirma esta hipótese.

“Se existiam projetos de pesquisa na época, eram poucos e não eram financiados. Conheço uma situação de um professor que fez um projeto de pesquisa e teve que desenvolver por conta própria, por falta de recursos para desenvolvê-lo”.

Acredita-se que numa instituição de ensino superior, para que haja o equilíbrio da extensão em relação ao ensino e à pesquisa, é necessário o suporte do Departamento. Gurgel, apud Souza (1986:164), defende que “o

departamento, que é responsável pelo que diz respeito ao planejamento e execução de medidas referentes ao ensino e à pesquisa, tem que ser responsável pela extensão”.

A estrutura das Fundações não contemplava o departamento acadêmico. O trabalho de extensão estava a cargo da assessoria da direção de ensino. A execução era realizada por intermédio dos cursos, sob responsabilidade dos professores de tempo integral.

O estudo, através da opinião dos respondentes, verificou que os cursos mais efetivos na prática da extensão eram os da Educação, em 1º. lugar, vindo a seguir, numa escala bem inferior, os cursos de Serviço Social, Direito e Administração.

Quem mais participava, tanto a nível de planejamento, quanto na execução da prática extensionista, nas ex-Fundações, eram os professores de tempo integral. No entanto, o maior número de professores era formado por horistas, que ministravam suas aulas no período noturno e exerciam outras atividades fora da IES, no período diurno. Isso, de certa forma, explica a pobreza da extensão universitária nestas instituições de ensino.

A participação dos discentes na prática da extensão universitária era insatisfatória. Como os cursos das IES eram noturnos, sobrava pouco tempo para eles participarem de outras atividades, a não ser aqueles relacionados diretamente às disciplinas.

Os depoimentos de dois dos respondentes ilustram bem como era a participação de docentes e discentes nas atividades extensionistas.

“Nossos alunos e professores pouco estavam despertados para as atividades de extensão. A instituição os queria, antes de tudo, para o ensino”.

“Curso noturno permite pouco tempo para os alunos participarem na elaboração. Sua participação acontecia sempre nos eventos”.

Uma das características mais marcantes da extensão universitária desenvolvida nas IES, que hoje compõem a UNOESC, era o caráter episódico e insequencial das ações. Com poucas exceções, notadamente relacionados à capacitação de docentes das redes municipal e estadual de ensino e à atividades culturais vinculadas ao CEOM - Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - da FUNDESTE, as demais atividades eram esporádicas e isoladas. Isto pode ser comprovado nos resultados da tabela 8, fruto da investigação com professores e dirigentes.

TABELA 8

Formas da extensão universitária nas ex-Fundações Educacionais

<i>Formas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
a) Intercursos	00	00
b) Interdisciplinar	01	07.2
c) Isoladamente	13	92.8
Total	14	100

Fonte: dados primários (questionário)

4.1.4 - CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO

Identifica-se na literatura duas concepções principais de extensão universitária: uma de cunho assistencialista e outra que vê a extensão como comunicação. Na visão assistencialista, uma das características marcantes é a “decisão a priori”, ou seja, as decisões em relação às ações extensionistas são tomadas sem uma consulta prévia à comunidade. Na extensão enquanto comunicação, qualquer atividade requer a participação da comunidade, desde o seu planejamento até a execução.

Em relação às concepções de extensão, parece que as pessoas envolvidas com a prática extensionista da época não tinham muito claro a presença dessas duas alternativas identificadas pela literatura. Fica nítido, nos depoimentos prestados por dirigentes e docentes, uma certa confusão conceitual, principalmente no que se refere à concepção assistencialista.

De acordo com a literatura, pode se apontar pelo menos três fatores determinantes na formulação da concepção assistencialista de extensão: a) transferência do saber, ou seja, “aqueles que têm, estendem àqueles que não têm”(Saviani, 1981:67). A consequência disto é que se pratica uma extensão “de cima para baixo”, sem uma consulta prévia à comunidade interessada; b) “esporadicidade das atividades”(Silva, 1991:51). São os cursos de curta duração, como seminários, palestras... c) “desvinculação da extensão do ensino e da pesquisa”(Rocha, 1990:33).

Parece que as pessoas entendiam que se a comunidade participasse de alguma forma da atividade de extensão, esta já não se enquadrava como assistencialista. Os dois depoimentos que se seguem ilustram esta afirmativa.

“Porque nunca houve extensão de cunho assistencialista”.

“Porque a extensão era feita a partir das necessidades da comunidade”.

A tabela 9 e as opiniões dos respondentes que se seguem convergem para a convicção de que os extensionistas da época tinham uma visão muito limitada sobre concepções de extensão universitária.

TABELA 9

Opinião dos respondentes em relação à consciência das pessoas envolvidas com a extensão nas ex-Fundações a respeito das concepções de extensão identificadas pela literatura.

<i>Compreensão das concepções</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Sim	05	38.5
Não	08	61.5
Total	13 *	100

* 2 respondentes omitiram opinião

Fonte: dados primários (questionário)

“Não havia esta concepção, uma vez que a extensão não seguia um planejamento pré-determinado, mas sim, conforme as oportunidades do momento”.

“Entendia-se extensão apenas como prestação de serviços”.

“Tenho por mim que o pessoal envolvido diretamente, pouco a pouco, foi se tornando consciente de que a extensão é fundamentalmente a função de relacionamento da instituição com o conhecimento que produz, a nível de ensino e de pesquisa”.

“Considero que algumas pessoas tinham claro, mas não era uniforme, ou seja, homogêneo este pensamento, ou esta clareza sobre o assunto”.

A tabela 10 mostra a opinião das pessoas questionadas acerca da concepção de extensão presente nas ações desenvolvidas nas ex-Fundações Educacionais, o que vai permitir, juntamente com a análise referente aos tipos de projetos desenvolvidos (tabelas 5 e 6), enquadrar a prática extensionista em uma ou outra concepção.

TABELA 10

Concepções de extensão presente nas ações desenvolvidas nas ex-Fundações Educacionais.

<i>Concepções</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
a) Assistencialista	07	46.7
b) Comunicação	05	33.3
c) Outras	03	20.0
Total	15	100

Fonte: dados primários (questionário)

A tabela mostra uma porcentagem relativamente baixa de opiniões que caracterizaram a extensão universitária praticada nas Fundações como assistencialista. 20% não a enquadraram, nem em uma, nem em outra concepção, o que mostra a falta de clareza das pessoas sobre a concepção de extensão. Esta afirmativa é compartilhada por um dos respondentes.

“Talvez, por falta de clareza sobre o real significado da extensão universitária”.

Porém, uma análise mais apurada sobre as atividades desenvolvidas permite, ao confrontá-las com a literatura, concluir que as ações extensivistas desenvolvidas nas ex-Fundações Educacionais, eram, basicamente, de cunho assistencialista. Como já foi colocado anteriormente, a grande maioria das atividades eram esporádicas, desvinculadas da pesquisa e desprovidas de qualquer planejamento anterior, o que por si só já as inclui no rol das assistencialistas. Mesmo as ações provenientes de convênios realizados com outros organismos, por sua natureza, não nos dão a garantia de que fossem fruto da articulação com a comunidade beneficiada.

O que, talvez, constitua uma exceção, sejam as atividades realizadas pela FUOC junto aos favelados, as mulheres, lar da criança, por exemplo, mas que por falta de registro não podem ter sua natureza confirmada, ficando a dúvida sobre a sua concepção.

4.2 - A EXTENSÃO NO PROJETO DE UNIVERSIDADE DA UNOESC

4.2.1 - BREVE HISTÓRICO

A UNOESC é fruto da agregação cooperativa da Fundação Educacional do Oeste Catarinense (FUOC), da Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP) e da Fundação de Ensino Para o Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), localizadas nas cidades-pólo de Joaçaba, Videira e Chapecó, respectivamente, com a função básica de ser entidade comunitária, implementadora do ensino, da pesquisa e da extensão (Projeto UNOESC, 1991:5).

“Por vinte anos, as três instituições isoladas constituíram uma sólida reputação de ensino e pesquisa. Entretanto, hoje elas sentem sobre si a carga e os problemas decorrentes de serem expressivamente particularizadas e isoladas. Para facilitar a integração entre elas, sentiu-se a necessidade de nova forma de organização, que as aglutinasse e permitisse maior entrosamento, possibilitando uma ação conjunta mais eficaz” (Projeto UNOESC, 1991: 21).

A Fundação Educacional do Oeste Catarinense - FUOC -, foi criada pela Lei 4551/68 e pelo Documento 077 do Executivo Municipal, em 22 de novembro de 1968 (Histórico da FUOC à UNOESC, 1992).

Seu primeiro curso foi conquistado quatro anos após sua criação, quando da implantação da Faculdade de Administração de Joaçaba -FAJO- com o curso de Administração (1).

Em 1976, a FUOC obteve a aprovação e criação da Faculdade de Educação de Joaçaba -FAEJO-, com o curso de Pedagogia e do curso de Estudos Sociais (1).

Em agosto de 1980, segundo o histórico, deu-se a criação da Federação das Fundações Educacionais do Meio-Oeste Catarinense -FEMOC-, constituída, além da FUOC de Joaçaba, pela FEARPE de Caçador, FEMARP de Videira e FEAUC de Concórdia.

Graças à FEMOC, o Decreto Federal n. 91.663, autorizou o curso de Direito, em 1985 e, pelo Parecer 353/85, do Conselho Estadual de Educação, criou-se o curso de Ciências Contábeis (1).

Depois da ruptura da FEMOC, “em que as Instituições envolvidas viram o sonho de ser universidade perder seu brilho, os dirigentes da FUOC, não se deram por vencidos e continuaram sua luta buscando o tão almejado sonho”(1).¹

A FUNDESTE - Fundação de Ensino Para o Desenvolvimento do Oeste foi, até novembro de 1991, a única Instituição de Ensino Superior na vasta região de abrangência das micro-regiões da AMOSC, AMAI e AMEOSC. A FUNDESTE tem sua razão de ser e de agir no desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Oeste de Santa Catarina (2).

Ela foi criada em 1971 pela Lei Municipal de n. 141/71. Em 1972, foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências da Educação, que iniciou suas atividades em março do mesmo ano, com o curso de Pedagogia (2).

¹- Dados extraídos de um documento denominado “Histórico da FUOC à UNOESC”, encontrado nos arquivos da FUOC.

Em 1973, o Conselho Estadual de Educação, mediante o Parecer n. 231/73, aprovava o funcionamento do Centro de Ensino Superior, como entidade mantida pela FUNDESTE e destinada a congregar, além do curso inicial de Pedagogia, os cursos de Estudos Sociais, Ciências Contábeis e Administração (2).

Na década de 80, obtiveram autorização os cursos de Direito, mediante Decreto Presidencial n. 91.264, em 1985 e o curso de Serviço Social, pelo decreto n. 97.702, em 1989. Além de Letras -habilitação Português/Inglês; História e Matemática, pelos Pareceres do CEE n.s 122/89, 123/89 e 124/89, respectivamente (2).

Em 1992, o Decreto Presidencial, assinado em 07 de julho, autorizava a funcionar o curso de Ciências Biológicas, nas modalidades de Licenciatura Plena e Bacharelado (2).

Sem perder a sua unidade funcional e para poder atuar, de direito e de fato como Instituição Regional, em todo o Oeste de Santa Catarina, na sua tríplice atividade de ensino, pesquisa e extensão e com o objetivo de atender as expectativas da comunidade regional que reivindicava ensino superior nas sedes das microregiões da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC e da Associação dos Municípios do Alto Irani -AMAI, segundo o Histórico (1991), a FUNDESTE viabilizou parte das vagas de alunos de seus cursos para cidades sede dessas microregiões.

2

Desta forma, em 1985, 50 vagas do curso de Administração foram transferidos para a Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina - FUNESC -, com sede em São Miguel do Oeste. Em 1987 foram transferidos mais 50 vagas do mesmo curso e em 1988 e 1989 (50 vagas por ano) do curso de Pedagogia. Da mesma forma, foram transferidos 50

² - Dados extraídos de um documento denominado "Histórico das Fundações", de 1991, sem autor definido.

vagas em 1987 e mais 50 em 1988 do curso de Ciências Contábeis para a FEMAI - Fundação Educacional do Alto Irani, na cidade de Xanxerê (Histórico das Fundações, 1991).

São Miguel do Oeste e Xanxerê constituem, hoje, os campi aproximados da UNOESC.

Até 1986, as atividades no campo da pesquisa e extensão representavam ações isoladas. Somente em 1987, com a criação do Setor de Educação Permanente - SEP - e do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM - a FUNDESTE iniciou um trabalho sistemático de extensão e de resgate da memória sócio-cultural junto aos municípios de sua área de abrangência. Como exemplo destas atividades, citam-se cursos de capacitação dos profissionais da Educação e do Livro Didático Regionalizado (AMEOSC), organização de museus, promoção de palestras, seminários e debates com assuntos de interesse da comunicação, etc (Histórico das Fundações, 1991).

A partir de 1982, a FUNDESTE tem oferecido, sistematicamente, cursos de pós-graduação a nível de especialização e aperfeiçoamento, nas diferentes áreas do conhecimento (Histórico das Fundações, 1991).

A Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe - FEMARP - foi criada em 03.07.72, pela Lei Municipal n. 33/72 (Histórico da Fundação, 1978).

Já em 09.08.72, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina recebia o processo de criação do curso de Ciências Contábeis, sendo autorizado em 11.07.73. O primeiro vestibular foi realizado logo a seguir, 16 e 18.07.73. A instituição iniciou suas atividades inicialmente no prédio do Colégio Imaculada Conceição (Menegazzo, 1994).

Ainda em 1973 começou a funcionar a Escola de Técnicas de Administração Primária em Agropecuária - ETAPA, que em convênio com a

Coopervil, Sindicato Rural e Banco do Brasil, passou a ministrar cursos a agricultores da Região. A partir dessa idéia nasceu o COAVI - Colégio Agrotécnico de Videira, que visava a formação de técnicos agrícolas, iniciando suas atividades em fevereiro de 1976, no distrito de Iomerê (Menegazzo, 1994).

Em 1981 foi autorizada a criação da Escola Supletiva Videirense, mantida pela FEMARP, visando a oferta de 1º. e 2º. graus na modalidade de ensino supletivo (Menegazzo, 1994).

Em dezembro de 1985 foi autorizado o curso de Ciências Econômicas, iniciando suas atividades em março de 1986. Este curso passou a funcionar no prédio próprio da FEMARP, que fora inaugurado no ano de 1978. Esta sede foi ampliada com a construção da biblioteca no ano de início do curso de Ciências Econômicas. Neste mesmo ano foi firmado um convênio com a FUOC de Joaçaba, que possibilitou a implantação em Videira do curso de Administração e em Joaçaba o curso de Ciências Contábeis. Outro convênio foi firmado, desta vez com a FEARPE de Caçador, em 1988, que permitiu a implantação em Videira do curso de Pedagogia e em Caçador o curso de Ciências Contábeis.

Antes, em 1987, foi iniciado “juntamente com a Associação Comercial os esforços visando a implantação da Escola Técnica de Alimentos de Videira, no mesmo ano, com recursos do governo Federal e da Prefeitura Municipal, foi iniciada a construção do prédio que abrigaria a escola e que hoje faz parte do complexo do Campus Universitário”(Menegazzo, 1994).

Completando o ciclo educacional do 1º. grau ao curso universitário, na FEMARP, segundo Menegazzo (1994), “em 1991 iniciaram as atividades da Escola Técnica de Alimentos de Videira -ETAVI -, e neste mesmo ano encampou a Escola Comecinho de Vida, criando a Escola de Aplicação de Videira”.

A UNOESC, quanto a sua origem, como concepção de uma idéia, remonta o ano de 1978, quando várias fundações do Meio Oeste e do Oeste propuseram, em seminário realizado em Chapecó, a junção para em conjunto, formar um organismo só. Essa idéia, entretanto, não vingou na época, pela negativa da FUNDESTE.

Porém, um grupo de pessoas, lideradas pelo Prof. Aristides Cima-don, da FUOC, continuaram a luta e ensejaram esforços para conquistar a Universidade. “E numa união de esforços”, em maio de 1990, as Fundações de Joaçaba (FUOC), Videira (FEMARP) e Chapecó (FUNDESTE) se unem para fundar a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. O Projeto de Universidade foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, pelo parecer 587/91. (Pequeno Histórico da FUOC à UNOESC, 1992).

A UNOESC passa a constituir-se das três Fundações Educacionais, que se agregaram no modelo multicampi para implementar, de forma cooperativa, o ensino, a pesquisa e a extensão junto às comunidades de sua abrangência (Pequeno Histórico da FUOC à UNOESC, 1992:07).

No que tange ao ensino, a atuação da UNOESC se dá desde o 1º grau até a Pós-Graduação (Lato Sensu). No âmbito do ensino superior a Instituição mantém os seguintes cursos: Administração de empresas, Administração Rural, Artes Práticas (1º.grau), Agronomia, Ciências (1º.grau), Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Educação Artística, Engenharia da Produção Mecânica, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Serviço Social, espalhados nos três campi e campi aproximados. Recentemente foi aprovado o curso de Informática, que já iniciou suas atividades, neste 2º semestre de 1994. Hoje, são aproximadamente 4.700 alunos frequentando os diversos cursos de 3º grau(3).

Na Pós-Graduação são muitos os cursos em andamento, com término previsto para 1994 e 1995: Ciências Contábeis, Controladoria, Administração Rural, Administração Pública, Administração de Recursos Humanos, Matemática, Economia, Economia Rural, Informática, Educação, Educação Especial, Língua Portuguesa, Fundamentos da Educação, Teoria e Pesquisa Histórica do Brasil República, História do Brasil, Administração da Produção e dos Materiais, Desenvolvimento Gerencial, Direito Processual, Direito do Processo Penal, Direito do Processo Civil, Direito do Trabalho, Direito Tributário, Engenharia e Segurança do Trabalho, Psicologia Genética Construtivista, Educação Infantil: pré-escolar e séries iniciais e Ação Integrada dos Especialistas em Educação, frequentados por 685 alunos (3).

Agora a UNOESC está em acompanhamento, iniciando uma etapa decisiva que se prolongará até o reconhecimento, em 1995.

3

4.2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os princípios básicos de organização do modelo organizacional proposto pela UNOESC são os seguintes:

“a) estrutura orgânica do tipo matricial, cujas ações são desenvolvidas em forma de projetos, sob a coordenação dos centros e departamentos;

b) unidade de direção, onde as políticas universitárias são definidas em nível estratégico, as metas que decorrem delas são definidas e implantadas em nível tático e os programas e projetos, como ações operativas, são

³ - Dados fornecidos pela Reitoria em maio de 1994.

planejadas, executadas e retroalimentadas em nível departamental, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;

c) princípio de integração e intercomplementaridade das funções de ensino, pesquisa e extensão com a dinâmica comunitária;

d) estruturação burocrática calcada na racionalidade, onde a eficiência e o profissionalismo dão a postura norteadora das ações administrativas;

e) unidade de ação universitária, sem prejuízos para a pluralidade ditada pelo vocacionamento dos campi;

f) democratização da estrutura do poder, onde o fluxo de comunicação, ação, liberdade e autoridade se dêem em sentido bilateral e com respeito ao princípio básico da hierarquia”.

A UNOESC, de acordo com o seu Projeto (1991:40), por ser Universidade multicampi, escolheu como modelo a “organização matricial em forma de projetos”, que, segundo seus idealizadores, “permite dar maior atenção aos seus propósitos e funções, ao atendimento das reivindicações das comunidades acadêmica e regional, à qualidade de seus serviços, à finalidade de seu produto final e às complicadas questões técnicas e científicas inerentes à sua estrutura”.

“O modelo de estrutura organizacional escolhido pela Universidade permite a unidade de direção e a integração pelo encadeamento das metas, de programas e de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, distribuídos por Departamentos e reunidos por centros, implementados de forma interdepartamental e intersetorial, agrupando profissionais de diversas áreas do conhecimento”(Projeto UNOESC, 1991:40).

O modelo organizacional proposto, portanto, apresenta-se em níveis de decisão e administração.

A administração da Fundação UNOESC dá-se por órgãos superiores de deliberação, fiscalização, representação e administração superior,

constituídos pela Assembléia Geral, Conselho Curador e Presidência. A Assembléia Geral é o órgão de deliberação e de representação da Mantenedora. O Conselho Curador é o órgão de acompanhamento e de fiscalização econômico-financeira da Fundação. O Presidente e o Vice-Presidente da UNOESC são eleitos dentre os membros da Assembléia Geral, com mandato de três anos.

O segundo nível - Administração Superior da Universidade - é representado por órgãos superiores de natureza normativa, consultiva e deliberativa, jurisdicional e executiva no âmbito acadêmico e administrativo da Universidade. Os órgãos deliberativos e consultivos constituem-se no Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O terceiro nível - Administração de Campus - é representado por órgãos setoriais de natureza consultiva, deliberativa e executiva, no âmbito acadêmico e administrativo do campus. A administração do campus tem como órgão consultivo e deliberativo o Conselho Departamental e como órgãos executivos a Direção Geral, a Diretoria de Centros, as Chefias de Departamentos e os Colegiados dos Departamentos.

O quarto nível - Coordenação de Projetos - é representado por estruturas temporárias, por projetos, tanto na área do ensino, quanto nos de pesquisa e extensão, ou por agrupamentos de áreas, sendo este nível implementado de forma interdepartamental e/ou intersetorial (Projeto UNOESC, 1991:41-43).

Jaguaribe (1981) ao estudar a estrutura da Universidade Brasileira, afirma que com o advento da Reforma de 1968, “a estrutura da Universidade Brasileira começa a apresentar-se mais centralizada e mais coordenada administrativamente, tendo a reitoria como órgão máximo de decisão, de gerência, e de administração das atividades universitárias”. Com isso, acrescenta o autor, “alguns progressos parecem ter sido conseguidos, incor-

rendo em mudanças quase que radicais na estrutura universitária, especialmente no tocante à sua parte acadêmica” (1981:08).

Na apreciação de Jaguaribe (1981:08) “a figura do Departamento, que surge em substituição à catedra, transformar-se-ia em elemento de transcendental importância na sistemática operacional dessa estrutura, em cujas bases estariam assentados os alicerces da Reforma”.

O Departamento, no Regimento Unificado da UNOESC (1991), é visto como a menor fração da estrutura acadêmica, para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e distribuição de pessoal, sendo composto pelos professores nele lotados e por 1/5 (um quinto) da representação estudantil guardado o número de professores do Departamento.

Conforme o Regimento Unificado da UNOESC (1991:35), “a existência de um departamento deve justificar-se pela natureza e amplitude do campo de conhecimento abrangido, pelo pessoal e pelos recursos materiais necessários ao seu funcionamento”.

No que concerne à Extensão, são atribuições do Departamento, segundo o Regimento Unificado da UNOESC (1991:38):

“a) responsabilizar-se pelo incentivo à elaboração de programas de extensão na área de sua competência e promover, coordenar e supervisionar-lhes a execução;

b) avaliar permanentemente e documentar o andamento e os resultados dos projetos de extensão sob a sua responsabilidade;

c) responsabilizar-se pelo incentivo à elaboração de projetos de prestação de serviços à comunidade;

d) promover, coordenar e supervisionar os projetos de prestação de serviços à comunidade previamente conveniados ou contratados.

A Comissão de Acompanhamento do Projeto de Universidade, no seu relatório final, concluiu “que o mesmo atende os princípios gerais de

organização e funcionamento de universidades estabelecidas na Lei e na jurisprudência do CFE, razão pelo qual ela considera que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado (1991:17).

Lima Neto, ao estudar em profundidade o modelo organizacional da UNOESC, pondera, que para ela se tornar de fato uma idéia, isto é, a realização concreta do seu conceito básico, “ela deve transformar a estrutura organizacional que foi obrigada a adotar, numa estrutura organizacional ágil, adequada ao seu conteúdo, sem formalismos e que procure sempre a maior congruência possível com o ambiente”(1993:45).

A UNOESC que se põe hoje, segundo o autor, “deve ser compreendida não como entidade que já existe, quase acabada, mas como um ser em construção que se concretiza no processo de desenvolvimento dela mesma e só se realiza na exteriorização de suas formas de pesquisa, ensino e extensão”. Lima Neto (1993:45) coloca com muita propriedade, que essas três atividades tidas como vitais, têm sua raiz nas necessidades do movimento do desenvolvimento do processo de produção do Oeste de Santa Catarina. “É nesse processo que a UNOESC deverá se estruturar modernamente”.

4.2.3 - A CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VISÃO DA COMISSÃO PRÓ-UNIVERSIDADE

Ao constituir o Projeto de Universidade, a Comissão responsável pela implementação da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - considerava a extensão universitária uma atividade fundamental para a Universidade e, por isso, propunha sua revisão conceitual.

O conceito apresentado, a partir de seus pressupostos, está de acordo com a concepção de extensão identificado na literatura como de “comunicação”, descrita na Fundamentação Teórica.

Os pressupostos norteadores apresentados no Projeto de Universidade (1991:119), que caracterizam o conceito de extensão “enquanto comunicação” são os seguintes:

“a) a idéia de retroalimentação, representando o movimento dialético de ida e volta, a relação em duas mãos, possibilitadora de mudanças nos dois sentidos - na universidade e comunidade de sua abrangência;

b) idéia de integração, com as funções de ensino e pesquisa e com o sistema geral que é a sociedade articulando-se com seus subsistemas científico, tecnológico e cultural;

c) a abertura do meio, no sentido de cumprimento de uma missão social;

d) equilíbrio com as duas demais funções de ensino e pesquisa, formando novas posturas profissionais favoráveis ao processo de desenvolvimento;

e) mentalização, no sentido de uma atuação participativa da universidade;

f) projeção da instituição como uma totalidade, participando de um processo maior de transformação”.

A concepção de extensão enquanto comunicação representa um avanço sobretudo se comparado com o conceito de extensão vigente nas Fundações Isoladas e isso fica nítido ao atentar-se para o que expressa a Comissão responsável pelo Projeto de Universidade (1991:120). “Tal idéia de extensão enquanto comunicação desfaz aquela outra que muitas vezes viu a extensão universitária como mera prestação de serviços, ou como função de agregação da universidade aos programas governamentais, ou como estágio, ou forma de captação de recursos, ou como forma de levar estudantes ao conhecimento de uma realidade que nada tinha a ver com o ensino e a pesquisa”.

A Comissão Pró-Universidade entende que a UNOESC, ao ter a extensão enquanto uma de suas funções básicas, “concebe-a como mecanismo de integração e articulação da instituição com a comunidade regional, de tal modo que aquilo que se produz em termos de novos conhecimentos e tecnologias e aquilo que se difunde através do ensino, não fique restrito somente à comunidade acadêmica” (1991:120). Em consequência, ter-se-ia uma elevação do nível cultural da população.

No documento transparece a idéia de que a extensão universitária deverá estar totalmente vinculada com o compromisso construído entre universidade e comunidade circundante. Este compromisso deverá estar voltado para o desenvolvimento orgânico da sociedade em que ela está inserida. Nesta perspectiva a extensão não terá um caráter assistencial, mas será uma atividade sistemática e interdisciplinar, segundo seus idealizadores.

A extensão, por outro lado, é vista como sendo capaz de oportunizar uma revisão crítica permanente do ensino e dos programas de pesquisa, favorecendo a “articulação teoria-prática”, o que permitiria a permanente superação do senso comum em favor de um saber elaborado.

A extensão é entendida assim “como fator de integração do ensino e da pesquisa a serviço das demandas sociais. É, prioritariamente, o veículo de socialização dos conteúdos do ensino e da pesquisa, atendendo às necessidades da comunidade em que a universidade está inserida”(Projeto UNOESC, 1991:121).

Analisar e verificar se hoje a concepção de extensão enquanto comunicação é uma realidade e se a extensão está sendo desenvolvida de forma integrada com o ensino e a pesquisa e, se de fato está atendendo as expectativas de desenvolvimento da comunidade circundante é um dos objetivos desse estudo e, portanto, será demonstrado nos próximos capítulos.

4.2.4 - LINHAS BÁSICAS DE AÇÃO E METAS PRIORITÁRIAS PARA A EXTENSÃO

A UNOESC, no seu Projeto de Universidade define que na extensão universitária, as linhas básicas de ação estão vinculadas ao compromisso que a instituição tem para com a comunidade regional, ou seja, o vocacionamento sócio-econômico. Para tanto, segundo o Projeto (1991:31), as atividades de extensão concretizar-se-ão através de convênios com as empresas, órgãos públicos e entidades comunitárias. “Por outro lado, a Universidade não deixará de se voltar, igualmente, para outras áreas sociais, como os setores carentes da comunidade regional”.

A comunidade acadêmica não ficou esquecida. Para ela, conforme o Projeto (1991:31), a universidade ofertará permanentemente cursos, palestras, seminários, “semanas universitárias” e outras atividades afins. O objetivo dessas atividades de extensão era a melhoria na qualidade do ensino.

A extensão também é vista como promotora e difusora da cultura. Neste sentido, a universidade “atuará na região através da realização e apoio a eventos culturais e artísticos, em conjunto com as instituições e entidades que atuam na área”(Projeto UNOESC, 1991:31).

O que norteia essas ações é a convicção de que a extensão não é uma simples ação assistencial. Para o grupo gestor do Projeto de Universidade esta “há de ser considerada como fator de interação do ensino e da pesquisa numa atividade sistemática, sistêmica e intradisciplinar que envolve a Universidade e a comunidade num processo orgânico para garantir o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e sócio-econômico”.

Visando, numa instância maior, a institucionalização da extensão universitária, o Projeto de Universidade prevê as seguintes metas prioritárias a serem colocadas em prática já a partir do 1.º ano de sua implantação:

“a) incentivar, a partir de 1992, as condições institucionais e coordenação específica subordinada à Pró-Reitoria pertinente para implementar as atividades de extensão;

b) oferecer anualmente cursos e treinamento nas áreas de vocacionamento da região de abrangência da universidade, através da operacionalização dos convênios já celebrados com prefeituras, empresas, órgãos públicos e entidades comunitárias;

c) implantar, progressivamente, a partir de 1992, um regime de maior dedicação dos docentes à universidade, assegurando a sua permanência na Instituição para as atividades de extensão;

d) oferecer anualmente às empresas, institutos e órgãos públicos da região, projetos para treinamentos, assessorias, consultorias e outras atividades de interesse regional;

e) realizar anualmente atividades de extensão universitária junto à comunidade acadêmica, através de cursos, seminários, simpósios, viagens, palestras, semanas de estudos, entre outros;

f) implementar anualmente atividades de extensão comunitária junto aos diversos segmentos da comunidade regional, oferecendo cursos de reciclagem, treinamentos, palestras, simpósios, seminários e outras atividades;

g) elaborar, a cada início de ano, um plano de assessoria junto às prefeituras e às escolas da região na realização de concursos, cursos, definição de estruturas administrativas, elaboração de projetos e atividades afins;

h) estabelecer a cada ano um plano de capacitação dos docentes para as redes municipais, estadual e particular, visando, sobretudo, o aperfeiço-

amento e reciclagem de professores nas áreas de ciências humanas e da educação, com o objetivo de articular 1º, 2º. e 3º. graus, propondo metodologias alternativas de ensino;

i) criar, a partir de 1992, documento orientador que estabeleça critérios e políticas para realização de estágios a serviço da comunidade;

j) implementar anualmente o programa de Alfabetização e Cidadania, em convênio com empresas, Secretaria de Educação, prefeituras e outros organismos, objetivando a escolarização dos trabalhadores ligados à agroindústria e ao meio rural;

k) assessorar o poder público municipal, no quinquênio 92/96, na implantação do ensino de 1º. grau - 5ª. a 8ª. séries do meio rural, através de metodologia especial de ensino à distância nos 67 municípios do Oeste;

l) assessorar as prefeituras municipais da região, no quinquênio 92/96, na elaboração de material instrucional para o ensino à distância, de 5ª. a 8ª. séries do 1º. e 2º. graus;

m) criar, a partir de 1993, um programa especial de alfabetização para os eleitores analfabetos da região, em conjunto com as prefeituras municipais e a Justiça Eleitoral;

n) elaborar anualmente um plano de extensão para atividades de difusão cultural em cada campus da universidade” (Projeto Universidade, 1991:35-36).

A Comissão de Acompanhamento no seu relatório de aprovação do Projeto, assim se manifestou a respeito das ações básicas e metas prioritárias, no que concerne à pesquisa e extensão: “a institucionalização da pesquisa e extensão está bem elaborada, a nível de projeto, sendo que o planejamento das atividades previstas para o quinquênio 1992/1996 comprova tratar-se de projeto coerente e bem fundamentado” (Relatório de aprovação do Projeto, 1991:29).

4.3 - A EXTENSÃO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE UNIVERSIDADE

4.3.1 - A EXTENSÃO ENQUANTO ELO DE INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A COMUNIDADE.

Na definição de Zeferino Vaz, apud Ferreira (1983:71), a universidade deve ser “... concebida como um só organismo integrado por diferentes órgãos, que devem trabalhar harmônica e sincronicamente para obter, como objetivo, a promoção do bem-estar físico, social e espiritual da comunidade...”.

Em outras palavras, Ferreira pondera que “a universidade deve ser a sociedade se refletindo em si mesma, produzindo seu próprio saber através da cultura, da ciência e da técnica”. Consequentemente, enfatiza o autor, “os fins da universidade não podem estar dissociados dos fins da sociedade”(1983:71).

Nessa linha de raciocínio, dependendo da maior ou menor interação que a universidade possa manter com a comunidade ou sociedade, é que resultará sua boa ou má atuação.

O resultado do trabalho da universidade, tanto no ensino, na pesquisa como na extensão, dependem, portanto, fundamentalmente, do posicionamento, da postura assumida pela universidade em relação à comunidade/sociedade.

Para identificar a postura da UNOESC em relação à comunidade/sociedade colheu-se a opinião dos principais dirigentes dos três campi, mediante entrevista, bem como, a posição de docentes envolvidos com a prática da extensão universitária, através da aplicação de um questionário.

Por parte dos dirigentes existe a consciência de que a relação da Instituição com a comunidade circundante deverá ser de integração, peran-

te uma comunicação intensa, onde haja uma relação próxima, planejada e participante.

Para Paviani e Pozenato (1984:33) “a universidade contemporânea, além de sua vocação universalista em relação à ciência, pode ter uma acentuada vocação regionalista”. Neste caso, afirmam os autores, “trata-se de uma opção explícita para o desenvolvimento da região”.

No entanto, os mesmos estudiosos advertem para o fato de que a universidade que quiser caminhar nesta direção deverá possuir características próprias de estrutura e funcionamento. “Em geral, modelos importados de outros países ou centros não são absorvidos e e, não correspondem às necessidades da sociedade, de seu crescimento econômico e de sua autonomia cultural”(Paviani e Pozenato, 1984:34).

Nesta perspectiva, um dos dirigentes, assim manifestou-se sobre a vocação regionalista da universidade:

“Eu penso que a nossa universidade é uma universidade que só tem sentido de ser, se ela for uma universidade pela e para a região”.

Para este dirigente, a UNOESC só terá utilidade se ela servir à região. Deverá servir aos discentes da região, ao segmento empresarial e à comunidade em geral. Caso contrário, afirma ele, “ela não tem sentido”.

A despeito do que afirma a literatura, um dos dirigentes da UNOESC acredita que essa “relação integrada” entre universidade e sociedade na maioria das vezes é difícil.

“A universidade sofre de um problema que é o seu isolamento interno, pela sua atividade; e o outro é o isolamento que a sociedade faz da universidade”.

A respeito, ainda, da integração entre universidade e sociedade existe a consciência da necessidade dessa integração nos segmentos de docentes e dirigentes de segundo escalão. Isto pode ser comprovado pelos dados da tabela a seguir.

TABELA 11

A necessidade da integração entre UNOESC e comunidade circundante, na visão dos questionados.

<i>Opiniões</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Sim	14	82.4
Não	03	17.6
Total	17	100

Fonte: dados primários (questionário).

Essa necessidade se justifica nas palavras de um dos questionados “antes e acima de tudo por ser uma instituição de caráter comunitário, nascida dos anseios e necessidades da comunidade regional e, como tal, devendo voltar-se inteiramente a essa mesma comunidade, respondendo às suas necessidades e anseios”.

Quem vai proporcionar essa relação de integração entre universidade e sociedade é a função da extensão universitária. Fagundes (1986:108) entende a extensão “como uma modalidade de compromisso social da universidade que se efetiva através da prestação de serviços, sobretudo dirigida aos ausentes da universidade, tendo como objetivo maior e meta final a integração e a melhoria da vida das comunidades abandonadas e desintegradas”.

Apesar de existir a consciência da necessidade de integração com os diversos segmentos da comunidade, manifestada pela opinião das pessoas entrevistadas e questionadas, existe na prática, uma série de dificuldades para a implementação dessa integração.

Faz-se oportuno fazer uma distinção entre os termos integração e articulação, embora na prática, normalmente, sejam utilizados como sinônimos. Na visão de Fagundes (1986:109) “a integração - meta pré-estabelecida das atividades de extensão - enquanto postula apenas mudanças de ordem comportamental, tem em mira o ajustamento e a acomodação social”. Por esta razão, o autor propõe “a articulação, a organização como antídoto da integração, na medida em que é o ponto de partida e o instrumento adequado que possibilita a um determinado grupo detectar os seus problemas efetivos (e não induzidos), discuti-los e equacioná-los, tendo em vista a transformação daqueles fatores que impedem a esse grupo de encontrar a solução real para os seus problemas”.

Parece que os depoimentos que se seguem sintetizam em parte a não concretização da articulação UNOESC/comunidade.

“Diversas tentativas de se encontrar meios para uma maior integração tem sido feitas, muito embora não se tenha tido o sucesso desejado. Falta mais planeamento e ação e também maior receptividade por parte da sociedade que ainda não assumiu a universidade como sua”.

“A necessidade existe, mas acredito que não de forma clara, pois não se sabe como proceder ou se sabe, os interesses de determinadas pessoas falam mais alto, prejudicando o processo”.

Outros motivos poderiam ser apontados, fruto da investigação feita, para a dificuldade de integração ou articulação com a comunidade: carência de pessoal qualificado; a grande maioria dos projetos de extensão desenvolvidos são iniciativas dos departamentos, sem o efetivo comprometimento da Instituição com os mesmos; a carência teórico-metodológica de programas de extensão desenvolvidos por alguns departamentos; e por fim a falta de uma política de extensão universitária bem defenida.

Dependendo do grau de interação da universidade com a sociedade, a extensão passa a significar para a instituição, no entender de Jaguaribe (1981:30), responsabilidade sobre as funções de ensino e pesquisa, que tem no relacionamento com a comunidade sua continuidade, aumento, ampliação e duração.

Segundo o autor, “a extensão também deve ser contato, ligação, interação, interrelação e integração entre universidade e comunidade e/ou sociedade”. Se assim for entendida, afirma ele, a extensão significará preocupação constante com os problemas sociais vigentes, sejam eles regionais, estaduais ou locais (Jaguaribe, 1981:30).

Com o instrumento de coleta de dados n. II, questionou-se sobre como deveria ser a participação da sociedade/comunidade na elaboração/execução dos programas de extensão desenvolvidos na abrangência da UNOESC, conforme tabela a seguir.

TABELA 12

Opinião dos questionados acerca da presumível participação da sociedade/comunidade no desenvolvimento de programas de extensão.

<i>Nível de participação</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
a) Pouca	04	23.5
b) Intensa	13	76.5
c) Nenhuma	00	00.0
Total	17	100

Fonte: dados primários (questionário)

Subentende-se, pelos resultados da tabela acima, que existe a consciência por parte de dirigentes e docentes da necessidade de envolver a comunidade desde o primeiro momento na confecção dos projetos extensionistas.

Esta idéia de trabalhar com e para a comunidade, provavelmente levará a prática da extensão universitária na UNOESC para um estágio mais avançado, desvinculado da concepção assistencialista de extensão, tão presente nas ex-Fundações Educacionais.

Entretanto, pelo depoimento dos dirigentes entrevistados, a afirmação anterior pode ser colocada em dúvida. Questionados sobre o que entendiam por extensão universitária, pelo menos a metade deixou transparecer, na sua opinião, uma concepção que, uma vez confrontada com a literatura, pode ser enquadrada como assistencialista.

O depoimento seguinte ilustra essa constatação.

“Eu entendo que a extensão universitária é aquilo que se leva, aquilo que é produzido dentro da universidade e se leva até uma comunidade, seja ela interna ou externa à universidade”.

Santos (1986:37), ao estudar a concepção de extensão nas universidades brasileiras, constatou que nas instituições onde as decisões relativas a extensão são tomadas por órgãos colegiados, existe uma probabilidade maior de acontecerem projetos de extensão enquanto comunicação.

Ao tomar esta hipótese como confiável, a UNOESC corre o risco de continuar a praticar uma extensão de cunho assistencialista, pois, as decisões referentes à prática extensionista brotam nos departamentos e têm sua concretização avaliada no máximo pelo Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação ou pelo Pró-Reitor de Administração e, excepcionalmente, pelo Conselho Pedagógico, quando o projeto precisar de financiamento externo. Sendo assim, a concepção que estiver na cabeça do chefe de departamento vai refletir-se nas ações.

Em contrapartida, alguns dirigentes têm revelado por ocasião da entrevista, uma concepção de extensão enquanto comunicação. Isto pode ser observado nas manifestações que se seguem.

“Vejo a extensão como aquela atividade que mais aproxima a universidade da sociedade circundante, na medida em que a universidade vê a sociedade como parceira em alguns projetos, sobretudo, aqueles de caráter emancipatório, projetos não assistencialistas, mas aqueles que promovem realmente o crescimento da sociedade como um todo”.

“O que se tem que deixar claro ... é que no meu entendimento, a extensão universitária não deve ser uma forma de assistencialismo, mas uma maneira, um mecanismo de promoção e de desenvolvimento da comunidade como um todo”.

Questionou-se os dirigentes e docentes (instrumento II) no tocante a sua opinião sobre a percepção das pessoas no que se refere às concepções assistencialista e extensão enquanto comunicação.

TABELA 13

Opinião dos questionados em relação a percepção das pessoas envolvidas com a prática extensionista sobre a presença das duas concepções de extensão identificadas na literatura.

<i>Opiniões</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Sim	05	33.4
Não	10	66.6
Total	15	100

Fonte: dados primários (questionário).

Pelo resultado da tabela, pode-se constatar que existe no contexto da UNOESC uma dificuldade de mensuração conceitual em relação às duas concepções extensionistas. Parece que esse problema é decorrência da falta de uma discussão de caráter permanente, representado pela ausência de uma política institucional para a extensão universitária.

Os dois depoimentos que se seguem confirmam a ponderação anterior:

“A UNOESC/Chapecó ainda não discutiu seriamente as diretrizes e normas que norteiam a prática da extensão em seu interior, desta forma, muito menos poderíamos esperar que se tivesse claro noções diferenciadas de extensão”.

“Porque via instituição propriamente não existe atividade de extensão”.

Investigou-se através do instrumento de coleta de dados II sobre qual concepção estaria presente nas ações extensionistas, praticadas no contexto da UNOESC, neste momento. A tabela 14 fornece os resultados.

TABELA 14

Concepção de extensão presente nas ações extensionistas praticadas na UNOESC.

<i>Concepções</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
a) Assistencialista	08	42.1
b) Comunicação	08	42.1
c) Outras	03	15.8
Total	19 *	100

* 4 respondentes assinalaram as opções “a” e “b” simultaneamente.

Fonte: dados primários (questionário).

Percebe-se um equilíbrio entre os respondentes no tocante às concepções assistencialista e de comunicação. Ao menos 4 dos questionados acreditam que nas ações extensionistas desenvolvidas na UNOESC há a presença das duas concepções. Outros 3, ao que tudo indica, por não possuírem uma clareza conceitual das concepções, identificaram uma terceira alternativa.

Talvez a principal dificuldade para incrementar uma extensão como comunicação seja a falta de recursos financeiros. Enquanto a UNOESC precisar das atividades de extensão para captar esses recursos, elas estarão atreladas à concepção assistencialista. Isto fica evidenciado nestas colocações feitas por dois dirigentes entrevistados.

“Então, eu acho que uma coisa é aquilo que a universidade tem como necessidade, que é a geração de recursos, e a extensão seria uma forma de gerar estes recursos. E uma outra coisa, que a gente poderia fazer, eu acho que aí depois, num estágio seguinte, seria fazer exatamente aquela concepção do Paulo Freire (...), só que eu vejo que neste momento, enquanto nós não tivermos recursos financeiros para conseguir fazer isto, dificilmente nós vamos fazer”.

“Talvez haja maior propensão para a universidade particular ou comunitária ver a extensão como assistencialista porque ela arrecada fundos, (...) e muitas vezes ela se presta a fazer aquilo que normalmente se chama de prestação de serviços, que acaba tendo um pouco de conotação de assistencialismo”.

Porém, observou-se pelos depoimentos prestados, tanto por dirigentes e docentes, uma preocupação crescente com uma extensão mais comprometida e articulada com a comunidade.

Parece, que no momento atual, caracterizado por transformações rápidas e profundas, a extensão enquanto comunicação é a mais apropriada e, por isso mesmo, está em voga.

Rocha (1980:135) é contundente ao afirmar que “a extensão deve ter a função de comunicação da universidade com seu meio, possibilitando sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e revisão permanente de suas funções próprias - ensino e pesquisa”.

O que está no bojo da extensão enquanto comunicação é o diálogo, na medida “em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”(Freire, apud Silva, 1991:42).

O que se pode esperar desta via de comunicação é uma integração equilibrada e racional, onde a comunidade se beneficia de ensinamentos e serviços, enquanto a instituição de ensino recolhe motivações para continuar sempre desenvolvendo seus estudos e pesquisas, formando uma constante corrente de realimentação.

4.3.2 - A EXTENSÃO E SUA VINCULAÇÃO COM O ENSINO E A PESQUISA

Hoje é equânime a discussão em torno da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta indissociabilidade está presente desde a reforma universitária, com a Lei 5540/68, assim como no artigo 207 da

Constituição de 1988, além de estar contemplada em praticamente todos os discursos formais ou informais, proferidos no âmbito das universidades brasileiras.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, no II Encontro do órgão, em 1988, ao encaminhar sugestões ao MEC, enfatiza que “a extensão universitária só tem sentido como um processo de aproximação da Universidade com a realidade social, na medida em que o ensino e a pesquisa possam ser repensados em função desta prática”.

A mesma idéia está presente no Projeto de Universidade da UNOESC (1991:28). “Assim, com a criação da universidade, pretende-se redimensionar e dar maior qualidade ao ensino, vinculando-o às atividades de pesquisa e extensão e direcionando-o para outras áreas do saber, como por exemplo as de vocacionamento regional, sem esquecer daquelas tradicionalmente atendidas”.

Porém, o que normalmente impera numa instituição de caráter particular/comunitário, é uma realidade um pouco diferente do que determina o discurso legal. No caso da UNOESC, por ser uma Universidade multi-campi, traz no seu âmago a tradição das Fundações que a compuseram. E estas Fundações faziam praticamente só ensino, sendo as funções da pesquisa e extensão coisas esporádicas, sem articulação praticamente nenhuma entre si.

Parece que na UNOESC, pelo que pode ser observado nos resultados da coleta de dados, existe apenas um propósito de trabalhar a indissociabilidade.

O maior problema para a não concretização da indissociabilidade, ao que tudo indica, pode ser resumido a dois fatores: falta de recursos financeiros e falta de pessoal qualificado.

Os depoimentos que se seguem, feitos por dirigentes, na ocasião da coleta de dados, confirmam a afirmativa acima.

“... eu tenho as minhas dúvidas e acho que essa articulação é um ideal (...) mas ela na prática não se dá, porque a própria sociedade não vê assim, como uma articulação grande e as próprias instituições não têm condições de ter disponibilidade de pessoal para fazer a pesquisa tão bem feita para poder ser veículo de transformação da tecnologia”.

“O que nós realmente mais fazemos no momento é o ensino e a extensão. Normalmente a extensão traz um retorno mais imediato, em termos de imagem e, muitas vezes, até em termos de recursos financeiros”.

Das três funções básicas que constituem o tripé acadêmico, a menos desenvolvida na UNOESC é a Pesquisa. A pesquisa na universidade brasileira é recente. Como afirma Guimarães (1988:13). “De fato, na universidade, a pesquisa se desenvolveu muito recentemente, a partir sobretudo da década de 60, quando se iniciou um grande movimento de criação da Pós-Graduação. E ela, hoje, já conta com uma infra-estrutura ampla. Essa estrutura de pesquisa na universidade, no entanto, está em crise, porque sofreu um hiato prolongado nos últimos seis anos devido à falta de recursos e queda constante de apoio financeiro”.

Se as grandes universidades tem dificuldades para desenvolver pesquisa, principalmente por falta de recursos, tanto financeiros, quanto humanos, o problema certamente é mais grave, quando se trata de uma uni-

versidade nova, sem tradição de pesquisa, sem estrutura para pesquisa e acima de tudo sem recursos humanos e financeiros para desenvolvê-la.

Como afirma um dos dirigentes, “eu acho que a universidade privada, que é o nosso caso, se ela conseguir fazer uma ou duas coisas já faz muita coisa”. Não que se deva concordar com essa afirmação, mas, parece que a realidade do momento aponta para essa direção.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras entende que a “universidade continua ainda produzindo um ensino tradicional, quando o momento atual exige um processo de ensino-aprendizagem mais corajoso, participativo e realmente formativo”. Neste sentido, a extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, na visão do Fórum, “constitue-se em um canal viabilizador do contato da universidade com a realidade que precisa ser identificada, estudada, interpretada e transformada”.

Perguntou-se aos dirigentes de segundo escalão e docentes envolvidos com a extensão universitária (instrumento de coleta de dados II), se a extensão universitária desenvolvida na UNOESC é fruto da sua articulação com o ensino e a pesquisa. Veja a tabela a seguir:

TABELA 15

A prática da extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa.

<i>Opiniões</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Sim	06	37.5
Não	10	62.5
Total	16	100

Fonte: dados primários (questionário).

Portanto, 62.5% dos respondentes confirmam que a extensão não está de fato articulada com o ensino e a pesquisa. No entanto, alguns aspectos devem ser considerados. Existe uma satisfatória articulação entre a extensão e o ensino e, em alguns departamentos, há, pelo menos ao que parece, um esforço maior neste sentido. A afirmação seguinte, feita por um dos questionados, merece ser ressaltada.

“A pesquisa na UNOESC é incipiente e ainda é muito assistemática e fragmentada. Mas há departamentos ou grupos isolados com maior tradição em pesquisa e excelentes trabalhos de extensão vinculados. É injusto e irreal generalizar a resposta”.

A despeito do depoimento acima, acredita-se que os 37.5% correspondentes a resposta “sim” da tabela 15, possam estar relacionados ao vínculo da extensão com a função do ensino. Os depoimentos que se seguem podem corroborar esta hipótese.

“Faz-se poucas pesquisas e, portanto, articula-se principalmente com o ensino”.

“Porque os projetos de extensão estão intimamente ligados com a visão que se tem da realidade educacional”.

A pesquisa científica, segundo a concepção do Projeto de Universidade da UNOESC (1991) “tornou-se elemento integrante da cultura da sociedade hodierna. Isto se aplica tanto às ciências naturais e às ciências da engenharia, como às ciências humanas e sociais. Neste sentido, ela consti-

tui-se em pressuposto fundamental da dinâmica social, econômica e cultural de uma região”.

É preocupação deste estudo verificar até que ponto as pesquisas desenvolvidas têm relação com a realidade circundante, uma vez que a UNOESC se coloca como uma Universidade comunitária, preocupada com o vocacionamento e desenvolvimento regional.

A tabela 16 demonstra o resultado da investigação feita com 17 pessoas entre dirigentes e docentes, que se manifestaram desta forma acerca da vinculação da pesquisa com a realidade circundante.

TABELA 16

Relação dos Projetos de Pesquisa desenvolvidos com a realidade circundante.

<i>Nível de relação</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
a) Bastante	11	64.7
b) Pouca	05	29.4
c) Nenhuma	01	05.9
Total	17	100

Fonte: dados primários (questionário)

Portanto, segundo as afirmativas dos respondentes, 64.7% deles vinculam a pesquisa realizada na UNOESC com os problemas regionais.

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a extensão não é uma função indissociada do ensino e da pesquisa, “mas , reconhecida como um processo de comunicação entre a

universidade e a sociedade que permeia o ensino, a docência e a investigação”.

Nesta perspectiva, de acordo com a visão do Fórum, o ensino deixa de ser uma “pura transmissão de conhecimentos” e passa a representar uma prática social viva e engajada que não pode ser desligada da questão da aprendizagem. Nesta mesma linha de pensamento, “a pesquisa passa a representar uma possibilidade de resposta a muitos problemas ou desafios apresentados pela realidade e permite a integração da população na condição de agente ativo da ação desenvolvida”. A extensão, portanto, propiciará a difusão dos resultados de estudos, levantamentos e pesquisas, de modo que os mesmos tenham uma utilidade social (Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, 1989:121).

Na UNOESC, o ensino está amplamente institucionalizado, com larga tradição. A extensão está em processo de institucionalização (ver capítulo 4.3.5) e a pesquisa, dentre as atividades do tripé acadêmico, é a que merece maior atenção. O primeiro passo foi dado em 1992, quando a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação definiu a “Política e Diretrizes Gerais para a Pesquisa na UNOESC”. Neste documento, a pesquisa é entendida “como atividade científica que objetiva buscar respostas para dificuldades emergentes da sociedade, podendo ser de ordem teórica ou prática, para os quais é preciso achar soluções alternativas”.

No mesmo documento está expressa a idéia de que “a qualidade do ensino apresenta estreita relação com a qualidade e a quantidade de investimentos dedicados à pesquisa e à extensão”. Sendo assim, de acordo com o documento, “o hábito de pesquisar deve ser despertado para constituir-se num recurso didático-pedagógico atualizador no processo de ensino-aprendizagem, garantindo formação e informação do mundo da produção científica”.

Para possibilitar a institucionalização das atividades de Pesquisa na UNOESC, pressupõe-se, segundo o documento, dar à atividade de pesquisa um nível de valorização no mínimo equivalente ao das atividades de ensino de graduação. Para tanto, “a pesquisa não pode restringir-se à elaboração e execução de projetos isolados e eventuais, oriundos da iniciativa espontânea, momentânea ou de segundo plano, deste ou daquele professor ou órgão da instituição, por mais importante que seja o objetivo das mesmas”(Política e Diretrizes Gerais para a Pesquisa na UNOESC, 1992:04).

Sobre a integração das três atividades básicas da universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, o documento se expressa desta forma: “Não se atua sobre aquilo que não se conhece e não se conhece aquilo que não se pesquisa permanentemente. É da socialização dos resultados da pesquisa que nascem os programas mais consistentes de extensão, tanto universitária quanto comunitária, resultando numa integração dialética do saber e do fazer, o que desencadeia a práxis universitária”(1992:05).

Um passo decisivo para a implantação da pesquisa na UNOESC foi dado com a criação do “Fundo de Apoio à Pesquisa - FAPE -”, no início de 1993. O FAPE tem por objetivo estimular e financiar, parcial ou integralmente, projetos de pesquisa em geral, bem como projetos de iniciação científica. O Fundo é constituído por dotação orçamentária própria da UNOESC, por participação de instituições de apoio e fomento à pesquisa e por doações ou legados (Artigo 2., 1993:02).

No dizer do Prof. Santo Rosêto (entrevista) “é um fundo inicial, pequeno ainda, mas que já tem desencadeado inúmeros projetos de pesquisa”.

Acredita-se que a UNOESC deverá buscar a indissociabilidade entre as três funções, não só porque é uma determinação legal, mas sobretudo porque a indissociabilidade é intrínseca à natureza dessa relação.

É como afirma Savi (1987:181): “O desafio está aí: ou a universidade desenvolve um sistema harmônico entre pesquisa pura, pesquisa aplicada, pesquisa tecnológica, extensão universitária, ou fica fazendo extensão de coisas conhecidas, não inovadoras, concorrendo com os mecanismos da sociedade que têm missão de fazê-los e perdendo a grande chance de atuar como agente estimulador na busca de melhores condições de vida a partir da melhoria das condições de saúde, de educação ...”.

4.3.3- ALGUNS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO EM ANDAMENTO

Estudos realizados por Reis (1988) e Rocha (1987) indicam que, historicamente, a extensão universitária no Brasil vem apresentando duas linhas básicas quanto a sua conceituação e práxis.

A primeira, denominada por Reis (1993:27) de “eventista-inorgânica”, caracteriza-se no desenvolvimento de serviços ou na realização de eventos, de maneira geral, isolados ou discriminados do processo ensino-aprendizagem e de produção de conhecimentos da universidade.

As atividades que fazem parte desse tipo de extensão, na afirmação do autor, são os seguintes:

a) “difusão do conhecimento, tais como cursos, seminários, palestras, conferências, mesas redondas, etc;

b) difusão da cultura, a exemplo da apresentação de peças teatrais, orquestras, corais, grupos folclóricos, filmes entre outros;

c) prestação de serviços sob forma de assistência técnica, jurídica, de saúde, educacional, etc”(1993:27).

A segunda linha, na qual se enquadram as ações realizadas pelas universidades de diversas regiões brasileiras, antes e sobretudo, pós reali-

zação do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária de Universidades Públicas, realizado em Brasília, em 1987, no dizer de Reis (1993:27-28), denominada pelo autor de “processual-orgânica”.

Essa linha está centrada no desenvolvimento de ações de caráter permanente, imbricado ou inerentes ao processo formativo (ensino e à produção do conhecimento da universidade).

As atividades extensionistas desenvolvidas na UNOESC, ao que parece, enquadram-se, predominantemente, à primeira linha, ou seja, “eventista-inorgânica”. Isto poderá ser observado no decorrer deste capítulo.

A justificativa para isto pode estar no fato de que o nascedouro das atividades de extensão encontra-se no departamento. Pelas características do modelo multicampi, os departamentos têm dificuldades para reunir-se e planejar conjuntamente projetos de extensão do tipo “processual-orgânico”. Uma vez chamados à responsabilidade para participarem do processo extensionista, é mais fácil realizar atividades de caráter esporádico e de curta duração. Outro fator relevante que não pode ser desprezado é que na UNOESC muitos chefes de Departamento tem carga horária parcial e atuam na universidade apenas no período noturno, o que dificulta uma integração maior.

O Departamento, segundo a Lei n. 5540/68 “é a unidade básica da estrutura da universidade para efeito da organização didático-científica e administrativa, integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão de áreas afins do conhecimento e respectivos docentes e discentes”.

O departamento, portanto, é composto, além das disciplinas afins, dos professores nele lotados, dos projetos de Graduação e Pós-Graduação, “por linhas, programas e projetos de pesquisa e de extensão, elaborados e executados sob sua responsabilidade”(Processo de Departamentalização das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na UNOESC, 1992).

Pelo dispositivo acima, cabe, portanto, ao Departamento a tarefa de planejar e executar as atividades de extensão.

Procurou-se saber como na prática se dá efetivamente a extensão universitária na UNOESC, no que concerne à forma de planejamento, encaminhamento e execução. A tabela 17 mostra os resultados obtidos perante questionário aplicado a dirigentes (inclusive chefes de departamento) e docentes (instrumento de coleta de dados II).

TABELA 17

Frequência de opiniões acerca da prática da extensão universitária na UNOESC, no que concerne à forma.

<i>Formas</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
a) Inter-departamental	07	35.0
b) Interdisciplinar	01	05.0
c) Intercampi	04	20.0
d) Isoladamente	08	40.0
Total	20 *	100

* - Duas pessoas assinalaram mais de uma opção.

Fonte: dados primários (questionário).

Os resultados da tabela 17 comprovam a afirmativa feita anteriormente, sobre as linhas básicas de extensão propostas por Reis.

Para especificar melhor as atividades de extensão desenvolvidas na UNOESC, seguindo a classificação elaborada por Silva (1991) (4), procu-

TABELA 18

Modalidades de extensão mais desenvolvidas na UNOESC

<i>Ordem de Importância</i>	<i>C</i>	<i>ST</i>	<i>SE</i>	<i>AA</i>	<i>AC</i>	<i>AE</i>	<i>O</i>
1	01	02	13	00	00	00	00
%	06.3	11.8	76.5	00	00	00	00
2	05	04	02	01	01	00	00
%	31.2	23.5	11.8	06.7	06.7	00	00
3	05	04	02	02	01	00	01
%	31.2	23.5	11.8	13.3	06.7	00	07.7
4	02	03	00	04	06	00	00
%	12.5	17.6	00	26.7	40.0	00	00
5	02	02	00	05	07	02	01
%	12.5	11.8	00	33.3	46.6	12.5	07.7
6	00	02	00	01	00	12	01
%	00	11.8	00	06.7	00	75.0	07.7
7	01	00	00	02	00	02	10
%	06.3	00	00	13.3	00	12.5	76.9
Total	16 *	17	17	15**	15**	16 *	13***
%	100	100	100	100	100	100	100

* ** *** Itens não assinalados por 1, 2 e 4 respondentes, respectivamente.

Fonte: dados primários (questionário).

LEGENDA:

C = consultoria

ST = serviços técnicos

SE = serviços de ensino

AA = atividades assistenciais

AC = atividades culturais

AE = atividades esportivas

O = outras.

rou-se ordená-las em categorias a partir da opinião de dirigentes e docentes, questionados pelo instrumento de coleta de dados II.

A tabela 18 apresenta a distribuição dos projetos de extensão por categoria, segundo a importância referida por cada um dos respondentes do instrumento de coleta de dados. Por ordem de importância, neste estudo, entende-se que a modalidade que for auferida com o número 1 seja a que tenha sido a mais desenvolvida na UNOESC. O número 2 significa a segunda mais desenvolvida e assim sucessivamente até o 7.

4

Para efeitos deste estudo, entende-se, também, as atividades regulares relacionadas ao ensino, como por exemplo, a capacitação de docentes, como parte da categoria “c”, ou seja, “prestação de serviços de ensino” (SE). A modalidade “atividades esportivas” (AE), não defendida por Silva, refere-se às atividades extensionistas relacionadas à prática esportiva de um modo geral. Por “outras”(O), entende-se todas as atividades que não podem ser enquadradas em nenhuma das categorias anteriores.

⁴ - Silva (1991 ao estudar as atividades extensionistas numa Universidade Federal, classificou -as em 7 categorias. Neste estudo ver subcapítulo 3.2.

A tabela 18, baseada na opinião dos respondentes demonstra que, pelo parecer destes, os serviços de ensino são os mais desenvolvidos na UNOESC, vindo a seguir consultorias e serviços técnicos.

Ao analisar os relatórios anuais de 1992 e 1993, os dados demonstram que, de fato, “serviços de ensino”(SE) são os mais desenvolvidos, seguidos por “atividades culturais”(AC) e “serviços técnicos”(ST). Como atividades de consultoria, entretanto, identificou-se apenas uma, no ano de 1992. A tabela 19 demonstra os resultados.

TABELA 19

Atividades de extensão desenvolvidas na abrangência da UNOESC, nos anos de 1992 e 1993.

<i>Categorias</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>
C	00	01
ST	18	19
SE	71	96
AA	03	04
AC	25	42
AE	00	01
O	00	00
Total	117	163

Fonte: dados secundários (Relatórios anuais de 1992 e 1993).

As atividades extensonistas desenvolvidas na UNOESC, caracterizam-se basicamente na prestação de serviços a Prefeituras Municipais, Se-

cretaria de Educação e Cultura, comunidade interna e externa, na forma de cursos, palestras, seminários e simpósios. A grande maioria são projetos isolados e de curta duração, sem articulação interdepartamental e muito menos interdisciplinar.

Existe, hoje, uma discussão nos meios universitários sobre a relação entre prestação de serviços e extensão universitária. Seriam realmente coisas diferentes? Por que a prestação de serviço tem ganhado tanto destaque nas universidades brasileiras?

Na concepção de Sant'Anna "a observação das atividades rotuladas pelas universidades como Prestação de Serviços e Extensão, nem sempre se diferenciam quanto à sua natureza, por exemplo, o mesmo atendimento em um posto de saúde pode num momento ser caracterizado como Prestação de Serviços e em outro como Extensão. No entanto, são tratadas como ações diferenciadas do ponto de vista acadêmico e muitas universidades têm achado necessário formular políticas específicas que os orientam"(1993:42).

Ao que tudo indica, a prestação de serviços tem ganhado espaço nas universidades, sobretudo nas particulares, porque ela, é uma importante fonte de captação de recursos financeiros e, neste sentido, um meio de aumentar a autonomia destas.

Contudo, Sant'Anna (1993:49-50) adverte que a prestação de serviços, como uma função meio, "deve ter seus limites definidos para que não venham em prejuízo das atividades fins da universidade". Neste sentido, acrescenta a autora, "as atividades de prestação de serviços devem ser assumidas institucionalmente, assegurando-se sua vinculação acadêmica". Através de sua normatização, pondera Sant'Anna, "ela pode vir a ser avaliada, não só pelos setores prestadores de serviços mas também por Órgãos Colegiados Superiores".

A despeito da afirmativa anterior, acerca da característica das atividades extensionistas desenvolvidas na UNOESC, existem hoje alguns projetos e programas permanentes em desenvolvimento, que são os seguintes:

1-) PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA - SPEC/CAPES -, que consiste na qualificação permanente em Ciências, Matemática e Educação Ambiental.

“O objetivo do programa é desencadear um processo de Educação Continuada na região de abrangência da UNOESC nas áreas de Ciências, Matemática e Educação Ambiental, tendo como objetivos específicos:

a) - promover a atualização e o aperfeiçoamento teórico-metodológico nas áreas de Ciências, Matemática e Educação Ambiental adequadas a atual conjuntura, levada em consideração a realidade local e ampla, num processo contínuo e permanente;

b) - elaborar, orientar e estimular o uso e a produção de materiais instrucionais, criando metodologias alternativas para o ensino de Ciências, Matemática e Educação Ambiental, na região de abrangência da Rede, bem como possibilitar a aquisição e a divulgação do mesmo;

c) - estabelecer um sistema de articulação interdisciplinar e interinstitucional que promova a divulgação científica e o intercâmbio de experiências”(Projeto - Educação em Ciências, Matemática e Educação Ambiental: um desafio interdisciplinar para a região de abrangência da UNOESC, 1993:10). O Programa está em fase de implantação.

2 - PROGRAMA ESPECIAL DE ENSINO RURAL - NUPERAJO

“O Projeto NUPERAJO foi elaborado inicialmente em Joaçaba pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e da Universidade do Oeste

Catarinense - UNOESC, a partir da proposta de Atendimento Especial dos Evadidos (Tese de mestrado desenvolvida por Aristides Cimadon).

Após dois anos de funcionamento em Joaçaba, os municípios de Agua Doce, Ibicaré, Tangará e Campos Novos passaram a implantar também em seus municípios, tendo como coordenadoras as Secretarias Municipais de Educação.

O objetivo básico do programa é o de atendimento escolar especial de 5^a. a 8^a. séries do meio rural, nos municípios acima citados, atendendo em torno de 1000 alunos” (Projeto de Pesquisa: Avaliação do Programa Especial de Ensino Rural, 1993:07).

3 -PROGRAMA DE RESGATE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO- SÓCIO-CULTURAL DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNOESC.

Este programa tem como objetivo geral “iniciar e/ou dar continuidade ao trabalho de Resgate do Patrimônio Sócio-cultural da área de abrangência da UNOESC, envolvendo docentes e comunidade em geral, tornando-os sujeitos da pesquisa e da extensão e não meros objetos ou instrumentos das mesmas”. São objetivos específicos do programa:

a) -”desencadear processo de unificação e sistematização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de história, antropologia e cultura, mediante programa conjunto dos três campi da UNOESC, envolvendo professores, acadêmicos e comunidade de cada área;

b) - implementar programas para viabilizar a utilização de instrumental histórico sócio-cultural como referência e suporte de programas de ensino nas escolas da região;

c) - sensibilizar a organização e manutenção de arquivos e museus históricos nos municípios de abrangência da UNOESC;

d)- incentivar a constituição e garantir o desempenho de comissões municipais de coordenação da memória local” (Projeto: Resgate e Preservação do Patrimônio Histórico-Sócio-Cultural da Abrangência da UNOESC, 1991).

4- PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA.

Este programa, segundo o Projeto de Universidade (1992:03), tem como objetivos: a) “a prestação de serviços na área do Comércio Exterior, através de cursos, seminários, palestras, assessoramento de projetos específicos de exportação e assessoramento ‘on line’ via computador; b) consolidar a UNOESC como dinamizadora dos processos administrativos e comerciais das empresas da região perante o desafio que o Mercosul representa”.

5 - CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM.

O CEOM tem como objetivo “despertar a consciência da necessidade de resgatar a memória sócio-cultural e aprimorar o conhecimento do processo de colonização”(Rev. Grifos, 1991:20).

São atividades permanentes do CEOM:

- alocação e capacitação teórico-prática de recursos humanos para realização do programa da área de abrangência da UNOESC;
- localização, seleção, coleta, classificação, registro e guarda de toda amostra importante do patrimônio sócio-cultural da região;
- produção de material didático-pedagógico com base nos dados obtidos pela pesquisa-ação desenvolvida mediante a participação da comunidade.

6 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE DE RECURSOS HUMANOS PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DA REGIÃO, EM PARCERIA COM SEC E PREFEITURAS.

O objetivo básico deste programa é a capacitação de recursos humanos para a educação, mediante a realização de cursos de aperfeiçoamento e atualização nos diversos municípios de abrangência da UNOESC.

4.3.4 - A EXTENSÃO NO MODELO MULTICAMPI

O modelo de universidade multicampi representa uma inovação em relação ao sistema organizacional tradicional vigente no país. Somente nos últimos anos que este modelo vem proliferando, sobretudo nas regiões interioranas do Brasil.

O modelo multicampi, na sua essência, é definido por Ricken (1981:218) como “uma IES pluri-institucional, espacialmente descontínua, mas organicamente integrada”.

O Projeto de Universidade da UNOESC contempla a justificativa de que o modelo multicampi “constitui-se numa forma imprescindível para a região, por atender às exigências de integração e de cooperação com os setores produtivos e demais instâncias comunitárias, aliando-se ao seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural”(1991:21).

As vantagens que são apregoadas ao modelo multicampi, no Projeto de Universidade, são as seguintes:

- a) “agir como fator de mudança e transformação, considerando o modo complementar das economias existentes na região;
- b) atender de maneira mais barata e eficiente aos objetivos da educação;

- c) possibilitar a racionalização do processo técnico-administrativo;
- d) facilitar a relação entre o meio-urbano e rural”.

Na visão de Ricken (1981), o modelo multicampi poderá, entre outras vantagens, exercer papel preponderante no desenvolvimento e integração regional. Para tanto, o vocacionamento de cada “campus”deverá se pautar na realidade regional e voltar-se para a solução dos problemas existentes ao nível do tipo de economia predominante, de forma prioritária, tanto na eleição de cursos e programas de pesquisa, como a própria atividade de extensão”.

A despeito da afirmação de Ricken sobre o modelo multicampi, o fato é que sua “práxis” é pouco estudada e muito menos divulgada.

Há, portanto, uma dificuldade muito grande em encontrar na literatura referência a melhor forma de desenvolver a extensão numa estrutura universitária modelo multicampi.

Constitui-se num dos objetivos deste estudo encontrar formas adequadas de desenvolver a prática da extensão universitária num sistema multicampi, como é o caso da UNOESC.

Pela impossibilidade de explorar a literatura, optou-se em buscar informações com os principais dirigentes da Instituição, através de entrevista.

Primeiramente, baseado no pressuposto elaborado por Ricken, procurou-se saber se as linhas de ação da UNOESC, na área da extensão universitária, contemplavam as diferenças regionais e o vocacionamento de cada campus.

A partir dessas entrevistas, surgiram algumas questões interessantes, que merecem ser destacadas. O primeiro ponto é que a UNOESC está situada numa comunidade regional que é muito similar e, portanto, não há tanto esta diferenciação; em segundo lugar, parece que existe hoje uma discussão em cima do próprio conceito de “vocacionamento”. Para o Prof.

Santo Rossêto (entrevista) “o vocacionamento nada mais é do que o conjunto de problemas colocados na investigação científica e, que são características de uma região”. A questão que se coloca é que o vocacionamento não se estabelece por uma decisão formal. Existe, isto sim, um conjunto de problemas, para o qual o campus vai canalizar esforços para aquilo que estabelece como prioridade. O Prof. Rossêto adverte que o “vocacionamento” surge a partir de uma filosofia educacional, a partir de uma filosofia operacional e não de uma pré-escolha formal da questão.

O Prof. José Mauro Lehmkul (entrevista) parece concordar com isso, quando afirma que “o vocacionamento de cada campus é algo que está sendo construído. Ou seja, não existe o “vocacionamento” dado e pronto”. Para ele, cada campus tem que aprender a ler a sua região e “neste processo de leitura da região conseguir identificar exatamente o vocacionamento da região”.

Colocado isso, há de se salientar que, de uma maneira geral, a extensão desenvolvida na UNOESC não está voltada para o vocacionamento de cada campus. Pelas entrevistas, constatou-se que as linhas mestras para a extensão ainda não estão suficientemente definidas. “Hoje se faz a extensão conforme o que cada curso deseja e, às vezes, no momentâneo, no anseio da sociedade”(entrevista). Segundo um outro dirigente, “isto é uma perspectiva colocada, é um propósito colocado. Caminha-se para isto”. E, na opinião de mais um dirigente,

“Eu acho que é possível e temos condições de definir algumas linhas de extensão vocacionadas em cada um dos campi de atuação. Mas hoje eu acho que nós não temos ainda”.

Ao tentar identificar como deveria ser a prática extensionista, numa universidade multicampi, percebe-se uma certa dificuldade de posicionamento por parte de alguns dirigentes submetidos à entrevista.

Tentar-se-á colocar sinteticamente, para evitar de ter que descrever em toda a sua amplitude, as opiniões dos dirigentes entrevistados, referente ao tema:

- “a prática extensionista no modelo multicampi não é diferente duma universidade de um campus só, porque é o campus que se vocaciona, que se posiciona perante a comunidade;

- a prática da extensão, assim como a prática da pesquisa não pode basear-se em cima de atividades aleatórias. Por isso, é preciso definir as linhas, os programas, as atividades de extensão como um todo;

- é preciso ter um diagnóstico da comunidade, para saber o que a comunidade está precisando da universidade e em cima deste diagnóstico oferecer para a região aquilo que a região está precisando;

- é preciso ter um quadro de pessoal preparado para isto;

- devido à complexidade da estrutura multicampi, os departamentos devem encontrar-se para que projetem e planejem as atividades de extensão;

- integrar as atividades de extensão no Oeste e não agir isoladamente”.

A despeito das dificuldades existentes, acredita-se que a extensão universitária deverá encontrar seu caminho, sobretudo a partir da implantação da nova estrutura (ver capítulo 5.5), merecendo assim uma atenção maior por parte da universidade.

4.3.5 - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNOESC

A UNOESC, quando da sua implantação, por força da lei e por desconhecer um modelo mais propício, adotou um sistema organizacional com uma estrutura um tanto pesada, composta por órgãos superiores como o Conselho Curador, o Conselho de Administração Superior, o Conselho Pedagógico; uma Reitoria com três Pró-Reitorias: Ensino, Administração e Pesquisa/Extensão/Pós-Graduação, sendo que cada Campus funcionava sob a responsabilidade de um Diretor Superintendente e um Coordenador Acadêmico, mais Centros, Departamentos, Coordenadores de Cursos e outros.

Lima Neto (1993:45), ao estudar o modelo organizacional da UNOESC daquele momento, conclui que o mesmo privilegia a burocracia. O pesquisador justifica dizendo que a “experiência vivenciada pela atual universidade brasileira dá relevo e oportuniza a proliferação de processos de controles e comandos que impossibilitam e castram o desenvolvimento da pesquisa e de iniciativas inovadoras”.

Para Vahl (1991:132), “a estrutura organizacional das IES, padronizadas nacionalmente segundo os preceitos da Lei, sem considerar o porte e as necessidades de cada instituição e as características e contextos regionais provocou sérias distorções”. Seria mais conveniente, pondera ele, “deixar a cada uma delas a liberdade de optar pela estrutura que melhor se ajusta aos seus objetivos, de forma a atingir alto grau de eficiência em seu desempenho”.

A UNOESC, entendida como uma instituição em construção que se concretiza no processo de desenvolvimento dela mesma, atingirá seu ideal a partir de uma estrutura organizacional dinâmica e moderna.

Isto foi alcançado. A resolução n. 004 do Conselho Universitário, em 18 de fevereiro de 1994, aprova a implantação da nova Estrutura Administrativa da UNOESC.

Os principais motivos, verificados na prática, que levaram a UNOESC a adotar o presente modelo de estrutura, no dizer do Prof. Luiz Carlos Lückmann (entrevista) foram:

- a) - “o modelo multicampi, pelas suas características, exigiu um modelo de Reitoria não convencional, mas sim, descentralizada nos campi;
- b) - redução dos custos de manutenção da Reitoria;
- c) - necessidade de descentralização, desburocratização e agilização;
- d) - autonomia financeira”.

As principais alterações contempladas na nova estrutura em relação a anterior, aprovadas pelo Conselho Universitário, são:

- a extinção dos cargos de Diretor Superintendente e Coordenador Acadêmico;
- a implantação de uma Estrutura Administrativa, nos campi, composta por um Pró-Reitor de Ensino, um Pró-Reitor de Administração e um Pró-Reitor de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação;
- a Administração Central composta por uma Reitoria e três Pró-Reitorias Gerais, ou seja, de Ensino, Administração e Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação.

A extensão na nova estrutura da UNOESC está sob a responsabilidade dos seguintes órgãos:

I- Em nível de Administração Superior:

- a) - À Pró-Reitoria Geral de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, como órgão de coordenação e com funções de organizar, planejar e supervisionar as atividades de extensão;
- b) - Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, como órgão normativo, consultivo, deliberativo e jurisdicional, de natureza acadêmica;

c) - Ao Conselho Universitário, como órgão máximo em matéria administrativa, financeira, disciplinar, normativa, consultiva, deliberativa e jurisdicional.

II - Em nível de Campus:

a) - À Pró-Reitoria de pesquisa, Extensão e Pós-Graduação e/ou à Direção Acadêmica e aos Departamentos, enquanto órgãos de planejamento e acompanhamento das atividades de extensão;

b) - Às Pró-Reitorias de Administração, enquanto instâncias administrativas;

c) - Ao Conselho Pedagógico, enquanto órgão de natureza consultiva e deliberativa, no âmbito acadêmico;

d) Ao Conselho de Administração, enquanto órgão de consulta e deliberação, no âmbito administrativo e financeiro (Regulamento da Extensão na UNOESC, 1994).

Tal estrutura por certo vai “favorecer a dinamização e o acompanhamento da extensão nos campi e entre os campi” (Prof. Luiz Carlos Lückmann, entrevista). Em cada campus vai estar presente a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação que sob a coordenação do Pró-Reitor Geral de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação, vai ter a incumbência de definir políticas, diretrizes, programas, projetos por campus e de forma integrada.

Acredita-se, portanto, que possa haver um incremento maior da extensão, tanto no sentido qualitativo, quanto e principalmente quantitativo.

A questão que se coloca é se a extensão na UNOESC já está institucionalizada ou em fase de institucionalização. Fez-se este questionamento aos principais dirigentes da instituição, quando da entrevista. O que se observou foram opiniões divergentes; alguns acreditando que ela já está institucionalizada, outros que não. Descrever-se-á alguns depoimentos, a título de ilustração.

“Eu acho que ainda não, porque existem regulamentos ..., existem orientações, existem modos de proceder, mas ... a institucionalização não se dá só por um regulamento, só por uma lei, (...). Ela se dá efetivamente por programas claros de ações e por metas bem definidas. Nós ainda não sabemos quais são (...).

“A extensão universitária na UNOESC, institucionalizada está. Nem sempre é aplicada, ou acontece naquela profundidade e nas necessidades da comunidade; nem sempre e nem em todos os campi, mas ela está institucionalizada”.

“Eu diria que ainda não. A extensão hoje se dá conforme as necessidades que existem e também conforme os profissionais que a instituição dispõe para fazer esse trabalho na comunidade”.

“Eu acho que sim ... Nós temos inclusive os órgãos ligados à extensão. Temos a Pró-Reitoria e os Departamentos sabem do seu compromisso com a extensão (...).”.

Para Reis (1992:70), a primeira condição à institucionalização da extensão é a vontade e determinação política da universidade. “Sem esta decisão, fica extremamente difícil viabilizar a extensão, visto que o ensino

e a pesquisa vigentes têm tendência hegemonicamente conservadora e estão ancoradas em esquemas de sustentação no poder”.

Essa opinião é compartilhada pelo Pró-Reitor de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação da UNOESC, Prof. Luiz Carlos Lückmann. Para ele, a institucionalização se dá a partir do momento em que “há vontade e decisão política de a Instituição assumir a extensão, enquanto atividade fim e permanente”. Para isso, acrescenta, “ela define políticas, diretrizes, prioridades, programas e projetos. Quando uma Instituição tem isso, a extensão está institucionalizada”.

Segundo Reis, “sem uma forte base de convergência de esforços e de interesses em nível interno e externo à universidade, fica extremamente difícil a institucionalização processual da extensão”(1992:71).

Ao que tudo indica, com base no depoimento dos dirigentes da instituição e de acordo com a literatura, parece que a extensão ainda não está institucionalizada na UNOESC, embora haja uma política, recentemente aprovada pelo Conselho Universitário. É preciso, entretanto, que esta seja assumida por todos os segmentos e departamentos. O que se vê hoje é que apenas alguns poucos departamentos praticam ações extensionistas sistematicamente. Está se dando uma atenção quase total para o ensino, ficando a extensão relegada a um segundo ou terceiro plano.

Acredita-se que o depoimento do próprio Pró-Reitor Geral de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação pode corroborar a hipótese acima.

“Eu diria que a extensão universitária na UNOESC encontra-se em processo de institucionalização. Ela não está institucionalizada e ...creio que nenhuma universidade, hoje, pode dizer que tem esta questão resolvida internamente”(1994, entrevista).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A hipótese de trabalho lançada por este estudo supõe que, com a criação da UNOESC, houveram alterações significativas em relação à extensão universitária até então praticada. A fim de corroborá-la ou refutá-la, colheu-se a opinião dos principais dirigentes da instituição (entrevista) e dirigentes de segundo escalão e docentes com participação na prática extensionista (questionário).

Baseado nestas opiniões, acrescidas das informações constantes nos capítulos precedentes foi possível tecer uma conclusão.

O primeiro questionamento permitiu quantificar as opiniões dos respondentes do questionário, no que tange às alterações sofridas pela extensão com a criação da UNOESC. A tabela 20 mostra os resultados.

TABELA 20

O impacto da criação da UNOESC sobre a extensão universitária, provocando mudanças ou não, na opinião dos respondentes.

<i>Opiniões</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Sim	09	56.2
Não	07	43.8
Total	16	100

Fonte: dados primários (questionário)

Percebe-se pela tabela 20, uma predominância de opiniões vislumbrando alterações. No que concerne às respostas dos dirigentes entrevis-

tados, entretanto, houve unanimidade nas respostas. Todos concordam que de fato houveram mudanças. Ao que parece, estas mudanças estão ocorrendo, embora de uma forma tênue e gradativa, sendo perfeitamente perceptíveis aos olhos das pessoas que têm uma visão do todo da instituição, como é o caso dos dirigentes. Porém, esta percepção não fica tão clara para aqueles que estão lotados e atuam apenas nos campi. Acredita-se ser oportuno descrever considerações, tanto favoráveis ao “sim”, quanto ao “não”.

“A criação da UNOESC não foi o suficiente para institucionalizar uma concepção e uma prática extensionista. Ainda persiste um processo fragmentado, onde se revela implicitamente, diferentes concepções de extensão”.

“Começou uma discussão mais séria em relação à extensão e há uma preocupação com estes serviços, como também houve melhoria nas atividades desenvolvidas”.

Essas mudanças, embora não perceptíveis por todos, foram consideradas como avanços de forma unânime, tanto por dirigentes, quanto por docentes.

Tanto as opiniões das pessoas entrevistadas e questionadas, quanto as informações constantes nos capítulos III, IV e V, oferecem subsídios suficientes para concluir que de fato houveram mudanças na concepção e prática da extensão universitária até então desenvolvida, corroborando a hipótese formulada por este estudo.

A transformação das Fundações Educacionais de Chapecó, Joinville e Videira na Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC -, trouxe avanços para as funções do ensino, pesquisa e extensão. Dentre o tripé acadêmico, talvez o ensino, por ser o sustentáculo financeiro da Instituição e, pela tradição que já possuía nestas IES, é coberto da maior atenção. Houve um incremento considerável na graduação com a criação de novos cursos e, principalmente, a nível de pós-graduação (Lato Sensu), com um desenvolvimento acelerado em todas as áreas do conhecimento e em todos os campi. A pesquisa, embora ainda não sendo sistematicamente realizada, é preocupação dos dirigentes visto que já possui políticas definidas e até um Fundo (FAPE) foi criado, tendo em vista o seu desenvolvimento. A extensão entre as três é, ao que parece, a que menos atenção tem merecido.

Os dados coletados visando responder as perguntas de pesquisa fazem concluir o seguinte a respeito da extensão universitária na UNOESC:

1) A extensão universitária desenvolvida nas ex-Fundações Educacionais caracterizava-se por ser uma atividade de prestação de serviços, sobretudo na área da educação, através de convênios firmados com as Prefeituras Municipais e Secretaria de Educação e Cultura. Representava mais uma oportunidade de captação de recursos financeiros. Eram ações isoladas, fragmentadas e desvinculadas da pesquisa, apenas com algum vínculo com o ensino, já que todas as Fundações possuíam o curso de Pedagogia, possibilitando, assim, a realização destes eventos, objetivando, na maioria das vezes, a capacitação de docentes.

O que mais marcou a extensão ou prestação de serviços nas ex-Fundações foi o seu caráter episódico e insequencial. Esta característica continua presente, hoje, na UNOESC. Em relação à prática da extensão universitária das Fundações para a UNOESC é perceptível que houve um incremento qualitativo e quantitativo. A qualidade dos programas é me-

lhor, visto que existe uma estrutura que permite a troca de experiências entre os três campi e seus campi aproximados e existe no quadro de pessoal um número maior de profissionais qualificados e de tempo integral. Uma comparação entre as tabelas 5 e 6 com as 18 e 19 permite concluir que aconteceu um crescimento gradativo e sistemático no número de projetos desenvolvidos. A grande concentração de ações extensionistas, entretanto, continua recaído sobre a área da educação, notadamente na formação e qualificação de docentes para as redes municipais e estadual de ensino. Outro fator que reforça a afirmativa anterior em relação ao incremento verificado é que há vários programas permanentes de extensão em andamento, ao contrário do que ocorria nas antigas Faculdades, quando somente na FUNDESTE de Chapecó existia o CEOM com essas características.

No que concerne à concepção de extensão, os dados obtidos permitem concluir que a extensão universitária desenvolvida nas ex-Fundações Educacionais era tipicamente assistencialista. Os projetos eram desenvolvidos de acordo com as solicitações recebidas, tanto por Prefeituras, SEC e outros organismos, sem que houvesse um contato anterior com a população interessada. Os profissionais que desenvolviam essas ações não tinham muita noção sobre concepções de extensão e provavelmente não tinham, também, essa preocupação.

Esse aspecto não mudou muito com a criação da UNOESC. As práticas ainda contemplam esses resquícios do assistencialismo. O que se verifica, é que está havendo um despertar para uma extensão mais educativa, representada por uma articulação mais comunicativa entre a Universidade e os diversos segmentos da comunidade. Esse despertar provavelmente é fruto de uma discussão mais intensa no meio universitário por que passa a problemática extensionista, sobretudo, devido a estrutura universitária, que contempla os Departamentos e as Pró-Reitorias de Pesquisa/Extensão e Pós-Graduação. Há de se acreditar que com isso a extensão universitária na

UNOESC vai passar para um estágio significativamente mais qualitativo num futuro próximo.

2) Analisando os dados primários caracterizados pela opinião de quem está participando da problemática extensionista, acrescido de dados secundários, representados pelos aspectos quantitativos, conclui-se que, de fato, com a criação da UNOESC, houveram avanços em relação à extensão universitária até então desenvolvida, apesar de que esses avanços, num primeiro momento e numa análise superficial, possam ser imperceptíveis. Evoluiu-se tanto no sentido qualitativo quanto no quantitativo.

Em primeiro lugar, com a criação da Universidade houve um despertar de consciência para uma nova realidade. A todas as pessoas e segmentos estava colocado o desafio de superarem os estreitos limites existentes e enfrentarem uma situação que exigia esforços redobrados, tanto no sentido de “fazer mais” quanto de “fazer melhor”. No dizer do Reitor Aristides Cimadon “o ar que se respira é outro”.

Em segundo lugar, a junção das três IES possibilitou a integração, a troca de experiências entre os profissionais dos três campi, aproveitando desta forma, aquilo que de positivo já havia sido construído e em contrapartida identificando novas problemáticas, passíveis de serem solucionadas, fazendo com que ocorresse uma melhoria na qualidade e uma intensificação na quantidade das ações extensionistas desenvolvidas.

A contratação de profissionais qualificados e de tempo integral criou uma nova mentalidade, contribuindo assim para que ocorresse um avanço na qualidade e quantidade dos projetos de extensão.

Com a criação da Universidade, novas estruturas foram criadas, não definitivas, mas passíveis de aperfeiçoamento, onde se destacam as figuras dos Departamentos e principalmente das Pró-Reitorias, que por sua vez proporcionaram um novo impulso às três funções do tripé acadêmico. As pessoas responsáveis por estes órgãos são compelidas a produzir resulta-

dos, com isso, no que tange à extensão, alguns regulamentos, embora nenhuma política específica, foram concretizados, fazendo com que houvesse um pouco mais de planejamento e uma tentativa pelo menos de articulação dos projetos de extensão com as necessidades da comunidade. O resultado disso é que já há algumas linhas de ação definidas e alguns programas permanentes estão sendo desenvolvidos.

3) O Estado de Santa Catarina é formado por algumas macro-regiões geográficas com características muito próprias, como por exemplo, o Litoral com o seu parque industrial avançado e uma vocação para o turismo, a região Serrana com sua atividade agro-pastoril e outras, entre as quais o Oeste do Estado, com uma vocação para a agroindústria, amparada pelos minifúndios. É neste contexto que se estão concretizando as universidades regionais, denominadas “Multicampi”, fruto da agregação de várias Faculdades Isoladas. O objetivo dessas universidades é basicamente o desenvolvimento regional.

Como este tipo de modelo de universidade é algo bastante recente, praticamente não existem estudos científicos que possam apresentar alternativas concretas e viáveis de como melhor desenvolver suas atividades.

O que acontece, então, é que cada universidade precisa encontrar seu caminho pela própria experiência, através de erros e acertos, isto, desde a elaboração da estrutura, até o desenvolvimento das funções do ensino, pesquisa, extensão e das atividades administrativas.

Para que essas universidades modelo multicampi consigam cumprir o seu papel social, qual seja, o de participar no desenvolvimento regional, o grande desafio a que estão submetidas, ao que parece, é conseguir identificar as principais necessidades da sociedade circundante. Isto só é possível através de uma abertura maior, de uma inserção profícua na problemática social. Não basta, para tanto, criar novos cursos de graduação, investir na pós-graduação, mas é fundamental desenvolver a pesquisa e, principal-

mente, a extensão universitária. A extensão é o caminho mais curto entre a universidade e os vários segmentos da sociedade.

No que tange à extensão universitária na UNOESC, verificou-se uma certa pasmeira por parte dos entrevistados, pois não há uma opinião formada ou um caminho traçado, tendo em vista a perspectiva do modelo multicampi.

Ao que tudo indica, a melhor saída é a integração dos três campi e seus campi aproximados, buscando concretizar programas em conjunto para aquelas problemáticas que são comuns a todos, cabendo aos campi desenvolver ações específicas para as necessidades locais.

A UNOESC, como a maior Instituição em potencial de geração e formação profissional, criação, acumulação e divulgação do saber, tem um papel fundamental, seja na democratização do processo político/social, quanto no desenvolvimento econômico da região Oeste catarinense. Isto, entretanto, só será possível com a ampliação do seu perfil. Numa sociedade que segue a tendência do progresso internacional, sobretudo com a criação e fortalecimento do Mercosul, é necessário que a Universidade do Oeste de Santa Catarina forneça além de recursos humanos, métodos, procedimentos, novas tecnologias, mediante uma atuação mais incisiva e dinâmica.

Para tanto, sugere-se que:

a) se divulgue e que se ponha em prática , urgentemente, a política institucional para a extensão universitária, recentemente aprovado pelo Conselho Universitário;

b) haja uma vontade política que faça com que a extensão se eleve ao mesmo patamar do ensino e da pesquisa, concretizando a indissociabilidade entre as três funções;

c) se atribua a todos os cursos ou áreas do conhecimento uma participação mais efetiva na problemática extensionista, fazendo com que surjam mais programas de cunho permanente;

d) se estimule, sempre que possível, a realização de eventos extensionistas integrados entre os três campi e seus campi aproximados;

e) se crie mecanismos que propiciem o desenvolvimento de ações direcionadas para a problemática social, possibilitando uma integração maior entre universidade/comunidade, fazendo com que surjam mais programas, tendo como concepção a “comunicação”;

f) se reveja alguns conceitos e, se for o caso, modifique algumas normas, possibilitando desta forma que, ao menos, todos os profissionais de tempo integral possam ter o tempo e a motivação para se engajar em programas de extensão.

A questão da extensão é um campo aberto a estudos mais sistematizados. Dever-se-á estimulá-los, sobretudo, àqueles relacionados ao modelo multicampi de universidade, por ser uma possibilidade inovadora, carente de experiências reais e concretas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ABREU, Alcides & ABREU, Márcia D. **Educação: prioridade nacional**. Florianópolis: Ed.UFSC, 1984.
- 2 - ALMEIDA, Mércia M. Cavalcanti De. **Experiência da UFPb com o Modelo Multicampi: Regionalização e Interiorização**. (Dissertação). Florianópolis: 1984.
- 3 - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório de aprovação Da UNOESC**. Brasília: 1991.
- 4 - CARNEIRO, Moacir Alves. **Extensão Universitária - Versões e Per-versões**. Rio De Janeiro: Presença/UFPB, 1985.
- 5 - CASSIMIRO, Maria do Rosário & GONÇALVES, Oliveira Leite. **Ru-mos da Universidade Brasileira**. Goiânia: Ed.da UFG, 1986.
- 6 - CATTANI, Rosane M.M. Rizzi. **Comunicação: uma questão social**. in: EDUCAÇÃO, Santa Maria: 1989.
- 7 - DECANATO DE EXTENSÃO. **Extensão - A universidade construín-do saber e cidadania**. Brasília: Ed. da UnB, 1989.
- 8 - DEMO, Pedro. **Extensão Universitária - Algumas Idéias Prelimina-res**. in: A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIO-NAL. Fortaleza: Ed. da UFC, 1980.
- 9 - DOCUMENTO FINAL: II Encontro Nacional De Pró-Reitores de Ex-tensão das UPBs (1988). in: Decanato de Extensão - A Universi-dade Construindo Saber e Cidadania. Brasília: Ed. da UnB, 1989.
- 10- FAGUNDES, José. **A Função Social da Universidade Medida Pela Extensão**. in: EDUCAÇÃO BRASILEIRA: n.17, 2.S. 1986.

- 11- FERREIRA, José Carlos. **Ensino, Pesquisa e Extensão no Contexto da Sociedade: notas para um debate.** in: EDUCAÇÃO BRASILEIRA, Brasília: 2. sem. 1983.
- 12- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Sugestões encaminhadas ao MEC.** in: Extensão - A Universidade Construindo Saber e Cidadania. Brasília: Ed. da UnB, 1989.
- 13- FRANTZ, Telmo Rude. **Repercussão e Retorno para as IES dos Projetos de Extensão.** VI SEURS (Anais). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- 14- _____ . **Universidade e Compromisso Social.** in: CONTEXTO E EDUCAÇÃO. Ijuí: n.1, 1986.
- 15- FREIRE, Paulo. **extensão ou comunicação?.** 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- 16- GARRAFA, Volnei. **Interdisciplinaridade.** in: VI SEURS (Anais) Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- 17- GUIMARÃES, Fábio Celso. **Série Encontros e Debates, 3.** in: Universidade e Pesquisa. Brasília: INEP, 1988.
- 18- GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação e domesticação.** São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- 19- _____ . **A Educação Extensionista: Algumas Ideias Preliminares.** in: A Universidade e o Desenvolvimento Regional. Fortaleza: Ed. da UFC, 1980.
- 20- JAGUARIBE, Erlander Freitas. **Estrutura da Universidade Brasileira: um Estudo a Partir do Departamento** (Dissertação). Florianópolis: 1981.

- 21- JAUÍ, Vicente Augusto. **Extensão: Universidade e Sociedade.** in: Cadernos de Ciências Sociais. Puc - MG: n.0, 1988.
- 22- MARCHETTI, Maria Lujan. **Universidade Produção e Compromisso.** Fortaleza: Ed. da UFC, 1980.
- 23- MENEGAZZO, Luiz Alberto. **Femarp/Unoesc - Em 20 anos, de Faculdade a Universidade.** (Texto). Videira: 1994.
- 24- NETO, Pedro Antonio De Lima. **A Idéia de Universidade numa Universidade que Nasce.** (Dissertação). Florianópolis: 1993.
- 25- NÚCLEO DE EXTENSÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Extensão Universitária: Algumas Idéias para Análise.** in: EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Brasília: n. 15, 2 sem. 1985.
- 26- PAVIANI, Jaime & POZENATO, José C. **A Universidade em Debate.** Caxias do Sul: Ed. da UCS, 1984.
- 27- PEDERNEIRAS, Mário Portugal. **Repercussão e Retorno para as IES dos Projetos de Extensão** (Debatedor). VI SEURS (Anais) Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- 28- REIS, Hilário Renato. **A Institucionalização da Extensão.** in: EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Brasília: 1. sem. 1992.
- 29- _____ . **A Conceituação da Extensão Universitária.** in: EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Brasília: 1. sem. 1984.
- 30- _____ . **A Extensão Universitária na Relação Universidade - População: A Contribuição do Campus Avançado do Médio Araguaia - Programa de Saúde Comunitária.** (Dissertação). Brasília: 1988.

- 31- _____ . **Extensão Universitária: Conceituação e Práxis.** in: ANAIS - I Fórum de Extensão da UFSC. Florianópolis: 1993.
- 32- RICKEN, Ignácio. **Política de Expansão do Ensino Superior Catarinense: Reflexão e Propostas.** (Texto), Florianópolis, 1986.
- 33- _____ . **Planejamento do Ensino Superior: sua aplicação ao sistema das IES Fundacionais de Santa Catarina.**(Dissertação). Florianópolis: 1981.
- 34- ROCHA, Ronay Pires Da. **O mal Estar na Extensão Universitária.** in: UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. Maringá: 1990.
- 35- ROSETTO, Santo. **Uma Instituição Isolada de Ensino Superior no Oeste de Santa Catarina: o que é e o que pode fazer - o caso da FUNDESTE** (Texto). Chapecó: 1988.
- 36- SALES, Ivandro da Costa. **Universidade e Sociedade: como resgatar suas principais relações.** in: EDUCAÇÃO EM DEBATE. Fortaleza: 1. sem. 1986.
- 37- SANT'ANNA, Heloísa H. Nunes. **A Extensão Universitária e a Prestação de Serviço.** in: ANAIS - I Fórum de Extensão da UFSC. Florianópolis: 1993.
- 38- SANTOS, Renato Quintino Dos. **Educação e Extensão: Domesticar ou Libertar?.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- 39- SAVI, Hamilton. **Relação Pesquisa e Extensão.** in: EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Brasília: n.18, 1.sem. 1987.
- 40- SAVIANI, Dermeval. **Extensão Universitária: uma Abordagem Não-extensionista.** in: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez Editora. n.8, 1981.

- 41- SCHUCH, G. Edward. **Integrando a Universidade na Sociedade: a experiência americana e algumas sugestões para o Brasil.** in: **EDUCAÇÃO BRASILEIRA.** Brasília: n. 16, 1.sem, 1986.
- 42- SILVA, Rosimeri de F. Carvalho. **A Prática da Extensão Universitária: um estudo de caso na UFSC** (Dissertação). Florianópolis: 1991.
- 43- SILVEIRA, Nádia D. Ruiz. **Universidade Brasileira: a intensão da extensão.** São Paulo: Ed. Loyola, 1987.
- 44- SOUZA, Marcondes Rosa De & SÁ, Maria I. P. De. **Serviços de Extensão como Forma de Educação Continuada.** in: **EDUCAÇÃO EM DEBATE.** Fortaleza: 1983/84.
- 45- SOUZA, Vicente de Paula. **Razões da não unificação do Ensino Superior no Oeste catarinense.** in: **ROTEIRO.** Joaçaba: n. 28, 1992.
- 46- TOALDO, Olindo Antonio. **Extensão Universitária: a Dimensão Humana da Universidade.** Santa Maria: Ed. UFSM, 1977.
- 47- TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.
- 48- UNOESC. **Grifos: Revista de Divulgação Cultural da Unoesc - Campus de Chapecó.** Chapecó: n.1, 1991.
- 49- _____. **Pequeno Histórico da FUOC à UNOESC** (Texto). Joaçaba: 1992.
- 50- _____. **Política e Diretrizes Gerais para a Pesquisa na Unoesc.** Chapecó: 1992.

- 51- _____. **Processo de Departamentalização das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na Unoesc.** Joaçaba: 1992.
- 52- _____. **Programa de Integração Universidade-Empresa.** Joaçaba: 1992.
- 53- _____. **Projeto: Resgate e Preservação do Patrimônio Histórico Sócio-cultural da Área de Abrangência da Unoesc.** Chapecó: 1991.
- 54- _____. **Projeto de Pesquisa: Avaliação do Programa Especial de Ensino Rural.** Joaçaba: 1993.
- 55- _____. **Projeto: Educação em Ciências, Matemática e Educação Ambiental: um desafio interdisciplinar para a região de Abrangência da Unoesc.** Chapecó: 1993.
- 56- _____. **Projeto de Universidade.** Porto Alegre: Evangraf, 1991.
- 57- _____. **Regimento Unificado.** 1991.
- 58- _____. **Regulamento do Fundo de Apoio à Pesquisa.** Joaçaba: 1993.
- 59- VAHL, Teodoro Rogério. **Estrutura e Gerenciamento das Universidades Brasileiras.** in: TEMAS DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA. Florianópolis: NUPEAU/UFSC, 1991.

ANEXOS

ANEXO 1

Relação de nomes das pessoas entrevistadas e de nomes passíveis de serem submetidas a responder questionário.

RELAÇÃO DE NOMES DAS PESSOAS SUBMETIDAS AO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS I (ENTREVISTA):

- Aristides Cimadon
- Henrique João Blind
- José Mauro Lehmkul
- Luiz Carlos Lückmann
- Lurdes Alves
- Nelson Roque Denardi
- Santo Rosetto

RELAÇÃO DE NOMES SUBMETIDOS AO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS II (QUESTIONÁRIO):

1- CHAPECÓ

- Adelaide Buzanello
- Cléia Fantone Bencke
- Liliane Mozer
- Lúcia Frazon
- Lurdes Giusti
- Maria Sunta Buzzato
- Pedro Uczai

2 - JOAÇABA

- Célio Alves de Oliveira
- Cesar Schwertz
- David Mandryk
- Dorvalina Langue
- Isabella Barison Matos
- Katia Frizzo
- Terezinha de J. Cubas

3 - VIDEIRA

- Antoninho Baldissera
- Carlos Bahr
- Eduardo Gelinski Jr.
- Ernani Rizzi
- Idovino Baldissera
- Jane Meri N. Gelinski
- Janice Druzian

4 - SÃO MIGUEL DO OESTE

- Abele M. Casarotto
- Antonio de Oliveira

5 - XANXERÊ

- Valdemar Gargetti
- Marcelo Socha

RELAÇÃO DE NOMES SUBMETIDOS AO INSTRUMENTO DE
COLETA DE DADOS III (QUESTIONÁRIO):

1 - CHAPECÓ

- Lúcia Frazzon
- Lurdes Alves
- Lurdes Giusti
- Maria Sunta Buzzato
- Pedro Uczai
- Santo Rosetto

2 - JOAÇABA

- Aristides Cimadon
- Cesar Schwertz
- Helder Baruffi (ex-professor)
- José Mauro Lehmkul
- Luiz Carlos Lückmann
- Luiz Gonzaga de Lima (ex-professor)
- Terezinha de J. Cubas

3 - VIDEIRA

- Antoninho Baldissera
- Ernani Rizzi
- Henrique Blind
- Idovino Baldissera
- Luiz Alberto Menegazzo

4 - SÃO MIGUEL DO OESTE

- Abele M. Casarotto
- Antonio De Oliveira

5 - XANXERÊ

- Valdemar Gargetti
- Marcelo Socha

ANEXO II

Instrumentos de coleta de dados.

ROTEIRO I (Entrevista)

1 - É através da extensão que se dá a articulação da universidade com a sociedade. É a extensão que vai proporcionar as condições propícias para que a sociedade coloque seus problemas.

Em relação a este pressuposto pergunta-se:

1.1 - Na sua visão, como deve ser a relação da universidade com a sociedade circundante?

1.2 - O que você entende por extensão universitária?

2 - Identifica-se na literatura duas concepções principais de extensão universitária: uma de cunho assistencialista e a outra que vê a extensão como comunicação. Na visão assistencialista prevalece a “decisão a priori”, unilateral; é uma espécie de “rua de mão única”, que vai da universidade para a sociedade. Na extensão enquanto comunicação, qualquer atividade requer a participação da comunidade, desde o seu planejamento até a sua execução.

Em relação a essas concepções pergunta-se:

2.1 - As ações extensionistas desenvolvidas na UNOESC caminham na direção de qual concepção?

2.2 - Como a Universidade particular/comunitária vê essas duas concepções?

3 - O discurso legal determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1988) entende que “a extensão universitária só tem sentido como um processo de aproximação da universidade com a realidade social, na medida em que o ensino e a pesquisa possam ser repensados em função desta prática”. O Fórum vê a extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, constituindo-se em um canal viabilizador do contato da universidade com uma realidade que precisa ser identificada, estudada, interpretada e transformada.

Em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pergunta-se:

3.1 - Como uma Instituição de Ensino Superior particular/comunitária, no caso a UNOESC, entende a questão da indissociabilidade entre as três funções? Concorde com o que expressa o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras?

4 - O modelo multicampi de universidade é uma das mais significativas e recentes mudanças introduzidas na história da universidade brasileira. Na visão de Ricken (1981), o modelo multicampi poderá trazer, entre outras vantagens, a de exercer papel preponderante no desenvolvimento e integração regional. Para tanto, o vocacionamento de cada “campus” deverá se pautar na realidade regional e voltar-se para a solução dos problemas existentes ao nível do tipo de eco-

nomia predominante, de forma prioritária, tanto na eleição de cursos e programas de pesquisa, como a própria atividade de extensão.

Em relação ao vocacionamento de cada “campus” e à integração regional, pergunta-se:

4.1 - As linhas de ação da UNOESC na área da Extensão Universitária, contemplam as diferenças regionais e o vocacionamento de cada campus?

4.2 - Na sua concepção, como deveria ser a prática extensionista numa universidade modelo multicampi, como a UNOESC?

4.3 - Na sua visão, a extensão universitária está institucionalizada na UNOESC?

5 - Algumas Instituições de Ensino Superior Públicas utilizam a extensão, por meio de consultorias e serviços técnicos, para a captação de recursos financeiros. Fato que gera polêmica, recebendo críticas por parte de alguns autores.

Em relação a esta questão, pergunta-se:

5.1 - No seu entendimento, como a universidade particular/comunitária vê a questão do financiamento das atividades extensionistas?

6 - Este estudo tem por pressuposto, que com o processo de criação da UNOESC, houve mudanças reais na concepção e prática da extensão universitária.

6.1 - Na sua visão, este pressuposto é verdadeiro. Essas mudanças poderiam ser consideradas como avanços?

ROTEIRO II (Questionário)

1 - É através da extensão que se dá a articulação da universidade com a sociedade. É a extensão que vai proporcionar as condições propícias para que a sociedade coloque seus problemas.

Em relação a este pressuposto, pergunta-se:

1.1 - Na sua visão, a UNOESC tem claro a necessidade de se integrar com a sociedade/comunidade?

() Sim; () não; por quê? (...)

1.2 - Como deve ser a participação da sociedade/comunidade na elaboração/execução dos programas de extensão desenvolvidos na abrangência da UNOESC?

() Pouca; () intensa () nenhuma?

2 - Silva (1991), ao estudar a prática da extensão universitária, numa universidade federal, classificou as atividades extensionistas desenvolvidas nesta instituição, em sete categorias: consultoria, serviços técnicos, serviços de ensino, atividades assistenciais, atividades culturais, atividades esportivas e outras. Constatou, neste estudo, que as categorias “consultoria e serviços de ensino” eram as mais desenvolvidas.

2.1 - Na sua visão, as atividades extensionistas desenvolvidas na UNOESC enquadram-se, predominantemente, em qual categoria?

Obs.: enumere de 1 a 7 as categorias assinaladas, sendo que “1” possui valor maior, representando as atividades mais desenvolvidas, vindo a seguir o “2” e assim sucessivamente.

a) () Consultoria; b) () serviços técnicos; c) () serviços de ensino; d) () atividades assistenciais; e) () atividades culturais; f) () atividades esportivas; g) () outras.

2.2 - Quais são os fatores determinantes para o levantamento das prioridades extensionistas na UNOESC?

a) () Econômicos; b) () políticos; c) () sociais; d) () educacionais; e) () culturais; f) () outras. Justifique a sua resposta. (...)

2.3 - Quanto aos recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos extensionistas, estes, na sua Instituição, são: a) () auto-financiados; b) () parcialmente auto-financiados; c) () custeados pela Instituição; d) () financiados por outros organismos. Qual é a sua opinião a este respeito? (...)

3 - O discurso legal determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1988) entende que “a extensão universitária só tem sentido como um processo de aproximação da universidade com a realidade social, na medida em que o ensino e a pesquisa possam ser repensados em função desta prática”. O Fórum vê a extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, constituindo-se em um canal viabilizador do contato da universidade com uma realidade que precisa ser identificada, estudada, interpretada e transformada.

Em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pergunta-se:

3.1 - Na sua compreensão, a prática extensionista desenvolvida na UNOESC é fruto da sua articulação com o ensino e a pesquisa?

() Sim; () não; por quê? (...)

3.2 - Os projetos de pesquisa desenvolvidos têm relação com a realidade circundante?

a) () Bastante; b) () pouca; c) () nenhuma. Justifique a sua resposta. (...)

3.3 - Qual é a participação de alunos e professores na elaboração e execução de atividades de extensão?

a) () Efetiva; b) () insatisfatória; c) () nenhuma. Comente. (...)

4 - Como na prática se dá a extensão universitária na UNOESC?

() De forma inter-departamental; () de forma interdisciplinar;

() de forma intercampi; () isoladamente.

5 - Só respondem os Chefes de Departamento.

5.1 - Quais as linhas de ação na extensão universitária em curso no seu Departamento? (...)

5.2 - Quais os programas permanentes de extensão do seu Departamento? (...)

5.3 - Quais os projetos de extensão em desenvolvimento no seu Departamento? (...)

6 - Identifica-se na literatura duas concepções principais de extensão universitária: uma de cunho assistencialista e a outra que vê a extensão como comunicação. Na visão assistencialista, uma das características marcantes é a “decisão a priori”, ou seja, as decisões em relação às ações extensionistas, são tomadas sem uma consulta prévia à comunidade. É uma espécie de “rua de mão única”. Na extensão enquanto comunicação, qualquer atividade requer a participação da comunidade, desde o seu planejamento até a sua execução.

Em relação a estas concepções, pergunta-se:

6.1 - Na sua opinião, as pessoas envolvidas com a prática da extensão têm claro a presença dessas duas ou de outras concepções de extensão?

() Sim; () não; por quê? (...)

6.2 - Na sua visão, nas ações extensionistas desenvolvidas na UNO-ESC está presente qual concepção?

a) () Assistencialista; b) () comunicação; c) () outras.

7 - O presente estudo tem como sustentáculo a seguinte hipótese de trabalho: “o processo de transformação das Fundações Educacionais de Chapecó, Joaçaba e Videira em Universidade Unificada do Oeste de Santa Catarina provocou mudanças reais na concepção e prática da extensão universitária desenvolvida até então”.

Com vistas a corroborar ou refutar esta hipótese, pergunta-se:

7.1 - Na sua visão, com o processo de criação da UNOESC, houve mudanças reais na concepção e prática da extensão?

Sim; não; por quê? (...)

7.2 - Quais foram as mudanças mais significativas? (...)

7.3 - Qualitativamente e quantitativamente falando, se houve mudanças em relação à concepção e prática anteriores, na sua avaliação, estas poderiam ser consideradas como avanços?

Sim; não; por quê? (...)

ROTEIRO III (Questionário)

1 - É através da extensão que se dá a articulação da universidade com a sociedade. É a extensão que vai proporcionar as condições propícias para que a sociedade coloque os seus problemas.

Em relação a esse pressuposto, pergunta-se:

1.1 - O que a Instituição entendia como Extensão Universitária? (...)

1.2 - Como era a relação da sua Instituição com a sociedade/comunidade?

a) () Plenamente articulada; b) () pouco articulada; c) () de indiferença.

1.3 - Qual era a participação da sociedade na elaboração/ execução dos programas de extensão desenvolvidos na sua Fundação?

a) () Pouca; b) () intensa; c) () nenhuma.

2 - Silva (1991), ao estudar a prática da extensão universitária, numa universidade federal, classificou as atividades extensionistas desenvolvidas nesta instituição em sete categorias: consultoria, serviços técnicos, serviços de ensino, atividades assistenciais, atividades culturais, atividades esportivas e outras. Constatou, neste estudo, que as categorias “consultoria e serviços de ensino” eram as mais desenvolvidas.

2.1 - As atividades extensionistas que eram desenvolvidas na sua Instituição, antes da UNOESC, podem ser enquadradas, predominantemente, em qual categoria?

Obs.: enumere de 1 a 7 as categorias assinaladas, sendo que “1” possui valor maior, representando as atividades mais desenvolvidas, vindo a seguir o “2” e, assim, sucessivamente.

a) Consultoria; b) serviços técnicos; c) serviços de ensino; d) atividades assistenciais; e) atividades culturais; f) atividades esportivas; g) outras.

2.2 - Quais eram os fatores determinantes para o levantamento das prioridades extensionistas na sua Instituição?

a) Econômicos; b) políticos; c) sociais; d) educacionais; e) culturais; f) outras. Justifique a sua resposta . (...)

2.3 - Quanto aos recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos extensionistas, estes, na sua Instituição, eram: a) auto-financiados; b) parcialmente auto-financiados; c) custeados pela Fundação; d) financiados por outros organismos.

3 - O discurso legal determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1988) entende que a “extensão universitária só tem sentido como um processo de aproximação da universidade com a realidade social, na medida em que o ensino e a pesquisa possam ser repensados em função desta prática”. O Fórum vê a extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, constituindo-se em um canal viabilizador do contato da universidade com uma realidade que precisa ser identificada, estudada, interpretada e transformada.

Em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pergunta-se:

3.1 - A prática extensionista desenvolvida na sua Fundação era fruto da sua articulação com o ensino e a pesquisa?

Sim; não; por quê? (...)

3.2 - A sua Instituição desenvolvia projetos de pesquisa? Estes tinham relação com a realidade circundante?

a) Bastante; b) pouca; c) nenhuma. Comente. (...)

3.3 - Qual era a participação de alunos e professores na elaboração e execução de atividades de extensão?

a) Efetiva; b) insuficiente; c) nenhuma. Comente. (...)

4 - Acredita-se que numa instituição de ensino superior, para que haja o equilíbrio da extensão em relação ao ensino e à pesquisa, é necessário o suporte do Departamento. Gurgel, apud Souza (1986:164), defende que “o departamento, que é responsável pelo que diz respeito ao planejamento e execução de medidas referentes ao ensino e à pesquisa, tem que ser responsável pela extensão”.

4.1 - Como na prática se dava a extensão universitária na sua Fundação?

a) De forma interdepartamental; b) de forma interdis